



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**O DECLÍNIO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA: A
RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E ECONOMIA E SEUS EFEITOS NO
COMPORTAMENTO POLÍTICO**

Bruno Henrique Martins de Almeida

SÃO CARLOS, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Bruno Henrique Martins de Almeida

O Declínio da Legitimidade Democrática da América Latina: a Relação Entre Democracia e Economia e Seus Efeitos no Comportamento Político

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: teoria, instituições e comportamento político. Linha de pesquisa instituições, organizações e comportamento político.

Orientação: Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

SÃO CARLOS, 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Relatório de Defesa de Dissertação

Candidato: Bruno Henrique Martins de Almeida

Aos 29/06/2023, às 14:00, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, a defesa de dissertação de mestrado sob o título: O DECLÍNIO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA: A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E ECONOMIA E SEUS EFEITOS NO COMPORTAMENTO POLÍTICO, apresentada pelo candidato Bruno Henrique Martins de Almeida. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

Participantes da Banca

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi
Prof. Dr. Leonardo Aires de Castro
Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

Função Instituição

Presidente UFSCar
Titular Una
Titular UFSCar

Conceito

Resultado

Final
APROVADO

Parecer da Comissão Julgadora*:

A banca sugere que sejam feitas as alterações sugeridas durante a defesa

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, GABRIEL ÁVILA CASALECCHI, representante do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

Representante do PPG: GABRIEL ÁVILA CASALECCHI

Prof. Dr. Leonardo Aires de Castro

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Gabriel Ávila Casalecchi, Leonardo Aires de Castro, Maria do Socorro Sousa Braga e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

Não houve alteração no título () Houve alteração no título. O novo título passa a ser:

Observações:

a) Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

b) Para gozar dos direitos do título de Mestre ou Doutor em Ciência Política, o candidato ainda precisa ter sua dissertação ou tese homologada pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.

Dedico este trabalho à minha querida Dindinha Zânia (Zânia Alves Rocha), um dos meus maiores exemplos de vida, que desde os meus primeiros passos esteve ao meu lado, guiando-me com sabedoria, paciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família: minha mãe, Silvânia Martins, e minha avó, Zenilda Eugênio, que sempre buscaram me compreender e apoiar ao longo dessa jornada; meus irmãos, Cidelis Júnior e Gabriela Andira, que são meus melhores amigos; meu tio, Osmar Neto, por ser um irmão; e meu padrasto, Euripedes Gaspar, por tudo o que tem feito por nossa família. Vocês são a minha base, e sou imensamente grato por tê-los ao meu lado.

Agradeço ao meu querido Caio César Guedes, que está ao meu lado em todos os momentos, compreendendo as minhas ausências e me proporcionando apoio e incentivo constantes. Ter você comigo foi fundamental em cada passo dessa jornada.

Meu carinho e gratidão à minha família de coração Stefany Paranhos, Juliano Martins, Ana Clara, Arthur Paranhos, que me deram suporte na realização de um sonho. Vocês estarão sempre no meu coração.

Toda minha gratidão às minhas amigas que conheci durante o mestrado, Daniele Olímpio e Raissa Tochetto. Vocês foram minha rede de apoio, minhas confidentes e fonte descontração nos momentos mais desafiadores. Estarei sempre torcendo por vocês.

Agradeço também às minhas amigas que estão presentes desde sempre: Alexandra Lins, Lara Marina, Larissa Vasconcelos, Lorraine Alcina, Priscila Gabriela e Ritiely Carvalho. Obrigado por todos os momentos compartilhados, que tornaram essa caminhada mais leve e significativa.

Agradeço ao meu orientador Gabriel Ávila Casalecchi, que me guiou com sabedoria, paciência e expertise ao longo deste processo de pesquisa. Suas contribuições e ensinamentos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Minha gratidão ao meu amigo Leonardo Aires de Castro, que me mostrou a direção para chegar até aqui e, por todo o mérito, fazer parte dessa banca.

Agradeço à professora Maria do Socorro, por acompanhar o desenvolvimento deste trabalho desde a qualificação, e também por ter aceitado fazer parte dessa banca.

Meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, pelas valiosas aulas ministradas durante o período tão desafiador de pandemia.

Expresso minha gratidão à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), financiadora da minha bolsa de mestrado, cujo apoio pude dedicar-me integralmente aos estudos e desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço a Deus, que se faz presente em minha vida através dessas pessoas.

“Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, ressurgem nas novas experiências, assim como os tempos presentes tinham sido pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. *A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será*”.

Eduardo Galeano

O DECLÍNIO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DA AMÉRICA LATINA: a relação entre democracia e economia e seus efeitos no comportamento político

RESUMO: Com a emergência de novos líderes e partidos populistas nos Estados Unidos e Europa, o debate sobre a crise da democracia foi retomado e a legitimidade democrática colocada em risco. Na América Latina, tem-se testemunhado casos explícitos de rupturas democráticas, essencialmente em decorrência de golpes de Estado e governamentais, bem como rupturas por vias institucionais, seja por renúncias ou impedimentos (*impeachment*), o que também estimulou uma revisão dos trabalhos sobre a estabilidade da democracia na região. Enquanto isso, dados do Latinobarómetro têm demonstrado que o apoio e a satisfação popular para com a democracia e as instituições que a concretizam voltaram aos piores níveis já registrados desde as redemocratizações. Com base nessa conjuntura, objetivo desta pesquisa é compreender os motivos que ajudam explicar esse fenômeno nessa região marcada por maior instabilidade social e econômica. De forma específica, iremos concentrar nossa atenção na relação entre duas variáveis: a legitimidade do sistema democrático e a percepção do desempenho econômico. A hipótese central é que em uma região com forte instabilidade social e econômica como da América Latina, a avaliação que os cidadãos fazem do desempenho econômico impacta as crenças que possuem em relação ao regime democrático. De forma geral, os resultados da análise da relação entre as variáveis de percepção da economia e de legitimidade democrática corroboraram com a hipótese levantada nesta pesquisa.

Palavras-chave: Legitimidade Democrática; América Latina; Democracia; Economia; Comportamento Político.

EL DECLIVE DE LA LEGITIMIDAD DEMOCRÁTICA EN AMÉRICA LATINA: la relación entre democracia y economía y sus efectos en el comportamiento político

RESUMEN: Con la emergencia de nuevos líderes y partidos populistas en Estados Unidos y Europa, se ha reavivado el debate sobre la crisis de la democracia y se ha puesto en riesgo la legitimidad democrática. En América Latina, se han presenciado casos explícitos de rupturas democráticas, principalmente debido a golpes de Estado y gubernamentales, así como rupturas por vías institucionales, ya sea por renuncias o destituciones (impeachment), lo que ha estimulado una revisión de los trabajos sobre la estabilidad de la democracia en la región. Mientras tanto, los datos del Latinobarómetro han demostrado que el apoyo y la satisfacción popular con la democracia y las instituciones que la representan han alcanzado los peores niveles registrados desde la redemocratización. En base a esta coyuntura, el objetivo de esta investigación es comprender las razones que explican este fenómeno en una región marcada por una mayor inestabilidad social y económica. Específicamente, nos centraremos en la relación entre dos variables: la legitimidad del sistema democrático y la percepción del desempeño económico. La hipótesis central es que, en una región con una fuerte inestabilidad social y económica como América Latina, la evaluación que hacen los ciudadanos del desempeño económico impacta en las creencias que tienen sobre el régimen democrático. En general, los resultados del análisis de la relación entre las variables de percepción de la economía y legitimidad democrática corroboraron la hipótesis planteada en esta investigación.

Palabras clave: Legitimidad Democrática; América Latina; Democracia; Economía; Comportamiento Político.

**THE DECLINE OF DEMOCRATIC LEGITIMACY IN LATIN AMERICA: the
relationship between democracy and economy and their effects on political behavior**

ABSTRACT: With the emergence of new populist leaders and parties in the United States and Europe, the debate on the crisis of democracy has been reignited and democratic legitimacy has been put at risk. In Latin America, there have been explicit cases of democratic ruptures, primarily due to coups d'état, governmental and institutional crises such as resignations and impeachments. These events have prompted a reevaluation of democracy's stability in the region. However, recent data from Latinobarómetro indicate that support and satisfaction with democracy and its institutions have reached their lowest levels since the process of redemocratization. Against this backdrop, the aim of this research is to understand the underlying reasons that contribute to this phenomenon in a region characterized by significant social and economic instability. Specifically, our focus will be on examining the relationship between two variables: the legitimacy of the democratic system and the perception of economic performance. We propose the central hypothesis that in Latin America, a region grappling with pronounced social and economic instability, citizens' evaluation of economic performance influences their beliefs regarding the democratic regime. Overall, the analysis of the relationship between the variables of economic perception and democratic legitimacy substantiated the hypothesis put forth in this research.

Keywords: Democratic Legitimacy; Latin America; Democracy; Economy; Political Behavior.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclos de democratização na América Latina – 1900-2021.....	34
Figura 2 – Índice de Eleições Limpas na América Latina, 1990-2022.....	63
Figura 3 – Índice de Componente Liberal na América Latina, 1990-2022	65
Figura 4 – Índice de Liberdade de Expressão na América Latina, 1990-2022	67
Figura 5 – Índice de Liberdade de Associação na América Latina, 1990-2022	69
Figura 6 – Apoio à Democracia na América Latina (em porcentagem)	72
Figura 7 – Relação de países e apoio à democracia em 2020	73
Figura 8 – Confiança nas Instituições Democráticas na América Latina (em porcentagem)	74
Figura 9 – Satisfação com a Democracia comparada à satisfação com a economia na América Latina (em porcentagem)	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apoio político segundo Easton	29
Quadro 2 – Quadro Conceitual de Pippa Norris.....	30
Quadro 3 – Desenvolvimento econômico e democracia, 1900-1939.....	35
Quadro 4 – Desenvolvimento econômico e democracia, 1940-1977.....	38
Quadro 5 – Desenvolvimento econômico e democracia, 1978-2000.....	41
Quadro 6 – Relação metodológica entre componentes de democracia e índices V-Dem	49
Quadro 7 – Relação de indicadores de legitimidade democrática.....	51
Quadro 8 – Variáveis dependentes a serem explicadas de legitimidade democrática.....	55
Quadro 9 – Variáveis independentes explicativas de percepção econômica	57
Quadro 10 – Variáveis de controle	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Preferência pela democracia.....	77
Tabela 2 – Rejeição a um governo militar	79
Tabela 3 – Satisfação com o Funcionamento da Democracia	81
Tabela 4 – Confiança no Congresso	83
Tabela 5 – Confiança no Governo	84
Tabela 6 – Confiança no Poder Judiciário.....	84
Tabela 7 – Confiança nos Partidos Políticos	85
Tabela 8 – Confiança na Instituição Eleitoral do País	86
Tabela 9 – Confiança no Presidente da República.....	87
Tabela 10 – Aprovação do Governo	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O DEBATE SOBRE A CRISE DA DEMOCRACIA FOI RETOMADO	15
1 AS RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA	19
1.1 definição de democracia: o mínimo é essencial	19
1.2 democracia e desenvolvimento econômico	23
1.3 democracia e legitimidade democrática	27
2 A TRAJETÓRIA DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA DE 1900 A 2021: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS	32
2.1 O surgimento e a consolidação da democracia na América Latina	32
2.1.1 Primeiro ciclo de democratização (1900-1939): o papel das elites na implementação da democracia na América Latina	35
2.1.2 Segundo ciclo de democratização (1940-1977): a democracia como demanda das classes médias.....	37
2.1.3 Terceiro ciclo de democratização (1978-2021): a luta pela democracia unifica a sociedade	41
2.2 A complexa relação entre ciclos democráticos, economia e cultura política na América Latina	43
3 PESQUISA, METODOLOGIA E HIPÓTESES	46
3.1 Primeira etapa: aspectos objetivos da crise da democracia	47
3.2 Segunda etapa: aspectos subjetivos da crise democrática	50
3.3 Terceira etapa: a relação entre percepção econômica e legitimidade democrática	51
4 CRISES DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA E A RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DA ECONOMIA E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA	61
4.1 A crise da democracia na América Latina: a dimensão objetiva	63
4.2 O declínio da legitimidade democrática na América Latina: a dimensão subjetiva ...	72
4.3 A relação entre percepção da economia e legitimidade democrática	76
4.3.1 Apoio aos princípios do regime	77
4.3.2 Apoio à performance do regime	80
4.3.3 Confiança nas instituições	82

4.3.4 Confiança nos atores das instituições.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA ESTÁ EM RISCO?	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXO A - Classificação de Regimes	98
ANEXO B - Sintaxe.....	102
ANEXO C - Dados V-Dem do Índice de Democracia Eleitoral.....	108
ANEXO D - Dados V-Dem do Índice de Componente Liberal	110
ANEXO E - Dados V-Dem do Índice de Liberdade de Expressão	112
ANEXO F - Dados V-Dem do Índice de Liberdade de Associação	114

INTRODUÇÃO: O DEBATE SOBRE A CRISE DA DEMOCRACIA FOI RETOMADO

Nos últimos anos, a discussão sobre a democracia tem abordado diversos aspectos da literatura da Ciência Política. Na década de 1980, os principais autores discutiam sobre suas transições e consolidações (STEPAN, LINZ, 1996; O'DONNELL, 1986). Posteriormente, tratavam sobre a terceira onda de democratização, com foco na qualidade do sistema democrático (HUNTINGTON, 1991). Ocorre que, recentemente, alguns cientistas políticos e teóricos vêm traçando cenários de crise no regime, com fundamento em dados e pesquisas sobre a recessão dos níveis globais de democracia e liberdade (DIAMOND, 2015), o desgaste das instituições e da legitimidade democrática (PRZEWORSKI, 2020), a ascensão de líderes populistas e o apoio ao autoritarismo (MOUNK, 2018; LEVITSKY, ZIBLATT, 2018; BOTELHO et al., 2020).

A literatura clássica sobre a crise da democracia analisa casos de colapso democrático nos períodos entre as guerras mundiais e durante as décadas de 1950 e 1970, essencialmente em decorrência de golpes (militares) de Estado, golpes governamentais e fraudes eleitorais (CASTALDO, 2018). Ocorre que, há pouco tempo, esse debate foi retomado por Diamond (2015), que pondera que o mundo está em uma recessão democrática branda, mas prolongada, desde, pelo menos, 2006. Diamond (2015) observou a existência de vários motivos de preocupação, tais como: o retrocesso na continuidade de governos por diferentes meios (como o impeachment, por exemplo); o declínio da qualidade da democracia em países emergentes estrategicamente importantes, os quais o autor chama de “estados decisivos”; o aprofundamento do autoritarismo, inclusive em países industriais avançados; e a eleição de *outsiders* em democracias estabelecidas, como Donald Trump nos Estados Unidos.

Fatores relacionados à crise da democracia e das bases populares que a sustentam também são verificados na América Latina. Nos últimos anos, tem-se observado na região casos explícitos de rupturas democráticas, essencialmente em decorrência de golpes de Estado, como a deposição do presidente Manuel Zelaya, em Honduras (2009), seguida pelas sucessivas quedas de presidentes com perfis políticos de esquerda, como Fernando Lugo no Paraguai (2012), Dilma Rousseff no Brasil (2015), e Evo Morales na Bolívia (2019). Pérez-Liñán (2018) argumenta que a era dos golpes militares acabou, mas que democracia na América Latina ainda enfrenta novos desafios, com ameaças à sobrevivência do regime, agora por motivos políticos, por meio da instituição do impeachment, cujo processamento acontece por meio das instituições vigentes.

Enquanto isso, dados Varieties of Democracy (V-Dem) e do Latinobarómetro apontam que indicadores que mensuram a qualidade das eleições e dos componentes fundamentais da democracia liberal, o apoio e a satisfação da população para com a democracia, e a confiança em suas instituições, voltaram aos piores níveis já registrados na América Latina desde as redemocratizações. Com base nesses pressupostos, é possível afirmar que há um contexto de “crises” democráticas que permeia a região: a crise da democracia em sua dimensão objetiva, e a crise da legitimidade democrática. Nesse sentido, a pesquisa de Botelho et al. (2020) confirma a existência de sinais de declínio da democracia na América Latina.

Um ponto que merece destaque são as ondas de “altos” e “baixos” do apoio à democracia e da satisfação com o regime, que obedecem a mesma tendência das ondas relacionadas à satisfação com o funcionamento da economia. Em outras palavras: quando a satisfação com a economia é alta, a satisfação com a democracia e o apoio ao regime também são; inversamente, quando as pessoas não estão satisfeitas com a economia ou com as suas vidas financeiras, os índices de satisfação com a democracia e o apoio ao regime são igualmente baixos.

Por essas razões, acreditamos que o desempenho econômico tenha um papel importante para as democracias latino-americanas. Esse papel pode ser observado tanto no nível dos países, como fizeram Lipset (1959) e Przeworski et. al. (1996), ou seja, considerando dados macroeconômicos e a estabilidade efetiva das instituições democráticas; como observadas no nível individual, como fizeram Inglehart e Norris (2019), que testaram a percepção dos indivíduos a respeito da economia e o apoio à candidatos e partidos autoritários/populistas.

Em nossa pesquisa, seguiremos este último caminho. Queremos entender como a percepção dos latino-americanos a respeito da economia afeta a satisfação que eles têm com a democracia e o próprio apoio que prestam a este regime político. Portanto, o objetivo da pesquisa é contribuir na explicação dessa questão a partir da investigação da seguinte hipótese: a desconsolidação democrática, marcada pelo declínio do apoio à democracia e da satisfação com o regime, está fortemente correlacionada com a avaliação que os latino-americanos fazem do desempenho da economia. Dado que a América Latina é uma região marcada por forte instabilidade política e econômica, com períodos de alta inflação, depreciação das moedas nacionais, desemprego constante, impasses políticos e turbulências institucionais, consideramos ser ainda mais relevante compreender essa associação.

Para analisarmos a relação entre a percepção do desempenho econômico e o apoio e a satisfação com a democracia, utilizaremos os dados do Latinobarômetro. Trata-se de um *survey* com amostras representativas da população eleitoral, que aborda temas ligados à legitimidade democrática e a cultura política dos latino-americanos. Além disso, trata-se também do *survey* mais antigo da região, com uma série histórica que vai de 1995 até 2021 (última onda). Desse modo, o estudo se dará por meio de técnicas de análise multivariada, como a regressão logística (KRUGER & LEWIS-BECK, 2008), a partir da investigação de relação entre uma variável dependente e variáveis independentes (WOOLDRIDGE, 2010).

Portanto, no Capítulo 1, definimos o que chamamos de “democracia” e investigamos as relações entre o regime democrático e dois fatores de que contribuem com a sua estabilidade: o desenvolvimento econômico e a legitimidade democrática, dado que essas variáveis são características estruturais de sociedades que mantêm um sistema político democrático (LIPSET, 1959). Desse modo, estabelecemos uma revisão teórica sobre o conceito de democracia e as consequências do desenvolvimento econômico e da legitimidade democrática na manutenção do regime, que nos ajudará a delimitar nosso objeto de estudo, interpretar os dados coletados e compreender os resultados obtidos.

Em seguida, no Capítulo 2, contextualizamos nossos argumentos e hipótese, abordando a trajetória da democracia na América Latina e sua relação com eventos históricos, econômicos, sociais e políticos. Desse modo, analisamos o desenvolvimento da democracia na América Latina com base no estudo de Peter H. Smith (2005), que relaciona esses fenômenos em um nível macro dos países. Dessa maneira, enfatizamos a importância de fatores econômicos e de participação social no desenvolvimento da democracia na América Latina, levando em consideração as particularidades da região.

No Capítulo 3, abordamos o desenho da pesquisa, a estratégia empírica da investigação, os bancos de dados utilizados e as análises empregadas para testar nossa hipótese. Nesse sentido, a parte empírica foi dividida em três etapas: a primeira diz respeito à análise da dimensão objetiva da crise da democracia na América Latina; a segunda aborda os aspectos subjetivos da crise democrática, ou seja, o declínio da legitimidade democrática na região; e a terceira se concentra na relação entre a percepção da economia e a legitimidade democrática.

Por sua vez, no Capítulo 4 apresentamos os resultados da análise realizada sobre o contexto de “crises” da democracia na América Latina, em sua dimensão objetiva e subjetiva, bem como a

relação entre a percepção da economia e a legitimidade democrática. Com base nos dados coletados e nas análises realizadas, estabelecemos um diagnóstico sobre o estado da democracia na América Latina, identificando os principais fatores que explicam a queda dos índices de democracia na região, bem como as possíveis explicações para o declínio da legitimidade democrática na região.

Por fim, concluímos a dissertação com as considerações finais. Nesta etapa, fazemos uma reflexão a respeito dos resultados obtidos, relacionando-os com a literatura abordada e buscando compreender suas implicações práticas para a América Latina. Através desse processo, nosso objetivo é contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a temática e estimular novas pesquisas nesse campo de estudo tão relevante e desafiador.

De forma geral, os resultados da análise da relação entre as variáveis de percepção da economia e de legitimidade democrática revelaram a importância de fatores econômicos na construção de uma cultura política na América Latina, corroborando com a hipótese levantada nesta pesquisa, de que a avaliação que os cidadãos fazem do desempenho econômico impacta as crenças que eles possuem sobre regime democrático. Portanto, os resultados do presente trabalho contribuíram para com o debate sobre a legitimidade democrática na América Latina, bem como forneceu importantes evidências a respeito da complexa relação entre democracia e economia e seus efeitos no comportamento político.

1 AS RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Conforme exposto na introdução, o principal objetivo desta dissertação é compreender os efeitos da percepção do latino-americano sobre a economia na formação de suas atitudes democráticas, ou seja, queremos investigar a relação entre economia e legitimidade democrática na América Latina. Para falarmos sobre legitimidade democrática, precisamos de um conceito sobre a própria democracia. Por essa razão, o presente capítulo tem por pressuposto definir o que chamamos de “democracia”, bem como analisar as relações entre o regime democrático e dois fatores que contribuem com a sua estabilidade: o desenvolvimento econômico e a legitimidade democrática, tendo em vista que essas variáveis são características estruturais de sociedades que mantêm um sistema político democrático (LIPSET, 1959). Desse modo, após uma revisão teórica sobre o conceito de democracia e as consequências do desenvolvimento econômico na manutenção deste regime, voltaremos nossa análise para a questão da legitimidade.

1.1 definição de democracia: o mínimo é essencial

Para discutirmos sobre as bases da legitimidade democrática na América Latina, é fundamental, antes de tudo, compreendermos o que é “democracia”, pois “é impossível decidir se um regime é uma democracia, ou afirmar em que grau ele é democrático, enquanto não soubermos o que é uma democracia” (MAINWARING et al., 2001, p. 648). Por essa razão, a presente seção estabelece uma definição mínima de democracia que busca sustentar os propósitos desta dissertação.

A ideia que se tem hoje sobre a democracia foi fortemente influenciada pelos gregos do século V a.C., que empregavam a palavra “*demokratia*” para se referir a um governo em que o povo era aceito como a única autoridade legítima. Do ponto de vista etimológico, a palavra “democracia” significa, literalmente, poder (*kratos*) do povo (*démos*). No entanto, essa explicação não resolve o problema da definição da democracia moderna, uma vez que este termo tem dominado com tal força a linguagem política desde o último século que raramente há um governo, sociedade ou Estado que não se proclame democrático (BONAVIDES, 2012).

Essa abrangência ocasiona em uma confusão conceitual, pois a democracia não pode ser entendida como um conceito que tudo engloba enquanto todos se afirmam democratas (SARTORI, 1987). Nesse sentido, de acordo com Bobbio (1986, p. 18), o único modo de se chegar a um consenso quanto à definição de democracia é compreendê-la como um regime contraposto a todas as formas de governo autocrático, devendo “considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que determinam quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e quais os procedimentos”. Essa proposta vai de encontro à de Sartori (1976), para quem também é possível propor uma definição mínima de democracia.

Para Sartori (1976), uma definição é mínima quando todos os pressupostos dispensáveis à definição de um elemento são deixados de lado e apenas considerados como variáveis, não como propriedades definidoras. Isso significa dizer que tudo o que ultrapassa uma caracterização mínima é deixado à verificação. Assim, numa visão minimalista, todo conceito deve abranger suas propriedades essenciais, sem as quais seria, por essência, descaracterizado, porém não consideradas necessariamente características adicionais, mediante as quais podem ser qualificadas.

Portanto, para atender ao objetivo desta dissertação, a democracia (em uma sociedade moderna) é definida como o regime político no qual os cargos governamentais são preenchidos por meio de eleições competitivas (PRZEWORSKI, 1996), livres e limpas, com direito de voto extensivo à maioria dos cidadãos adultos, aos quais são oferecidas garantias reais de direitos políticos e liberdades civis, cujo governo eleito esteja de fato sob o controle civil. Tendo por pressuposto o trabalho de Mainwaring et al. (2001), essa definição implica em três condições específicas e imprescindíveis à composição do regime: a) eleições competitivas livres e limpas; b) cidadania adulta e abrangente; e c) proteção às liberdades civis e aos direitos políticos, e a prevalência de governos eleitos que de fato governem.

O primeiro pressuposto diz respeito à dimensão eleitoral de democracia. Os chefes do Executivo e do Legislativo devem ser escolhidos por meio de eleições competitivas livres e limpas. Se um sistema político não é pautado por eleições livres e limpas, não se pode afirmar que esse regime é democrático. Para Dahl (2015), esse pressuposto é essencial à definição de democracia, entendida como todo regime em que se realizam eleições nas quais a oposição tem alguma chance de vencer e tomar posse. De acordo com Mainwaring et al. (2001), é essencial que as eleições sejam qualificadas pela idoneidade, de modo que a fraude e a coerção não possam determinar os

resultados das eleições democráticas. Desse modo, as eleições devem oferecer a possibilidade de alternância de poder, ainda que, de fato, por um longo período, não haja nenhuma alternância.

A segunda condição da democracia representativa moderna se refere à sua dimensão participativa, ou seja, ao direito de voto extensivo à grande maioria da população adulta. Isso significa um nível de inclusão próximo ao sufrágio universal, ainda que, na prática, muitos países permitam algumas exclusões que, no entanto, não diminuam as credenciais democráticas do regime (MAINWARING et al., 2001). De acordo com Mainwaring et al. (2001, p. 653), “eleições competitivas sem amplo sufrágio adulto podem existir em um regime oligárquico pré-democrático ou em um regime racial ou etnicamente restritivo que exclui a maior parte da população (por exemplo, a África do Sul antes do fim do *apartheid*)”. Desse modo, se grande parte da população for excluída do direito de voto, não haverá democracia, e o regime pode ser classificado como uma oligarquia competitiva.

A necessidade de eleições livres e limpas, e amparadas no sufrágio universal, depende de direitos e garantias que as tornem, de fato, efetivas. Nesse sentido, o terceiro pressuposto diz respeito à dimensão liberal de democracia: um sistema democrático deve oferecer proteção aos direitos políticos e às liberdades civis por meio da liberdade de expressão, da liberdade de organização, do *habeas corpus*, dentre outras prerrogativas. Assim, mesmo que um governo seja eleito através de eleições livres, justas e com amplo direito de voto, na ausência de direitos e garantias reais de liberdades civis, ele não poderá ser considerado democrático, segundo o entendimento moderno do termo (MAINWARING et al., 2001).

Além disso, o terceiro pressuposto de democracia também abrange a prevalência de governos eleitos que de fato governam, e militares que estejam sob controle civil. Assim, os governantes eleitos devem deter o real poder de governar, em oposição às situações em que são ofuscados pelos militares ou por uma personalidade não eleita dominando nos bastidores (VALENZUELA, 1992, apud MAINWARING et al., 2001). Se as eleições forem livres e limpas, mas com um governo que não pode controlar as principais arenas políticas porque os militares ou alguma outra força o fazem, então não há uma democracia.

Portanto, no presente trabalho é levado em consideração a definição mínima estabelecida por Mainwaring et al. (2001). Essa opção não desconsidera que as democracias contemporâneas possam ser qualificadas em diferentes graus e dimensões (COLLIER, LEVITSKY, 1997). Algumas democracias podem, e de fato são, muito bem-sucedidas em promover canais

institucionais de participação e deliberação, representação e igualdade material. Essas características, no entanto, dizem respeito às qualidades de um regime democráticos e não a sua essência. A Finlândia, por exemplo, é frequentemente elogiada pela representação feminina em seu parlamento, o que de fato a torna uma democracia muito mais qualificada nesse quesito, do que, por exemplo, o Brasil, que sistematicamente sub-representa as mulheres. Embora a Finlândia seja uma democracia de maior qualidade nesse quesito, ambos os países ainda são democracias.

Além disso, como o objeto da nossa pesquisa diz respeito à legitimidade democrática, faz mais sentido uma definição mínima, que abranja seu núcleo conceitual, do que uma definição excessivamente abrangente que leva em consideração critérios de igualdade e responsividade, dando margem para indefinições. Por outro lado, nossa definição não é submínima, que deixa de levar em conta critérios como a proteção aos direitos políticos e às liberdades civis. Em suma, acreditamos que ela é uma boa definição dado os propósitos da pesquisa.

É preciso enfatizar que não queremos aqui definir qual é o melhor cidadão democrático, ou o “democrata ideal”. Nossa preocupação, seguindo a tradição inaugurada pela escola da cultura política de Almond e Verba (1963), está nos “cidadãos comuns”, isto é, pessoas que, em sua maioria, são politicamente pouco sofisticadas, mas que nem por isso deixam de ter crenças, atitudes e avaliações políticas. Nesse caso, ao pesquisar a legitimidade democrática – e até que ponto a avaliação econômica tem ou não algum efeito sobre ela – basta-nos identificar quem, de fato, se compromete com o mínimo que uma democracia exige.

Nas seções seguintes trataremos sobre duas variáveis que contribuem para com o surgimento e a manutenção do regime democrático: desenvolvimento econômico e legitimidade democrática. Como visto, essas variáveis não são componentes imprescindíveis à definição de democracia, mas em sociedades que mantêm um sistema político democrático, tem-se observado que o desenvolvimento econômico (LIPSET, 1959) e uma cultura política adepta aos valores democráticos (ALMOND, VERBA, 1963) favorecem a consolidação da democracia. Ademais, tendo em vista que o objeto desta dissertação é analisar o efeito da percepção dos latino-americanos sobre a economia na democracia, faz-se importante o estudo dessas variáveis, as quais posteriormente serão analisadas sob a perspectiva do contexto histórico da América Latina.

1.2 democracia e desenvolvimento econômico

Tendo em vista a definição mínima de democracia, diferentes trabalhos ao longo das décadas têm buscado compreender quais são os fatores que possibilitam o desenvolvimento e a sobrevivência desse regime político. Entre as variáveis abordadas está o desenvolvimento econômico, defendida pelos chamados “teóricos da modernização” (LIPSET, 1959; PRZEWORSKI, 1996; INGLEHART, WELZEL, 2005).

Lipset (1959) é um dos primeiros autores a abordar essa relação, apresentando importantes argumentos sobre a influência do desenvolvimento econômico na formação de valores democráticos nos indivíduos. O autor começa sua teoria a partir do pressuposto de que para as camadas mais baixas, o desenvolvimento econômico, que significa o aumento de renda, maior segurança econômica e possibilidade de acesso à educação superior, permite o desenvolvimento de perspectivas de longo prazo e opiniões políticas mais complexas e reformistas. Além disso, o aumento da renda e da educação também serve à democracia ao ampliar o grau em que as classes mais baixas estão expostas a pressões contrastantes, reduzindo a intensidade de seu engajamento e as tornando menos receptivas ao apoio a ideologias extremistas.

Para as classes médias, de acordo com Lipset (1959), o aumento da riqueza não está apenas relacionado ao fortalecimento da democracia em razão da mudança das condições sociais dos trabalhadores. O desenvolvimento econômico também afeta o papel político das classes médias, ao alterar a forma das estruturas sociais, na medida em que aumenta a sua inclusão e participação política. Assim, ela deixa de compor a base da estratificação social para integrar o seu topo, passando a desempenhar um papel moderador no conflito, pois é capaz de recompensar partidos moderados e democráticos e punir grupos extremistas.

Além disso, o nível geral de renda de uma nação também afeta sua receptividade às normas democráticas de tolerância política, e até que ponto um determinado país é capaz de desenvolver normas "universais" entre seus funcionários públicos e políticos (baseando a seleção na competência e na performance sem favoritismos). Tendo em vista que quanto mais pobre um país, mais ênfase será colocada no nepotismo, ou seja, no apoio de familiares e amigos, o fortalecimento de normas universais aumentará a possibilidade de desenvolvimento de uma burocracia efetiva, condição de um estado democrático moderno (LIPSET, 1959).

Portanto, para Lipset (1959), quanto maior a riqueza de um país, menores serão as disparidades econômicas e maior a inclusão dos indivíduos na esfera de participação. Essa sequência de relações interdependentes levaria à expansão da classe média, caracterizada pela moderação e pouca propensão aos conflitos sociais, e a uma maior receptividade dos cidadãos às regras democráticas e, portanto, maior estabilidade.

Partindo das ideias de Lipset, especialmente no impacto que o nível de desenvolvimento tem sobre as democracias, Adam Przeworski et al. (1996) fazem um levantamento empírico das condições necessárias à continuidade da democracia em um país. Para eles, é preciso a cumulação dos seguintes fatores: democracia preestabelecida, riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, clima internacional favorável e instituições parlamentares. Por meio disso, os autores percebem a importância dos fatores econômicos na sustentação das democracias, e, empiricamente, descobrem que em países com renda per capita anual superior a US\$ 6.000,00 por ano, aconteça o que acontecer, a democracia certamente sobreviverá.

Assim, em concordância com Lipset (1959), Przeworski et al. (1996, p. 117) entendem que, “uma vez estabelecida num país desenvolvido, a democracia perdura independentemente de seu desempenho e de todas as condições exógenas às quais ela é exposta”. As justificativas que poderiam explicar essa hipótese são baseadas nos seguintes fatores: a) a intensidade dos conflitos distributivos é menor nos países com níveis mais elevados de renda; e b) os atores políticos em nações mais desenvolvidas podem ser mais propensos a adotar um arcabouço institucional superior quando a democracia é estabelecida (PRZEWORSKI et al., 1996).

Por outro lado, a fragilidade da democracia observada em países com níveis mais baixos de desenvolvimento decorre da sua vulnerabilidade diante de crises econômicas, uma vez que “a crise econômica representa uma das ameaças mais comuns à estabilidade democrática” (PRZEWORSKI et al., 1996, p. 118). Todavia, as democracias podem sobreviver nos países mais pobres em razão de outras condições: por exemplo, se elas forem capazes de gerar desenvolvimento, se reduzirem a desigualdade, se o clima internacional for propício, e se elas tiverem instituições parlamentares. Portanto, para Przeworski et al. (1996), o desempenho econômico é de importância crucial para a sobrevivência das democracias.

Em contrapartida, em pesquisa recente, Robinson (2006) faz uma profunda revisão da literatura sobre os dados relacionados ao tema, e verifica que, para alguns estudiosos, a correlação entre democracia e economia tem sua validade negada (MOORE, 1966; O'DONNELL, 1973, apud

ROBINSON, 2006). Para Robinson (2006), a aplicação de técnicas adotadas da econometria não mostra evidências de que o desenvolvimento econômico (mensurado pela renda per capita) tenha um efeito causal direto sobre a democracia. De acordo com seu esquema, a renda per capita e a democracia estão correlacionadas porque as mesmas características de uma sociedade determinam simultaneamente a quão próspera e democrática ela é. Partido desse pressuposto, ele sugere que os mesmos fatores que causam o desenvolvimento econômico, por exemplo, boas instituições econômicas (direitos de propriedade, igualdade de condições, igualdade perante a lei etc.), também influenciam a democratização de um país (ROBINSON, 2006).

Desse modo, para o autor, a garantia de direitos de propriedade gera crescimento econômico e diminui os riscos da política, ajudando a induzir a democratização por meio da mudança de valores na sociedade. Portanto, na pesquisa do autor não foram encontradas evidências robustas de que a riqueza tenha um efeito essencialmente causal na democracia. Mais provavelmente, essas duas variáveis estão correlacionadas porque os mesmos fatores que tendem a tornar uma sociedade próspera, também a tornam democrática (ROBINSON, 2006).

Diante dos impasses das pesquisas anteriores, é importante acrescentar ainda a perspectiva proposta por Ronald Inglehart e Christian Welzel (2005). Para eles, o processo de modernização decorre, inicialmente, da industrialização, a qual traz consigo a burocratização, racionalização e secularização. Por conseguinte, o crescimento econômico, o aumento dos níveis de educação e informação, e a diversificação das interações humanas aumentam os recursos materiais, cognitivos e sociais dos indivíduos, tornando-os material, intelectual e socialmente independentes.

Logo, verifica-se que a modernização contribui para com um processo de desenvolvimento humano, no qual o progresso socioeconômico produz mudanças culturais que tornam cada vez mais possível a autonomia individual, reduzindo as restrições externas à escolha humana, e aumentando os recursos materiais, cognitivos e sociais. Isso traz ênfase aos valores de autoexpressão, que, por sua vez, levam a crescentes demandas públicas por liberdades civis e políticas, igualdade de gênero e governo responsivo, ajudando a estabelecer e sustentar as instituições mais adequadas a instaurar e manter a democracia (INGLEHART, WELZEL, 2005).

Nesse contexto, a democracia não surge como resultado da barganha da elite ou do constitucionalismo, pois ela depende de orientações difundidas entre as pessoas. Essas orientações as motivam a exigir por liberdades e por um governo responsivo – e exigir que as elites governantes

permaneçam responsivas a elas. Nessas circunstâncias, o surgimento e manutenção do sistema democrático dependerá da atitude das pessoas (INGLEHART, WELZEL, 2005).

Levando em consideração o objeto desta dissertação, é necessário enfatizar que, embora a modernidade tenha nascido na Europa e seja muito bem sucedida nos Estados Unidos, sua trajetória é ativamente incorporada, adaptada e recontextualizada na América Latina. Logo, é inegável que haja diferenças significativas entre o processo de modernização desta região em relação às outras partes do mundo (LARRAÍN, 1998). Nesse sentido, de acordo com Brunner (1994, apud LARRAÍN, 1998), a América Latina possui uma maneira específica de estar na modernidade, resultando em uma modernidade híbrida e mista, fruto de um processo de mediação com sua própria trajetória. Portanto, é fundamental reconhecer as particularidades do processo de modernização na América Latina, conforme é observado no Capítulo 02 do presente trabalho.

Como visto, Przeworski et al. (1996) apresentam dados empíricos que buscam justificar a existência de condições econômicas necessárias à manutenção do regime democrático. No entanto, em pesquisa mais recente, Robinson (2006) argumenta que não existe uma relação direta entre democracia e desenvolvimento econômico, sugerindo que os mesmos fatores que causam o desenvolvimento econômico também influenciam a democratização de um país. Por conseguinte, Lipset (1959) e Inglehart e Welzel (2005) ressaltam a importância da modernização na construção de valores democráticos a nível individual e seus efeitos na política, enquanto Larraín (1998) destaca que, na América Latina, a modernidade é recontextualizada.

É preciso dar ênfase às contribuições de Lipset (1959), Larraín (1998) e Inglehart e Welzel (2005) à presente pesquisa. Queremos descobrir o quanto a percepção do latino-americano sobre suas condições materiais pode influenciar em seu apoio ao regime democrático. Dessa forma, percebe-se que se trata de variáveis subjetivas aos cidadãos, a serem observados em nível individual, como fizeram esses autores ao investigarem o modo como o desenvolvimento econômico induz na formação de valores pós-materiais e, conseqüentemente, na estruturação da democracia.

Tendo em vista a discussão não conclusiva sobre o tema, as particularidades de América Latina, e novas abordagens que introduzem a importância não só das variáveis macroeconômicas, mas de como elas se relacionam com o nível da cultura política dos indivíduos, ou seja, suas crenças, atitudes e avaliações, acreditamos que a dissertação pode contribuir para a literatura ao averiguar a relação entre como os latino-americanos avaliam a economia e a correlação dessa

avaliação com as suas atitudes democráticas. Essa relação nos parece fundamental para compreender como que problemas econômicos podem estar ligados às crises da democracia na região.

1.3 democracia e legitimidade democrática

Como visto na seção anterior, no modelo de Inglehart e Welzel (2005), o desenvolvimento econômico não leva à democracia “automaticamente”, mas por meio de um processo gerencial, no qual os valores das sociedades são modificados. Indivíduos que vivem em países prósperos tendem a desenvolver valores de autoexpressão que valorizam a liberdade, criatividade e o direito de fazer valer a sua “voz” (opinião, expressão), em detrimento de valores de sobrevivência, dentro dos quais a prioridade é a garantia da segurança física e alimentar, essencialmente.

A centralidade que os autores dão aos valores é fundamental nessa pesquisa. Ela não começa com Inglehart e Welzel, mas algumas décadas antes, com Gabriel A. Almond e Sidney Verba (1963), precursores no desenvolvimento da noção de “cultura política”, em razão da importância de sua obra *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations* na Ciência Política. Segundo os autores, “o termo cultura política se refere a um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhada pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que eles assumem enquanto atores políticos” (ALMOND, VERBA, 1963, p. 12-13). Assim, vê-se que este conceito está essencialmente relacionado à compreensão do comportamento e das atitudes da população, os quais são orientadas de acordo com os valores desenvolvidos pelos cidadãos (INGLEHART, WELZEL, 2005).

Na referida obra, Almond e Verba (1963) identificam a existência de uma relação entre o comportamento da população e a possibilidade do surgimento da democracia e sua estabilidade, e que essa relação pode ser analisada empiricamente, sobretudo por meio de *surveys*. Assim, buscam identificar os padrões de comportamento político entre os indivíduos, tendo em vista o nível de conhecimento das pessoas, suas crenças, sentimentos e valores. Esse estudo se estende por cinco países (Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos e México), e é considerado substancial nas pesquisas que analisam o elo entre variáveis subjetivas, intrínsecas aos indivíduos, e seus efeitos sobre o funcionamento das instituições democráticas (FUKS et al., 2003).

A partir disso, Almond e Verba (1963) afirmam que a predominância de um certo padrão de cultura cívica em uma sociedade é uma das condições necessárias para o surgimento do sistema democrático e da sua estabilidade. Inglehart (1997, apud CASTRO, 2008), por sua vez, ao tratar sobre os valores pós-modernos nas sociedades industriais avançadas, afirma que a cultura exerce um papel fundamental na consolidação e manutenção da democracia, embora não seja o único fator. Desse modo, não se deve considerar a existência de uma relação totalmente linear de causalidade entre essas variáveis, mas uma tendência. Portanto, “uma dada sociedade com uma cultura política predominantemente participante tenderia a ser democrática; a cultura participante, no entanto, não seria condição suficiente, mas criaria as condições para o apoio necessário para a sustentação do regime democrático” (CASTRO, 2008, p. 25).

Em 1965, David Easton, ao publicar o livro *A Systems Analysis of Political Life*, trouxe contribuições importantes ao estudo empírico da legitimidade. Para o autor, a legitimidade é definida como “a convicção de que é certo e adequado aceitar as exigências do regime e obedecer a elas” (EASTON, 1965, apud BORBA et al., 2021, p. 336.). Para Easton (1965) e alguns outros autores (NORRIS, 1999; DALTON, 2004), a legitimidade é utilizada como indicador de apoio ao regime. Desse modo, o autor trata analiticamente a legitimidade sob o conceito de apoio político, vez que a compreende como “uma qualidade atribuída às normas e à estrutura do regime, sendo essa crença necessária para a manutenção do apoio político” (BORBA et al., 2021, p. 336).

Easton (1965) entende que os cidadãos são capazes de produzir avaliações racionais sobre o desempenho das instituições do regime e das lideranças políticas. De acordo com essas opiniões, o autor propõe a existência de dois níveis de apoio ao regime: o apoio difuso e o apoio específico, e três objetos de apoio político: a comunidade política, o regime político e as autoridades políticas. Nesse sentido, o apoio difuso está relacionado aos valores básicos ligados à aceitação dos princípios fundamentais do regime, e incide sobre todos os objetos de apoio (conforme Quadro 1), enquanto o apoio específico é associado à opinião dos indivíduos sobre o funcionamento concreto das instituições que compõem o regime político e o desempenho de seus operadores, tendo o autor entendido que o apoio específico afeta somente a avaliação do indivíduo sobre as autoridades políticas, conforme esquematizado pelo Quadro 1 (RIBEIRO, 2007; BORBA et al., 2021).

Quadro 1 – Apoio político segundo Easton

Modos de apoio	Objetos do apoio		
	Comunidade política	Regime político	Autoridades políticas
Difuso	X	X	X
Específico			X

Fonte: WESTLE, 2007, p. 95, apud BORBA et al., 2021, p. 336.

O apoio difuso revela a importância dos processos de socialização política dos sujeitos que, submetidos a experiências no interior de instituições como família e escola, por exemplo, internalizam valores de apoio ou rejeição ao sistema e às suas partes constituintes. Esses processos abrangem uma série de fatores, vez que não ocorrem somente nos primeiros anos de vida do indivíduo (período em que os autores denominam de “socialização infantil”), mas também nas fases pré-adulta e na maturidade, cujas experiências têm grande importância na formação e configuração das orientações políticas dos atores sociais (ALMOND, VERBA, 1989, apud RIBEIRO, 2007). Desse modo, conforme os indivíduos passam por experiências sociais em ambientes distintos, como escola, igreja, associações, clubes sociais, sindicatos, universidades, dentre outros, suas atitudes, valores e comportamento vão sendo formados e configurados (ALMOND, POWELL, 1972, apud RIBEIRO, 2007).


No que se refere ao apoio específico ao regime, considera-se que é a continuidade da incorporação e alteração de valores e crenças básicas que influencia a avaliação sobre o funcionamento das instituições e dos líderes políticos, pois o apoio pode ser influenciado no curto prazo, de acordo com o desempenho das instituições e dos líderes políticos, seja ele positivo ou negativo. Nessas circunstâncias, os cidadãos devem ser considerados sujeitos capazes de avaliar tais desempenhos, de forma consciente, apoiar ou rejeitar esses objetos políticos isoladamente ou o sistema político como um todo, face a satisfação de seus ideais (BORBA et al., 2021).

Desse modo, de acordo com Easton (1965) o apoio difuso tende a ser mais durável do que o apoio específico, o que significa que ele não muda em períodos curtos (BORBA et al., 2021). Além disso, os efeitos das avaliações negativas e a redução do apoio ao funcionamento das instituições democráticas e de seus operadores não resulta imediatamente no declínio dos níveis de apoio aos valores básicos relacionados à aceitação dos princípios fundamentais do regime, vez que essa adesão abstrata não depende de um cálculo racional, totalmente consciente, mas de um longo processo de mudanças de valores subjetivos (RIBEIRO, 2007).

Norris em *Critical Citizens* (1999), faz um trabalho de revisão da classificação dos objetos do apoio político de Easton (1965). A autora entende que o descontentamento da população para com a democracia nem sempre pode ser traduzido como algo ruim para o regime, desde que os indivíduos não abandonem o apoio à democracia. Ela propõe uma estrutura de conceitos, entendendo que o apoio político deve ser compreendido como um fenômeno multidimensional. Dessa forma, ela estabelece uma estrutura conceitual quádrupla, distinguindo-a em diferentes níveis de abstração e de especificidade para medir o apoio ao regime e aos seus atores.

Assim, o apoio político, na visão de Norris (1999), pode ser definido do mais difuso para o mais abstrato, por meio dos seguintes níveis: 1) apoio à comunidade política; 2) apoio aos princípios do regime; 3) apoio à performance do regime; 4) confiança nas instituições e 5) confiança nos atores das instituições. Assim, quanto mais específico a defasagem do apoio/confiança nas instituições, mais preocupante é a situação política do país, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 – Quadro Conceitual de Pippa Norris

<p>Apoio Difuso</p>  <p>Apoio Específico</p>	Objeto de Apoio	Resumo das Tendências
	Comunidade Política	Alto nível de apoio
	Princípios do Regime	Alto nível de apoio
	Performance do Regime	Variedade de satisfação com o funcionamento do regime.
	Confiança nas Instituições	Confiança em instituições governamentais em declínio; baixos níveis de apoio em democracias mais recentes.
	Confiança nos Atores das Instituições	Tendências mistas na confiança em políticos.

Fonte: NORRIS, 1999.

Nesse sentido, Norris (1999) ressalta que o apoio específico se dirige aos políticos eleitos responsáveis por concretizar decisões políticas no Estado-nação, e que é previsto que esse nível de apoio oscile no tempo em razão de fatores contextuais, de curto à médio prazo, que envolveriam o

gerenciamento do governo a respeito de políticas econômicas e sociais, bem como à influência de eventos internacionais (BORBA et al., 2021).

Desse modo, verifica-se que o fato de alguns estudos apontarem para o declínio temporário dos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia em escala mundial pode não significar imediatamente uma ameaça às democracias, vez que o apoio difuso funcionaria como uma reserva que poderia diminuir as consequências da redução do apoio específico. Além disso, alguns autores até consideram que, na democracia, certo grau de desconfiança em relação às instituições seja um indício saudável em relação aos assuntos públicos que o indivíduo não domina de forma plena (WARREN, 2001; PETTIT, 1998, apud RIBEIRO, 2007).

No entanto, existem ressalvas para essa afirmação, pois a insatisfação deve ser temporária, de modo que não perdure por longos e sucessivos períodos, pois essa situação colocaria em risco as democracias que ainda não solidificaram sua legitimidade democrática entre os cidadãos (EASTON, 1965; NEWTON, NORRIS, 2000, apud RIBEIRO, 2007). É o caso da América Latina, onde dados Latinobarómetro demonstram que indicadores que mensuram a legitimidade democrática na região voltaram aos piores níveis já registrados desde a redemocratização.

Em suma, essa revisão pretendeu retratar a riqueza com que o tema da legitimidade da democracia é tratado dentro da Ciência Política e que as pesquisas mais recentes têm defendido uma visão multidimensional do conceito, que abranja tanto suas dimensões mais específicas – como as atitudes ligadas aos políticos e as instituições concretas da democracia, como também mais difusas – como a crença de que a democracia é o melhor regime político, apesar dos seus problemas. Esse arcabouço teórico será importante mais à frente na justificativa das variáveis escolhidas para a construção das análises empíricas da pesquisa.

2 A TRAJETÓRIA DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA DE 1900 A 2021: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

No capítulo anterior esclarecemos o conceito de democracia e discutimos a relação entre o regime democrático e duas variáveis que, com base na revisão bibliográfica apresentada, acreditamos contribuir com a sua manutenção: o desenvolvimento econômico e a percepção da economia, e as atitudes democráticas e a legitimidade democrática. Tendo em vista que o recorte da nossa pesquisa é delimitado à América Latina, o objetivo do presente capítulo é contextualizar nossos argumentos e hipótese, abordando a trajetória da democracia na região.

Dessa forma, dedicamos a primeira seção deste capítulo à análise do desenvolvimento da democracia na América Latina, levando em consideração as perspectivas social, econômica e política. Para isso, tomamos como base o estudo de Peter H. Smith (2005), que relaciona esses fenômenos em um nível macro dos países. Ao final, propomos que ambas as questões estão interconectadas: a história da construção democrática na América Latina é permeada por problemas econômicos; essa relação histórica cria um contexto no qual os cidadãos latino-americanos tenham suas expectativas econômicas frustradas sistematicamente, minando, assim, a própria crença que possuem não apenas nos governos específicos, mas no sistema democrático como um todo – o “reservatório democrático”, como diria Easton.

Portanto, pretendemos analisar a cultura política na América Latina além da visão concebida por Almond e Verba em *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations* (1963), levando em consideração os aspectos históricos da formação do povo latino, com base em elementos que nos ajudam a entender como os fatores da constituição política, econômica e social da América Latina afetam as atitudes políticas nos dias de hoje.

2.1 O surgimento e a consolidação da democracia na América Latina

Há algumas hipóteses que buscam explicar a trajetória da democracia na América Latina. Para alguns, a conquista do regime democrático é consequência dos benefícios do desenvolvimento econômico na região, enquanto que, para outros, é resultado da “madureza política” de seus cidadãos, causada pelas prerrogativas da liberalização econômica e do livre mercado (SMITH, 2005). Mas qual dessas interpretações está correta? Quais aspectos da experiência histórica das

nações latino-americanas incorporam as crenças e valores subjetivos que integram a cultura política hoje?

Para abordar essas questões, propomos nesta seção uma análise bibliográfica que acompanha a cronologia da expansão da democracia na região ao longo dos séculos XX e XXI, tendo como marco os três ciclos de transições políticas na América Latina, conforme observado por Smith (2005). Nossa investigação se concentra num período de 121 anos, que possibilita detectar transformações a longo prazo e colocar acontecimentos históricos em uma perspectiva apropriada para compreender a democracia na América Latina e o papel que a economia e a cultura política exercem sobre o regime democrático no hemisfério.

Dessa maneira, examinamos as relações entre a trajetória do regime democrático na região e a influência de fatores associados ao desenvolvimento econômico e à legitimidade democrática, lembrando sempre da ação de forças estrangeiras na região e de contextos globais. Ao final, oferecemos evidências que nos ajudam a compreender o atual problema do declínio da legitimidade democrática na América Latina e suas explicações.

Peter H. Smith (2005), a partir de uma classificação em quatro categorias, cataloga o regime de 19 países da América Latina em “democrático”, “semidemocrático”, “oligárquico” e “não democrático”, de 1900 até 2000. Ele leva em consideração o critério eleitoral para definir e classificar regimes, partindo do pressuposto de que um regime é democrático quando os chefes de governo assumem o cargo por meio de eleições livres e justas¹; semidemocrático quando os dirigentes chegam aos cargos por meio de eleições livres, mas não justas; oligárquico, quando a competição eleitoral é justa, mas não livre; e não democrático de forma residual².

Nesse sentido, a partir da obra de Smith (2005), é possível destacar as seguintes propriedades definidoras de democracia e de sua classificação de regimes: a) os chefes do Executivo e Legislativo devem ser eleitos por meio de eleições livres e justas; b) o direito de voto deve ser extensivo à uma grande parcela da população; e c) o poder genuíno de governar deve ser atribuído às autoridades eleitas. Assim, verifica-se que o autor utiliza uma definição “submínima”

¹ Smith (2005) entende que eleições livres e justas ocorrem quando líderes são eleitos com apoio de uma parcela considerável da população adulta, por meio de competição com sufrágio amplamente inclusivo. Eleições livres, mas não justas, se referem a competições com um único candidato com perspectivas razoáveis de ganhar, ou quando os líderes eleitos são forçados a compartilhar o poder efetivo com grupos não eleitos ou cedê-lo a eles (como proprietários de terras ou militares). E eleições justas, mas não livres, se trata de competições com candidatos das elites dominantes e com sufrágio restringido a uma porcentagem muito reduzida da população adulta.

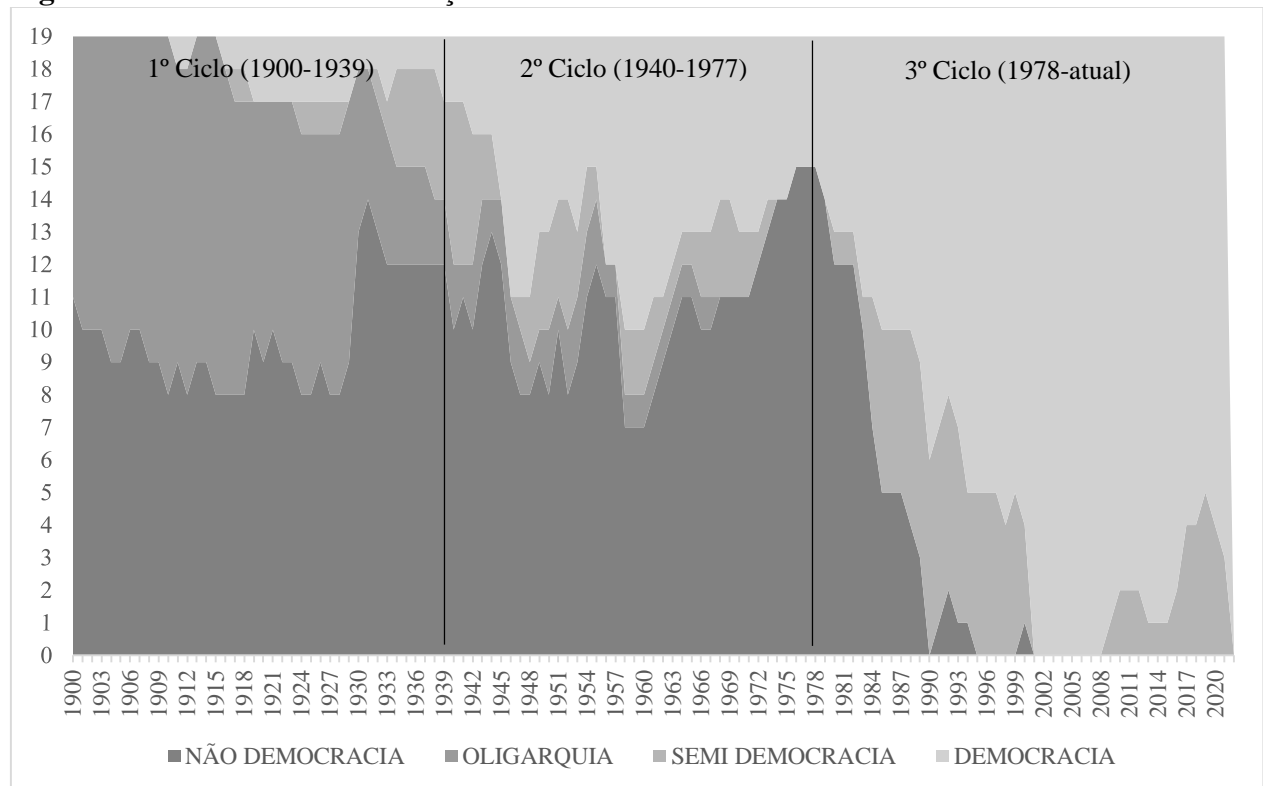
² Podendo incluir períodos de instabilidade crônica, caudilhismo, governos ditatoriais ou ocupação militar por potências estrangeiras.

de democracia, deixando de fora o critério de proteção às liberdades civis e direitos políticos, componente da dimensão liberal da democracia moderna, tendo em vista que sua classificação de regimes se baseia conforme os critérios do contexto histórico.

É importante deixar claro que, apesar do conceito de democracia utilizado por Smith (2005) não levar em consideração a dimensão liberal de democracia, sua definição “submínima” atende aos objetivos desta dissertação, que, conforme estabelecido no Capítulo 1, é analisar a legitimidade democrática – e até que ponto a avaliação econômica tem ou não algum efeito sobre ela – bastando-nos identificar quem, de fato, se compromete com o mínimo que uma democracia exige.

Desse modo, o trabalho de Smith (2005) revela a trajetória dos regimes políticos nos países latino-americanos ao longo de 100 anos. Para dar continuidade à classificação do autor, utilizamos o indicador do Varieties of Democracy (V-Dem) que mensura o índice de eleições livres e justas na América Latina entre o período de 2001 a 2021, o qual se baseia nos mesmos critérios de Smith. Desse modo, é possível verificar a ocorrência de padrões regionais, aos quais ele apresenta uma definição operacional de “ciclos de democratização”, conforme ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 – Ciclos de democratização na América Latina – 1900-2021



Fonte: SMITH, 2005; V-DEM, 2022. Adaptado.

2.1.1 Primeiro ciclo de democratização (1900-1939): o papel das elites na implementação da democracia na América Latina

A ideia de se implementar o regime democrático na América Latina surgiu após a independência dos países latinos, momento em que muito se discutia sobre qual seria a melhor forma de governo a ser seguida na região: a monarquia dos países da Europa ou a democracia recém-criada nos Estados Unidos. Assim, enquanto na América espanhola pretendiam equilibrar a autoridade governamental com alguma forma de representação, com uma “cidadania” efetiva atribuída somente à elite crioula, na América portuguesa a monarquia perdurou até a independência do Brasil em 1889 (SMITH, 2005).

Nesse contexto, os primeiros sinais de democracia na América Latina surgiram em torno de 1910, em meio ao predomínio da competência oligárquica, muito brevemente no México (1911-1912), Argentina (1916-1929) e Uruguai (1919-1933), e posteriormente no Chile (1933-1972). Assim é constituído o primeiro ciclo de transições democráticas na América Latina, compreendido entre o período de 1900 a 1939.

Smith (2005) analisa as conexões entre democracia e o nível de desenvolvimento econômico dos países da América Latina durante esse período. Ele observa que as três nações mais prósperas da região, Argentina, Uruguai e Chile, passaram por profundas mudanças rumo à democracia. Por outro lado, em nenhum país da categoria econômica média ou inferior houve tais tentativas. Nesse sentido, e especificamente em relação a este período, é claramente confirmada a hipótese de que quanto maior o nível de desenvolvimento econômico, maiores as perspectivas do surgimento da democracia, conforme demonstra a Quadro 3.

Quadro 3 – Desenvolvimento econômico e democracia, 1900-1939

Nível de desenvolvimento	Transição		Total
	Não	Sim	
Baixo	5	0	5
Médio	5	0	5
Alto	0	3	3
Total	10	3	13

Fonte: Smith, 2005.

O Estado oligárquico, até esse período, era constituído por um grupo extremamente limitado de participantes da vida pública, formado por homens donos de propriedades,

alfabetizados e de aparência europeia. Em contrapartida, quase todos os outros indivíduos que compunham a sociedade latino-americana estavam excluídos. Em alguns países, a elite atuava efetivamente na busca de seus interesses, e procurava fazer com que a máquina do Estado servisse resolutamente a seus objetivos. Em outros casos, os interesses econômicos ou estratégicos externos limitaram sobremaneira a organização do Estado (WHITEHEAD, 2015).

Nesse cenário, no que concerne aos fatores culturais observados no período, de forma etnocêntrica, acreditava-se que o regime democrático não prosperaria na América Latina, pois os indivíduos dessas sociedades, consideradas conservadoras e patriarcais, não possuíam um nível de capacidade cultural suficiente para se comprometer com os valores democráticos (HARTLYN, VALENZUELA, 2015). Nesse sentido os autores argumentam que

as explicações culturais inspiravam-se no legado do catolicismo romano e nas experiências coloniais ibéricas para afirmar que a democracia liberal encontraria um terreno infecundo nas sociedades conservadoras caracterizadas por relações sociais de tipo hierárquico e pela deferência diante da autoridade absoluta. Em tais sociedades, no mesmo momento em que entravam no mundo moderno e alcançavam níveis significativos de industrialização, o governo de um homem forte e as estruturas políticas de tipo corporativista tinham maiores probabilidades de florescer do que as instituições representativas baseadas em ideias individualistas tais como “uma pessoa, um voto” (HARTLYN, VALENZUELA, 2015, p. 130).

Nesse contexto, Smith (2005) pondera que o modesto ciclo de democratização ocorrido nesse período foi proporcionado pela elite restrita que desfrutava de direito civis, mas não por convicções ideológicas, mas para fins estratégicos de manutenção de poder, promoção de interesses e cooptação de grupos da classe média em ascensão. Desse modo, para Whitehead (2015, p. 114), “alguns dos setores mais privilegiados e tradicionais eram propensos a atribuir a si mesmos não só direitos, mas também privilégios desmedidos, não só de igualdade perante a lei, mas também a propriedade efetiva do sistema judicial e administrativo”.

Assim, as reformas lideradas pela elite deram início a uma competição eleitoral marcada principalmente pelo conservadorismo e pela coerção. As eleições democráticas ocorridas na Argentina foram dominadas pelos partidos de centro, que obtiveram uma média de dois terços dos votos, e pela direita, que obteve cerca de um sexto (64,1 por 100 e 14,2 por 100, respectivamente). No Chile, as disputas eleitorais opuseram uma direita poderosa, que obteve apenas metade dos votos, contra uma esquerda dividida (a esquerda e a centro-esquerda obtiveram cerca de 20% dos votos cada). As eleições no Uruguai foram decididas entre a centro-esquerda e a centro-direita,

cada bloco obtendo cerca de metade dos votos nacionais. Ou seja, em nenhum caso as eleições estiveram à beira de conceder poder à esquerda, por exemplo.

É importante observar que, nessa altura, o contexto internacional era marcado pela ascensão do poder imperialista dos Estados Unidos sobre a América Latina e outros países, que primeiro pretendeu pela expansão de seu território e depois pelo estabelecimento e manutenção de sua influência. Assim, entre 1889 e 1934, os Estados Unidos lançaram mais de 30 intervenções militares na América Latina, sob diversos pretextos para essas ações, sendo o maior deles o argumento de que a aplicação da força militar dos Estados Unidos obrigaria a criação de uma base para a democracia. Essa política de intervenções se concentrou exclusivamente na grande bacia do Caribe, incluindo o México e a América Central. Os Estados Unidos lançaram grandes operações em Cuba, República Dominicana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e Panamá. Alguns, como no México, foram episódios breves; outros levaram a ocupações militares prolongadas. Na Nicarágua, as forças americanas ocuparam o país quase constantemente de 1909 a 1934; no Haiti permaneceram de 1915 a 1934; na República Dominicana, estabeleceram um governo militar de 1916 a 1924. Contudo, em nenhum desses países houve democracia neste período, apesar de insistirem constantemente que estavam realizando uma missão política altruísta.

Além disso, a concepção de democracia latino-americana tinha limites bem definidos. E dado o ceticismo sobre a capacidade política dos povos latino-americanos, os Estados Unidos tinham pouco interesse em fomentar políticas altamente participativas na região. Em vez disso, eles preferiam uma "república aristocrática" sob a égide de uma elite de classe alta, uma "oligarquia competitiva". A prioridade não era a interação democrática de interesses sociais, mas a manutenção da lei e da ordem sob uma liderança supostamente esclarecida (SMITH, 2005).

2.1.2 Segundo ciclo de democratização (1940-1977): a democracia como demanda das classes médias

O segundo ciclo de democratização (1940-1977) é caracterizado pelo crescimento parcial e o desaparecimento quase por completo da democracia na América Latina. O período de ascensão coincide com o término da 2ª Guerra Mundial na Guatemala (1945), no Peru (1945), Argentina (1946), Brasil (1946), Venezuela (1946) e Equador (1946), somadas às já existentes no Chile, Uruguai e Colômbia desde 1942. Assim, em 1960, 9 países eram democracias eleitorais. A partir

de então, os países foram vítimas de uma série de intervenções militares cada vez mais brutais e invasivas, no Brasil, em 1964, Argentina 1966 e 1976, Chile e Uruguai, em 1973. Só restaram 4 democracias, na Colômbia, Costa Rica, Venezuela e República Dominicana.

De acordo com Whitehead (2015, p. 120), entre o final da década de 1920 e o final da de 1950, período que contextualiza esse ciclo, “os Estados ‘oligárquicos’ desapareceram quase por completo na América Latina. Foram substituídos pelo que se poderia chamar de Estados ‘modernizadores’, no sentido de que muitos dos processos ressaltados na literatura da ‘modernização’ ocorreram efetivamente”. Assim, a sociedade civil tornou-se muito mais urbana, culta, industrial e “homogênea”. Entretanto, esses avanços não foram unilineares e cumulativos, mas irregulares, desiguais e reversíveis. De acordo com o autor, a América Latina não desenvolveu sociedades uniformemente participativas e essencialmente democráticas.

No início desse período, Chile e Uruguai possuíam os níveis mais altos de desenvolvimento econômico na região. Entre os países restantes nas categorias alta e média, seis estabeleceriam a democracia (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Peru e Venezuela), enquanto três permaneceriam autocracias (El Salvador, México e Panamá). Nenhum país da categoria menos desenvolvida era democrático em 1940. Nos anos seguintes, quatro tentaram instaurar a democracia (Bolívia, República Dominicana, Equador e Guatemala) e quatro não (Haiti, Honduras, Nicarágua e Paraguai). Assim, ainda é verificada uma relação positiva entre o nível de desenvolvimento econômico e a democracia política, mas não tão forte e clara como no primeiro ciclo (1900-1939), conforme demonstra o Quadro 4.

Quadro 4 – Desenvolvimento econômico e democracia, 1940-1977

Nível de desenvolvimento	País democrático em 1940	Tentativas de transição	Sem democracia	Total
Baixo	0	4	4	8
Médio	1	4	3	8
Alto	1	2	0	3
Total	2	10	7	19

Fonte: Smith, 2005.

Enquanto o primeiro ciclo de democracia na América Latina foi iniciado por elementos das elites, o segundo foi em grande parte instigado pelas classes médias. Desde o final da década de 1930 até 1970, os avanços da industrialização, da classe trabalhadora e a formação de grupos empresariais expandiram as classes médias, aumentando suas demandas de inclusão política. Os

grupos do setor médio passaram a incluir profissionais urbanos, funcionários públicos e privados, artesãos e pequenos empresários e, às vezes, até pequenos e médios agricultores. Dessa forma, a sociedade civil entrou no cenário regional (SMITH, 2005).

Embora tenham desempenhado um papel importante ao encorajar as transições do autoritarismo, a convicção democrática das classes médias latino-americanas era ambígua em relação à participação das classes subordinadas. As classes médias queriam a sua inclusão na vida política, mesmo disposta a obter uma democracia restringida, excluindo a classe trabalhadora (SMITH, 2005). Nesse contexto, as democracias latino-americanas do segundo ciclo foram frágeis, parciais e hesitantes, e o período foi intercalado por intervalos de semidemocracias e não democracias. As democracias enfrentaram constante oposição das elites conservadoras e foram toleradas com atenção pelo alto comando militar. Em tempos de crise econômica, as democracias foram abandonadas pelas classes médias, que haviam sido suas principais protagonistas.

(...) a industrialização e o desenvolvimento econômico, em vez de estimular a formação de setores intermediários favoráveis à democracia, contribuíram para as respostas autoritárias dos mesmos setores que, aliados com as elites, os militares e o capital internacional, tentavam frear o crescente poder da classe trabalhadora e dos grupos populares (HARTLYN, VALENZUELA, 2015, p. 130).

Em toda a América Latina, a estagnação econômica levou à tensão social e à emergência de conflitos de classe: diante dessa situação, os setores médios abandonaram sua aliança tática com as organizações operárias e aceitaram soluções ditatoriais. Nesse contexto, regimes burocrático-autoritários tomaram o poder no Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Chile (1973), enquanto os golpes militares derrubaram governos democráticos no Peru (1968) e no Equador (1972). Somente Colômbia, Costa Rica, República Dominicana e Venezuela conseguiram evitar essa maré autoritária. Os demais países não fizeram nenhum esforço para estabelecer a democracia.

No que tange ao contexto internacional, este período foi marcado pela Guerra Fria. Os Estados Unidos se colocou no lugar líder do mundo “livre” e democrático, enquanto a União Soviética buscava estender a influência comunista em apoio à solidariedade social e a justiça econômica. Na América Latina, a Guerra Fria chegou quando as percepções sobre a situação ficaram preocupantes em Washington, e os Estados Unidos fortaleceram seus laços com as instituições militares latino-americanas, sob o pretexto de uma guerra eminente. Assim, em meados

de 1954, o Congresso aprovou 105 milhões de dólares de ajuda militar para a América Latina, investimento que resultou em consideráveis benefícios políticos (SMITH, 2005).

No entanto, o triunfo em 1959 da Revolução Cubana criou um senso de urgência para os Estados Unidos. A retórica nacionalista de Fidel Castro, o confisco de empresas norte-americanas e o programa de reforma agrária provocaram uma reação alarmante nos círculos políticos norte-americanos. Em contraposta ao movimento de Castro, em 1961, o recém-eleito presidente John F. Kennedy respondeu lançando a Aliança para o Progresso, um esforço de dez anos destinado a estimular o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a democracia política em toda a América Latina. Assim, a Aliança para o Progresso continha a promessa real de mudança "revolucionária". Para atingir esses objetivos, seria necessário que os governos latino-americanos elaborassem planos nacionais de desenvolvimento e realizassem reformas redistributivas, incluindo a reforma agrária. Para isso, os Estados Unidos canalizariam 20 bilhões de dólares em ajuda externa para a América Latina, com prioridade para os países menos desenvolvidos.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, a principal finalidade da Aliança para o Progresso era explicitamente política. Segundo documentos oficiais, um dos objetivos primordiais era “melhorar e fortalecer as instituições democráticas através da aplicação do princípio da autodeterminação dos povos” (SMITH, 2005, p. 115). Em parte, como resultado desse programa, a década de 1960 testemunhou uma acentuada aceleração do crescimento econômico. No entanto, de acordo com Smith (2005), a Aliança para o Progresso e outros programas foram concebidos para impedir o surgimento de estados comunistas, socialistas e de esquerda na América Latina. Os Estados Unidos consideravam que regimes de esquerda ou socialistas representavam desafios políticos e ideológicos em virtude de seus laços com a União Soviética, sejam eles reais ou imaginários. Por essa razão, eram inaceitáveis no hemisfério. Assim, as exigências da Guerra Fria levaram os Estados Unidos a adotar uma atitude tácita, mas constante, de intervenção política na América Latina, o que significava derrubar os governos em questão.

Nesse contexto, a década de 1960 testemunhou uma série de golpes militares. No final deste período, ditadores detinham o poder na Argentina, Brasil, Peru, Paraguai e na maior parte da América Central. A Bolívia e o Equador eram controlados pelos militares, e o México permaneceu sob o domínio de seu regime de partido único dominante, liderado por civis, mas inequivocamente autoritário. A defesa norte-americana da ditadura não refletia um juízo de valor em favor do autoritarismo sobre a democracia, mas representava um cálculo frio: que regimes autoritários

seriam mais previsíveis e efetivamente anticomunistas do que outros tipos de governo, inclusive os sistemas políticos democráticos. Com o desenrolar da Guerra Fria, os Estados Unidos e os governantes militares latino-americanos uniram-se em uma cruzada de três frentes para minar a influência comunista: 1) virtualmente eliminando os partidos comunistas latino-americanos; 2) a afirmação (ou reafirmação) do controle estatal sobre os movimentos trabalhistas e 3) a exclusão diplomática da União Soviética do Hemisfério Ocidental (SMITH, 2005).

2.1.3 Terceiro ciclo de democratização (1978-2021): a luta pela democracia unifica a sociedade

Com o fim da Guerra Fria houve mudanças consideráveis na política da América Latina. O terceiro ciclo de democratização começou na República Dominicana em 1978, por efeitos da pressão dos Estados Unidos para que o governo de Joaquín Balaguer reconhecesse a vitória eleitoral da oposição (MAINWARING, 2001). A partir de então, em 1988 havia 15 democracias eleitorais e 4 semidemocracias. Em 2000, 90% dos países eram democracias.

Nesse período, dados revelam que a relação entre desenvolvimento econômico e democracia enfraqueceu acentuadamente. Conforme demonstrado no Quadro 5, todos os países da região, independentemente de seu nível de desenvolvimento, passaram a desfrutar de uma experiência democrática. Havia quatro democracias eleitorais no início deste ciclo e, posteriormente, os 15 países restantes passaram por algum tipo de transição para a democracia. Em 1999 já eram democracias eleitorais e três preenchiam os requisitos das semidemocracias. Não havia regime autoritário (com a exceção de Cuba). A inferência geral é: se os países estivessem em diferentes níveis de desenvolvimento econômico e todos tivessem experiências com democracia, não poderia haver nexos de causalidade entre desenvolvimento e democracia (SMITH, 2005).

Quadro 5 – Desenvolvimento econômico e democracia, 1978-2000

Nível de desenvolvimento	País democrático em 1940	Tentativas de transição	Sem democracia	Total
Baixo	0	0	3	3
Médio-baixo	2	2	3	7
Médio-alto	0	2	1	3
Alto	2	2	2	6
Total	4	6	9	19

Fonte: SMITH, 2005.

A América Latina continuou a alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento socioeconômico ao longo do tempo. A manufatura aumentou, as exportações se diversificaram e os mercados de consumo se expandiram. À medida que os setores empresariais ganhavam força, as elites tradicionais, especialmente os latifundiários, declinavam em importância econômica e política. As classes médias expandiram em tamanho, mas sua identidade de classe social enfraqueceu um pouco. Em outras palavras, as forças sociais tornaram-se mais diversas e difusas: quando se mobilizavam, tendiam a se reunir sob o título generalizado de “sociedade civil”. Dessa maneira, grupos e classes sociais continuariam a desempenhar um papel crucial na promoção da mudança política, mas não tão diretamente quanto em períodos anteriores (SMITH, 2005).

Na década de 1990 surgiu o termo “globalização”, usado para descrever o fluxo acelerado de bens, capital, informação e pessoas em todo o mundo. O processo foi anunciado como a característica definidora de uma era inteiramente nova, prometendo trazer prosperidade e liberdade aos povos do mundo. Como um fenômeno impulsionado pelo mercado, a globalização teria extensas ramificações nas arenas social e política. Desse modo, acreditava-se que a globalização econômica promoveria a democracia política: o desmantelamento dos monopólios estatais quebraria as velhas elites dominantes, a desregulamentação da atividade empresarial encorajaria os empresários e a competição econômica estimularia a competição política. Além disso, um acesso mais amplo à informação, possibilitado pela difusão das tecnologias da informação, ajudaria a contornar os controles governamentais e capacitar grupos e cidadãos dissidentes. Esses elementos estabeleceriam as bases da democracia (SMITH, 2005).

Apesar de ocupar uma posição de supremacia mundial, os Estados Unidos desempenharam um papel relativamente modesto na promoção da democracia na América Latina durante a década de 1990. As razões para essa relutância se deram em razão do legado da Guerra Fria: as intervenções militares dos Estados Unidos criaram muito ressentimento na região, por isso lhe faltava credibilidade. Além disso, as sociedades latino-americanas estavam promovendo processos de transição e consolidação democrática por suas próprias razões internas. Outra razão foi o fato de que as organizações internacionais estavam dispostas a fomentar a democracia pelo mundo (SMITH, 2005). As organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), conseguiram fazer contribuições construtivas para o desenvolvimento democrático na América Latina. Representando a vontade coletiva da comunidade internacional, as instituições multilaterais conquistaram autoridade moral e política

excepcional. Podem afirmar-se justos e imparciais, mas enfrentam um dilema inevitável: a contradição entre a promoção da democracia e a soberania nacional (SMITH, 2005).

Atualmente, considera-se que o estado geral da democracia na América Latina é composto por diferentes contextos. De acordo com Mainwaring e Pérez-Liñán (2015), nos países andinos Venezuela, Equador e Bolívia, a democracia erodiu, enquanto Honduras sofreu um golpe em 2009. Em países como Colômbia, Guatemala, Haiti, Honduras e Paraguai a democracia ainda é fraca, o que não pode ser considerado um indicador de erosão, pois esta fraqueza tem sido persistente ao longo do tempo. Por outro lado, até 2015, a democracia era considerada forte no Brasil, El Salvador e Peru, e sólida no Chile, Costa Rica e Uruguai, modelos de longa data democracia regional. No México, apesar da escalada da violência liderada por organizações criminosas e outros problemas, a democracia permaneceu intacta, uma conquista notável, tendo em vista que antes de 2000 este país não tinha um sistema democrático. Em 2015 a democracia no Peru era considerada nas melhores condições do que em qualquer outro período de sua história, e, apesar de suas muitas limitações, a democracia na Colômbia sobreviveu à escalada da violência entre os anos 1980 e o início dos anos 2000, conforme Mainwaring e Pérez-Liñán (2015).

2.2 A complexa relação entre ciclos democráticos, economia e cultura política na América Latina

Ao observarmos os ciclos de democratização na América Latina, é possível chegar a algumas conclusões importantes sobre as relações entre economia, cultura política e democracia na região. Em primeiro lugar, observa-se que não há uma conexão linear entre desenvolvimento econômico e democracia, uma vez que, ao longo dos anos, todos os países passaram por experiências com a democracia em diferentes níveis de desenvolvimento econômico. Apesar disso, é observada a tendência de países ricos passarem por transição democrática antes que os mais pobres (SMITH, 2005).

A segunda conclusão é que, na América Latina, é observada a contribuição de outros fatores na manutenção do regime democrático. Por exemplo, no que tange à participação social no desenvolvimento da democracia na América Latina, é verificado que a democratização envolveu conflitos de interesse de diferentes grupos e classes sociais. Nesse sentido, Hartlyn e Valenzuela (2015) entendem que as questões culturais e socioeconômicas, em vez de serem condições

necessárias, são, na verdade, condições que contribuíram para a sua criação. Considerados sozinhos, esses fatores não podem explicar as variações significativas que se observam na experiência com a evolução democrática na região. Para eles, variáveis políticas, tanto nacionais quanto internacionais, como fatores supervenientes ou independentes por direito próprio, contribuíram muito mais no desenvolvimento da democracia na América Latina do que os fatores determinantes subjacentes de caráter cultural e socioeconômico. Desse modo,

(...) fatores políticos e institucionais desempenharam um papel fundamental na definição de regras e procedimentos constitucionais e na formulação de oportunidades políticas, com uma forte repercussão na experiência democrática de um país. Entre estes se contam a liderança e a opção política, e o papel efetivo das instituições políticas e as regras e procedimentos constitucionais formais cuja missão é regular o “campo de jogo”, estimulando ou minando, ao longo do tempo, a construção de formas democráticas. Também são fatores deste tipo os partidos políticos e a expressão política de grupos sociais que vinculam a sociedade civil ao Estado (HARTLYN, VALENZUELA, 2015, p. 194).

Outra variável é a influência internacional observada ao longo dos anos, é necessário salientar que a trajetória política na América Latina no século XX refletiu desenvolvimentos mais amplos no mundo. De uma perspectiva global, Huntington (1991) postula a existência de três grandes “ondas” de democratização³ que, de acordo com Smith (2005), coincidem com os ciclos de democratização na América Latina. Nesse contexto, explicam Hartlyn e Valenzuela:

Decerto, esses processos [de ruptura democrática na América Latina em razão de forças exteriores] podem ser afetados pelas crises internacionais ou pelo efeito dominó de uma série de quedas de governos que estimulam e até legitimam as ações das forças antidemocráticas. Isso explica, em parte, a natureza cíclica de alguns dos padrões de mudança de regime que se observam na região. Todavia, seus efeitos exatos difeririam necessariamente de acordo com a dinâmica interna de cada país (HARTLYN, VALENZUELA, 2015, p. 135).

Apesar de concordar com Smith (2005) e com Hartlyn e Valenzuela (2015) que a economia e a cultura política não são os únicos fatores que explicam a democracia na região, enfatizamos

³ A primeira onda descrita por Huntington (1991) começou nos Estados Unidos (em 1928) e se espalhou principalmente durante o século XIX pela Europa até a Suíça, França e Grã-Bretanha, chegando depois à Itália e Espanha. No início do século XX, abrangia quatro países latino-americanos: Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. A segunda onda tomou forma à sombra da Segunda Guerra Mundial. Começou com a democratização das potências derrotadas do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), ganhou força com o processo de descolonização (como na Índia) e afetou a América Latina com a incorporação da Costa Rica, Venezuela, Bolívia, Brasil, Peru e Equador ao as fileiras democráticas. A terceira onda começou com a derrubada da ditadura de Salazar em Portugal em 1974 e passou primeiro pelo sul da Europa para a Grécia e depois para a Espanha após a morte de Francisco Franco. Na América Latina, ela se espalhou no final da década de 1970 até a década de 1990 para incluir a América Central e partes do Caribe (SMITH, 2005).

que isso não os torna irrelevantes. Ou seja, a literatura parece apontar para um certo equilíbrio, no qual a economia e a participação social exercem, sim, um papel importante, especialmente nos momentos de transição política. Mas que, ao mesmo tempo, não devem ser considerados como suficientes para sua explicação. Essa conclusão é importante para orientar as análises da presente pesquisa.

3 PESQUISA, METODOLOGIA E HIPÓTESES

O objetivo da presente pesquisa é compreender a relação entre a percepção da economia e a legitimidade democrática entre os latino-americanos. Acreditamos, no entanto, que faz mais sentido analisar essa relação se, antes disso, tivermos uma melhor compreensão do quadro de “crises” democráticas que permeiam a América Latina: a crise da democracia em sua dimensão objetiva, e a crise da legitimidade democrática. Ambas estão relacionadas, mas não são a mesma coisa.

A crise da democracia se refere ao desgaste dos pressupostos objetivos e imprescindíveis do regime democrático (CASTALDO, 2018), como a qualidade das eleições, a abrangência da cidadania, a proteção às liberdades civis e os direitos políticos, e a autonomia de governos eleitos, conforme definidos no primeiro capítulo deste trabalho. Por outro lado, a dimensão subjetiva diz respeito aos aspectos da legitimidade democrática, caracterizados pelo declínio do apoio aos princípios do regime, do apoio à performance do regime e da confiança nas instituições, de acordo com o modelo de Norris (1999).

Embora o conceito de “América Latina” seja complexo, pois, além da questão linguística, a região compartilha diversas características geográficas, históricas, culturais, sociais e política, envolvendo a colonização europeia, a presença de povos indígenas, a luta pela independência, a desigualdade social, a influência da religião católica e a instabilidade econômica e política, por exemplo (SOUZA, 2011), a presente pesquisa se concentrará em um conjunto específico de países, que inclui Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Portanto, a parte empírica desta pesquisa será dividida em três etapas: a primeira diz respeito à dimensão objetiva da crise da democracia na América Latina; a segunda se refere aos aspectos subjetivos da crise democrática, ou seja, o declínio da legitimidade democrática na região; e a terceira se concentrará na relação entre percepção da economia e legitimidade democrática. Dessa forma, o presente capítulo tem por pressuposto explicar o desenho da pesquisa e os modelos utilizados na análise dos dados.

3.1 Primeira etapa: aspectos objetivos da crise da democracia

Para a primeira etapa empírica da presente pesquisa, o banco de dados utilizado será o Varieties of Democracy (V-Dem). Trata-se de um projeto do Departamento de Ciência Política da Universidade de Gotemburgo (Suécia), que adota uma abordagem ampla para compreender a democratização, a qual abrange diferentes dimensões do regime: eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária. Cada dimensão é representada por um índice independente, e cada índice é constituído por componentes medidos separadamente, como eleições livres e justas, liberdades civis, independência judicial, restrições executivas, igualdade de gênero, liberdade de mídia e sociedade civil. Por fim, cada um desses componentes é desagregado em indicadores específicos, constituindo em mais de 450, medidos anualmente, de 1789 até o presente, em todos os países do mundo (V-DEM, 2023).

Entendemos que a crise da democracia em sua dimensão objetiva está relacionada à erosão gradual e contínua dos traços fundamentais do regime democrático, que indicam um afastamento do regime que pode ou não resultar em um colapso (CASTALDO, 2018). Nesse sentido, com base nos dados divulgadas pelo V-Dem e no levantamento bibliográfico realizado, analisaremos a conjuntura dos três componentes imprescindíveis à democracia: a) eleições competitivas livres e limpas; b) cidadania adulta e abrangente; c) proteção às liberdades civis e aos direitos políticos, e a prevalência de governos eleitos e independentes.

Considerando que a democracia pressupõe a necessidade de que os chefes do Poder Executivo e os membros do Poder Legislativo sejam escolhidos por meio de eleições competitivas livres e limpas (MAINWARING et al., 2001), o Índice de Eleições Limpas (*Clean Elections Index*) do V-Dem apura até que ponto as eleições nos países são livres e justas. De acordo com o projeto, a ideia de “livre e justo” denota a ausência de fraude em registro, irregularidades sistemáticas, intimidação da oposição pelo governo, compra de votos e violência eleitoral (V-DEM, 2023).

A democracia representativa moderna também abrange a necessidade de direito de voto extensivo à maioria da população adulta, em uma quantidade próxima ao sufrágio universal (MAINWARING et al., 2001). Nesse sentido, o Indicador de Parcela da População com Sufrágio (*Share Of Population With Suffrage*) do V-Dem aponta a fração de cidadãos adultos que, conforme definido pela lei do país, tem o direito legal de votar nas eleições nacionais. De acordo com nota

metodológica do V-Dem, o sufrágio universal é codificado como 100%, e o sufrágio universal masculino codificado apenas como 50% (V-DEM, 2023).

O regime democrático pressupõe, ainda, a garantia e a proteção de direitos políticos e liberdades civis, por meio da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, da liberdade de organização, do *habeas corpus*, dentre outros direitos, e a prevalência de governos eleitos que de fato governam, e militares que estejam sob controle civil (MAINWARING et al., 2001), compreendendo na dimensão liberal de democracia. Dessa maneira, o Índice de Componente Liberal (*Liberal Component Index*), juntamente com o Índice de Liberdade de Expressão (*Freedom of Expression Index*) e o Índice de Liberdade de Associação (*Freedom of Association Thick Index*), mensuram a qualidade da proteção às liberdades civis e aos direitos políticos, e a prevalência de governos eleitos e independentes (V-DEM, 2023).

O Índice de Componente Liberal do V-Dem avalia se os princípios liberais da democracia estão sendo alcançados, levando em consideração a proteção dos direitos individuais e das minorias contra a tirania do Estado e da maioria, bem como os limites impostos ao governo, por meio da proteção das liberdades individuais garantidas pelo Estado de direito, e dos freios e contrapesos entre as instituições. Por sua vez, o Índice de Liberdade de Expressão averigua até que ponto o governo respeita a liberdade de imprensa e da mídia, a liberdade das pessoas comuns de discutirem assuntos políticos em casa e na esfera pública, bem como a liberdade de expressão acadêmica e cultural. Por último, o Índice de Liberdade de Associação infere sobre a liberdade dos partidos, incluindo partidos de oposição, em poderem formar e participar de eleições, e das organizações da sociedade civil em formarem e operarem livremente (V-DEM, 2023).

Para fins de recorte temporal, utilizaremos os dados coletados entre 1990 e 2022, e divulgados neste ano de 2023, tendo em vista que esse período abrange o fim das transições democráticas na América Latina, a consolidação da democracia em muitos países da região, a ampliação da participação cidadã, eleições e alternância de poder entre esquerda e direita, e também uma série de retrocessos observados nos últimos anos.

Com base nisso, nosso objetivo é analisar o caso da América Latina levando em consideração a metodologia utilizada por Diamonds em 2015, quando concluiu que a qualidade da democracia global entrou em declínio, com base em indicadores de democracia semelhantes ao *Varieties of Democracy*. Da mesma forma, desejamos realizar um diagnóstico sobre a democracia

na América Latina, observando os fatores que afetam os pressupostos objetivos do regime, a fim de oferecer algumas considerações sobre a situação democrática na região.

Tendo em vista o exposto, é possível sintetizar a relação entre cada componente de democracia e os indicadores do V-Dem por meio do Quadro 6:

Quadro 6 – Relação metodológica entre componentes de democracia e índices V-Dem

Componente de democracia	Índice V-Dem	Descrição V-Dem
Eleições competitivas livres e limpas	Índice de Eleições Limpas	Captura até que ponto as eleições são livres e justas, levando em consideração indicadores de autonomia e capacidade das instituições eleitorais, registro eleitoral de eleitores, compra de votos eleitorais, outras irregularidades eleitorais, intimidação do governo, violência eleitoral não estatal e eleições livres e justas.
Cidadania adulta e abrangente	Indicador da Parcela da População com Sufrágio	Informa a parcela de cidadãos adultos, conforme definido por lei do país, que possui o direito legal de votar nas eleições nacionais.
Proteção às liberdades civis e aos direitos políticos, a prevalência de governos eleitos que de fato governem e militares sob controle civil.	Índice de Componente Liberal	Mede até que ponto o ideal da democracia liberal é alcançado, por meio da análise das liberdades civis constitucionalmente protegidas, estado de direito forte, um judiciário independente e verificações e contrapesos efetivos que, juntos, limitam o exercício do poder executivo.
	Índice de Liberdade de Expressão	Analisa até que ponto o governo respeita a liberdade de imprensa e mídia, a liberdade das pessoas comuns de discutir assuntos políticos em casa e no espaço público, bem como a liberdade de expressão acadêmica e cultural. O índice é formado tomando as estimativas dos indicadores de esforço de censura da imprensa, assédio de jornalistas, autocensura da mídia, liberdade de discussão para homens/mulheres e liberdade de expressão acadêmica e cultural.
	Índice de Liberdade de Associação	Analisa até que ponto os partidos, incluindo partidos de oposição, podem formar e participar de eleições, e até que ponto as organizações da sociedade civil podem formar e operar livremente. O índice é formado tomando as estimativas de indicadores de proibição partidária, barreiras aos partidos, autonomia dos partidos de oposição, e eleições multipartidárias.

Fonte: Varieties of Democracy, 2023.

3.2 Segunda etapa: aspectos subjetivos da crise democrática

Após o exame dos sinais de um possível processo de enfraquecimento das bases objetivas da democracia na América Latina, é importante compreender se, igualmente, existem sinais de uma crise na esfera subjetiva da democracia, isto é, se os cidadãos latino-americanos estão deixando de apoiar o regime democrático e suas instituições.

Para essa segunda etapa da pesquisa, utilizaremos os dados agregados do Latinobarómetro. O Latinobarómetro é uma pesquisa anual de opinião pública, que envolve cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de habitantes, sendo realizada de forma contínua desde 1995. De forma geral, a pesquisa trata do desenvolvimento da democracia, economia e sociedade, utilizando indicadores de opinião, atitudes, comportamentos e valores. Os resultados são amplamente utilizados por atores sociais e políticos, organizações internacionais, governos e mídia (LATINOBARÓMETRO, 2021).

Em termos de recorte temporal, utilizaremos os dados de 2006 a 2020. Embora o Latinobarómetro tenha dados anteriores a 2006, a composição do plano amostral passou por uma reformulação nesse ano, de forma a ficar mais padronizada, de acordo com o Relatório Técnico do Latinobarómetro (2021). Além disso, o início da década de 2000 marca um período da “maré rosa”, onde diferentes governos de esquerda venceram eleições na América Latina. Embora analisar o desempenho desses governos não seja o objetivo desta dissertação, trata-se de um importante período de implementação de reformas econômicas. Por essa razão, parece-nos adequado estender o período em análise desse período até os dados mais recentes que temos hoje.

Tendo como base a discussão do Capítulo 1, mais especificamente a proposta de Norris (1999) sobre o conceito multidimensional da legitimidade, iremos analisar o desempenho de três indicadores de legitimidade democrática disponibilizados pelo Latinobarómetro: o apoio à democracia, a satisfação com o desempenho do regime democrático e a confiança nas instituições que concretizam a democracia. Essas variáveis correspondem às múltiplas dimensões estabelecidas por Norris, e vão de um espectro mais abstrato/difuso para outro mais concreto/específico, conforme estabelece o Quadro 7.

A dimensão de apoio aos princípios do regime democrático é mensurada pelo indicador de preferência pela democracia entre os latino americanos. O modelo avalia diferentes níveis de apoio à democracia, desde aqueles que consideram a democracia como o melhor sistema em todas as

circunstâncias, até aqueles que acreditam que um governo autoritário pode ser preferível em algumas situações.

Quadro 7 – Relação de indicadores de legitimidade democrática

Dimensão de Norris	Variável	Pergunta correspondente no Latinobarómetro
Apoio aos princípios do regime	Apoio à democracia	“Com qual das seguintes frases você concorda mais? a) a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; b) em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático; c) para gente como nós, tanto faz um regime um regime democrático ou não democrático; d) não sabe; e) não responde”.
Apoio à performance do regime	Satisfação com o desempenho do regime democrático	“Em geral, você diria que está muito satisfeito, bastante satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia? a) muito satisfeito; b) bastante satisfeito; c) não muito satisfeito; d) nada satisfeito; e) não sabe; f) não responde”.
Confiança nas instituições	Confiança nas Instituições	“Por favor, olhe para este cartão e diga-me, para cada um dos grupos/instituições ou pessoas mencionadas na lista. Quanta confiança você tem neles: Muita, Alguma, Pouca ou Nenhuma confiança em...?”

Fonte: Latinobarómetro, 2021.

Por conseguinte, o apoio à performance do regime é mensurado pela satisfação com o desempenho do regime democrático. Este indicador permite que os entrevistados expressem seu nível de satisfação com a performance da democracia, levando em consideração os diversos fatores que possam influenciar sua resposta, como a experiência pessoal com o sistema democrático, sua percepção da situação política e econômica, e suas crenças políticas e ideológicas.

Por fim, a confiança nas instituições é medida pelo nível de confiança que os latino-americanos possuem nas instituições que materializam o regime democrático, tais como: o Poder Legislativo, representado pela confiança no Congresso, no Poder Executivo, representado pelo governo e no presidente, no Poder Judiciário, nos partidos políticos e na instituição eleitoral.

3.3 Terceira etapa: a relação entre percepção econômica e legitimidade democrática

Após um diagnóstico tanto objetivo quanto subjetivo dos potenciais indicadores de uma crise da democracia e um declínio da legitimidade democrática na América Latina, o presente

estudo irá examinar a relação entre a economia e a democracia, mais especificamente entre a percepção dos indivíduos sobre a economia e suas atitudes em relação ao regime democrático.

Utilizaremos nessa etapa o mesmo banco de dados utilizado na etapa anterior: o Latinobarómetro. Dessa vez, no entanto, ao invés de trabalharmos apenas com os dados agregados, iremos também analisar os dados individuais. Assim, nos será possível aplicar técnicas de análise multivariada, como a regressão logística (KRUGER & LEWIS-BECK, 2008), investigando a relação entre uma variável dependente e variáveis independentes (WOOLDRIDGE, 2010).

A variável dependente escolhida diz respeito à legitimidade democrática. Conforme apresentado no Capítulo 1, Norris (1999) a classifica em um quadro de cinco partes, distinguindo-a entre apoio à comunidade política, apoio aos princípios do regime, satisfação com o desempenho do regime, confiança nas instituições do regime e confiança nos atores políticos. Esses níveis de legitimidade podem ser categorizados em uma ordem, desde o apoio mais difuso ao Estado-nação, até níveis sucessivos de suporte mais concreto a políticos e autoridades específicas. Isso permite que, na prática, seja possível distinguir e investigar a concepção do cidadão sobre os diferentes níveis de legitimidade, uma vez que, por exemplo, ao mesmo tempo em que ele pode criticar a maneira como os governos democráticos funcionam na prática, ele também pode manter fortemente a crença em valores e princípios da democracia (NORRIS, 1999).

Em função da disponibilidade de dados do Latinobarómetro, nossa investigação recairá sobre quatro dos cinco níveis de legitimidade: 1) apoio aos princípios do regime; 2) satisfação com o desempenho do regime; 3) confiança nas instituições do regime; e 4) confiança nos atores políticos. Dessa maneira, nos será possível analisar as variáveis dependentes de legitimidade democrática levando em consideração a influência da percepção econômica, e interpretar os resultados das análises de regressão de acordo com a proposta metodológica de Norris (1999).

O primeiro nível de legitimidade a ser investigado é apoio aos princípios do regime. De acordo com Norris (1999), essa dimensão diz respeito ao apoio aos princípios centrais do regime que representam os valores do sistema político, ou seja, seria a definição “idealista” de democracia derivada da teoria liberal. Nesse sentido, o apoio aos princípios do regime será mensurado pelas variáveis do Latinobarómetro de preferência pela democracia e de rejeição a um governo militar.

A variável de preferência pela democracia busca saber do entrevistado sobre a sua predileção pela democracia como a melhor forma de governo, questionando-o se ele concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente da seguinte afirmação: “a democracia pode

ter problemas, mas é o melhor sistema de governo” (LATINOBARÓMETRO, 2021). Para a construção da variável binária, a resposta a essas quatro opções foi recodificada. Quem concordou totalmente ou apenas concordou, recebeu o valor 1, enquanto os que responderam as demais opções recebeu o valor 0. Podemos, assim, identificar aqueles que preferem a democracia (1) dos que não preferem (0).

A segunda variável de apoio aos princípios do regime questiona o entrevistado sobre sua posição em relação à possibilidade de apoiar um governo militar, ao invés de um governo democrático, em situações de extrema dificuldade, ou se ele se opõe completamente à ideia de um governo militar. Assim, a resposta do entrevistado tenderia a se adequar a uma das seguintes opções: “apoiaria um governo militar ao invés de um governo democrático, se as coisas ficarem muito difíceis” ou se “em hipótese alguma eu apoiaria um governo militar” (LATINOBARÓMETRO, 2021). As respostas a essa variável foram recodificadas. Aqueles que responderam que apoiaria um governo militar em situações de crise receberam o valor 0, enquanto aqueles que responderam que nunca apoiariam um governo militar receberam o valor 1. Isso resultou na divisão entre aqueles que rejeitam golpes (1) e aqueles que não rejeitam (0).

Por conseguinte, o segundo nível de legitimidade democrática diz respeito ao apoio à performance do regime. De acordo com Norris (1999), essa dimensão se refere à avaliação que o cidadão faz da atuação do regime, ou seja, o apoio à forma como os sistemas políticos funcionam na prática em oposição ao ideal. Nesse sentido, esse nível de legitimidade é mensurado pela variável que avalia a satisfação do latino-americano com o desempenho da democracia.

O Latinobarómetro questiona o entrevistado se, em termos gerais, ele está satisfeito com o funcionamento da democracia em seu país, oferecendo as opções “muito satisfeito”, “bastante satisfeito”, “não muito satisfeito” ou “nada satisfeito” (LATINOBARÓMETRO, 2021). Para a construção da variável binária, as respostas a essa pergunta foram recodificadas. Quem respondeu estar muito satisfeito ou bastante satisfeito, recebeu o valor 1, enquanto os que responderam não estar muito satisfeito ou nada satisfeito, recebeu o valor 0. Dessa maneira, identificamos aqueles que estão satisfeitos com a democracia (1) dos que não estão (0).

O terceiro nível de legitimidade democrática a ser investigado se refere à confiança nas instituições que materializam o regime democrático. De acordo com Rose, citada por Norris (1997, apud NORRIS, 1999), essa dimensão faz referência à visão “realista” da democracia, buscando mensurar o apoio generalizado às instituições, ou seja, a aprovação dos poderes da presidência ao

invés de apoio à figura do presidente, por exemplo, e o apoio aos partidos, ao invés de líderes de partidos específicos, embora, na prática, a linha divisória entre o cargo e os titulares seja frequentemente incerta.

Nesse sentido, a confiança nas instituições foi mensurada por meio de cinco variáveis: a) confiança no Congresso; b) confiança no governo; c) confiança no Poder Judiciário; d) confiança nos partidos políticos; e e) confiança na instituição eleitoral do país. O Latinobarómetro questiona o entrevistado sobre o nível de confiança que ele deposita em cada uma dessas instituições, podendo ele responder se possui “muita”, “alguma”, “pouca” ou “nenhuma” confiança (LATINOBARÓMETRO, 2021).

A construção da variável de confiança nas instituições envolveu a recodificação das respostas para cada uma das opções apresentadas. Desse modo, aqueles que informaram ter muita ou alguma confiança nas instituições mencionadas receberam o valor 1, enquanto aqueles que indicaram ter pouca ou nenhuma confiança receberam o valor 0. Dessa forma, foi possível distinguir aqueles que confiam nas instituições democráticas (1) daqueles que não confiam (0).

Finalmente, o quarto nível de legitimidade democrática diz respeito à confiança nos atores das instituições. Segundo Norris (1999), é importante considerar o apoio específico a atores ou autoridades políticas, incluindo avaliações dos políticos como classe e o desempenho de líderes individuais. Nesse sentido, a confiança nos atores das instituições é mensurada pelas variáveis de “confiança no presidente”, que procura saber o nível de confiança que o cidadão deposita na figura presidente do país, e de “desempenho político”, que questiona o entrevistado se ele aprova ou desaprova a gestão do governo chefiado pelo presidente do país.

O Latinobarómetro questiona o entrevistado sobre o nível de confiança que ele possui no Presidente da República, podendo ele responder se possui “muita”, “alguma”, “pouca” ou “nenhuma” confiança (LATINOBARÓMETRO, 2021). A construção dessa variável envolveu a recodificação dessas respostas para se adequar à metodologia adotada no trabalho. Desse modo, quem informou possuir muita ou alguma confiança no presidente recebeu o valor 1, enquanto quem respondeu possuir pouca ou nenhuma recebeu o valor 0. Dessa forma, foi possível distinguir aqueles que confiam no presidente (1) daqueles que não confiam (0).

Por sua vez, o Latinobarómetro questiona o entrevistado se ele aprova ou não a gestão do governo (LATINOBARÓMETRO, 2021). Para a construção dessa variável, as respostas foram recodificadas, sendo atribuído o valor 1 para aqueles que aprovam a forma como o governo é

conduzido, e o valor 0 para aqueles que desaprovam. Dessa forma, identificamos aqueles que aprovam a gestão do governo (1), daqueles que não aprovam (0).

Tendo em vista o exposto, foi possível sintetizar a relação de variáveis dependentes de legitimidade democrática conforme estabelecido no Quadro 8:

Quadro 8 – Variáveis dependentes a serem explicadas de legitimidade democrática

Dimensão	Variável	Pergunta no Latinobarómetro
Apoio aos princípios do regime	Preferência pela Democracia	“Por favor, diga-me se você concorda totalmente (1), concorda (2), discorda (3) ou discorda totalmente (4) com a seguinte afirmação: ‘a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo’”.
	Apoio a um governo militar	“Você apoiaria um governo militar no lugar de um governo democrático se as coisas ficassem muito difíceis, ou você não apoiaria um governo militar em nenhuma circunstância? Eu apoiaria um governo militar em vez de um governo democrático, se as coisas ficarem muito difíceis (1); Em hipótese alguma eu apoiaria um governo militar (2); Não sei (8); Não responde (0)”.
Apoio à performance do regime	Satisfação com a democracia	“Em geral, você diria que está muito satisfeito, um pouco satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia em (PAÍS)? Muito satisfeito (1); Bastante Satisfeito (2); Não muito satisfeito (3); Não satisfeito (4); Não sei (8)”.
Confiança nas instituições	Confiança no Congresso	“Por favor, olhe para este cartão e diga-me, para cada um dos grupos, instituições ou pessoas da lista, quanta confiança você deposita neles: muita (1), alguma (2), pouca (3) ou nenhuma (4) no: a) Congresso; b) Governo; c) Poder Judiciário; d) Partidos Políticos; e) Instituição eleitoral”.
	Confiança no Governo	
	Confiança no Poder Judiciário	
	Confiança nos Partidos Políticos	
	Confiança na Instituição Eleitoral do País	
Confiança nos Atores das Instituições	Confiança no Presidente	“Por favor, olhe para este cartão e diga-me, para cada um dos grupos, instituições ou pessoas da lista, quanta confiança você deposita neles: muita (1), alguma (2), pouca (3) ou nenhuma (4) no Presidente da República”.
	Desempenho político	“Você aprova ou não a gestão do governo chefiado pelo presidente (nome)? Aprova (1); Desaprova (2); Não Sabe/Não responde (0)”.

Fonte: Latinobarómetro, 2021.

Queremos entender até que ponto a percepção da economia afeta a atitude do indivíduo sobre essas quatro dimensões de legitimidade democrática. Em meio às discussões sobre a percepção econômica, existem diversas propostas de variáveis que possam representá-la. Elas podem variar desde uma avaliação egotrópica e retrospectiva, isto é, é uma avaliação da situação econômica pessoal e em relação ao passado, até uma avaliação sociotrópica prospectiva, ou seja, a presunção de como estará a situação econômica do país no futuro (CASALECCHI, 2016). Nesse sentido, para mensurar a percepção econômica dos cidadãos latino-americanos, iremos utilizar os indicadores do Latinobarómetro, compreendidos neste trabalho como variáveis independentes explicativas: 1) satisfação com a economia do país; 2) situação econômica em relação à renda; e 3) avaliação egotrópica prospectiva.

O Latinobarómetro questiona o entrevistado se, em termos gerais, ele está satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da economia de seu país. Dessa maneira, para a construção dessa variável, a resposta a essa questão foi recodificada (LATINOBARÓMETRO, 2021). Quem respondeu estar muito satisfeito ou bastante satisfeito, recebeu o valor 1, enquanto os que responderam não estar muito satisfeito ou nada satisfeito, recebeu o valor 0. Podemos, assim, identificar aqueles que estão satisfeitos com o funcionamento da economia (1) dos que não estão (0).

Por conseguinte, a variável que mensura a situação econômica em relação à renda do indivíduo indaga o entrevistado sobre a sua capacidade de satisfazer suas necessidades com a renda que recebe, incluindo o rendimento familiar total. São apresentadas quatro opções para determinar em qual situação o entrevistado se encontra: “é o suficiente para eles, eles podem economizar”, “atinge-os justo, sem grandes dificuldades”, “não é suficiente para eles, eles têm dificuldades”, ou “não é suficiente para eles, eles têm grandes dificuldades” (LATINOBARÓMETRO, 2021). Para a construção da variável, as respostas para essas quatro opções foram recodificadas. Aqueles que responderam as duas primeiras opções receberam o valor 1, enquanto aqueles que responderam demais receberam o valor 0. Isso nos permite identificar aqueles que possuem uma renda suficiente para cobrir todas as despesas (1) daqueles que não possuem (0).

Por fim, no que diz respeito à avaliação egotrópica prospectiva, o Latinobarómetro busca saber do entrevistado sobre a sua percepção de como estará a sua situação econômica futura, por meio da seguinte pergunta: “nos próximos doze meses, você acha que sua situação econômica e de sua família estará muito melhor, um pouco melhor, igual, um pouco pior ou muito pior do que

hoje” (LATINOBARÓMETRO, 2021). Para a construção da variável, a resposta a essas cinco opções foi recodificada. Quem respondeu as três primeiras opções, recebeu o valor 1, enquanto os que responderam as demais, o valor 0. Podemos, assim, identificar aqueles que acreditam que a sua situação econômica futura melhorará (1) dos que não acreditam (0).

Tendo em vista o exposto, foi possível esquematizar a relação de variáveis independentes de percepção econômica da seguinte forma:

Quadro 9 – Variáveis independentes explicativas de percepção econômica

VARIÁVEL	PERGUNTA CORRESPONDENTE NO LATINOBARÓMETRO
Satisfação com a Economia do País	“Em geral, você diria que está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da economia em (PAÍS)? Muito satisfeito (1); Bastante Satisfeito (2); Não muito satisfeito (3); Não satisfeito (4); Não sei (8); Não responde (0)”.
Situação Econômica em Relação à Renda	“O salário que você recebe e o rendimento familiar total permitem-lhe cobrir satisfatoriamente as suas necessidades? Em qual dessas situações você se encontra? É o suficiente para eles, eles podem economizar (1); Atinge-os justo, sem grandes dificuldades (2); Não é suficiente para eles, eles têm dificuldades (3); Não é suficiente para eles, eles têm grandes dificuldades (4); Não sei (8); Não responde (0)”.
Avaliação Egotrópica Prospectiva	“Nos próximos doze meses, você acha que sua situação econômica e de sua família estará muito melhor (1), um pouco melhor (2), igual (3), um pouco pior (4) ou muito pior do que hoje (5)? Não sabe (8); Não responde (0)”.

Fonte: Latinobarómetro, 2021.

Em relação às variáveis de controle, foram incluídas duas para que seja estabelecido um controle sociodemográfico: sexo e idade. Os homens foram codificados em 1, enquanto as mulheres em 0. Dessa maneira, podemos analisar o caso dos homens em relação às mulheres. Por sua vez, a variável idade foi codificada da seguinte forma: quem possui entre 16 e 25 anos, entendemos como jovens; 26 e 60 anos, como adultos; e 61 a 100 anos, como velhos.

Como variáveis também relacionadas à teoria da modernização, acrescentamos a satisfação com a vida, a escolaridade (em anos de estudo), e interesse sobre política. A variável “satisfação com a vida” questiona o entrevistado se, em termos gerais, ele diria que está muito satisfeito com sua vida, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito. Nesse sentido, a resposta a essas quatro opções foi recodificada, sendo que quem respondeu as duas primeiras opções, recebeu o valor 1, enquanto os que responderam as demais, o valor 0. Podemos, assim, identificar aqueles que estão satisfeitos com a sua vida (1) dos que não estão satisfeitos (0).

Por sua vez, a variável de escolaridade questiona o entrevistado sobre quantos anos ele possui de estudos. Para se adequar à metodologia deste trabalho, optamos por recodificar esta variável em quem possui ensino superior, recebendo o valor 1, dos que não possuem, os quais receberam o valor 0. Desse modo, distinguimos quem possui ensino superior (1), dos que não possuem (0).

Com base na teoria revisada da modernização de Inglehart e Welzel (2005), a modernização seria impulsionada por um processo de mobilização cognitiva, cujo principal fator seria a educação formal. No entanto, alguns autores têm argumentado que o interesse pela política é um fator essencial para o conceito de mobilização cognitiva e, portanto, para a teoria da modernização em si, além da escolaridade (DALTON, 2004; WELZEL, 2009, apud CASALECCHI, 2016).

Nesse sentido, no que se refere à variável de interesse por política, o Latinobarómetro questiona o entrevistado o quanto ele se interessa por política, apresentando as seguintes opções: muito interessado, um pouco interessado, pouco interessado, ou não interessado. Assim, a resposta a essas quatro opções foi recodificada, sendo que quem respondeu as duas primeiras opções, recebeu o valor 1, enquanto os que responderam as demais, o valor 0. Assim, foi possível identificar aqueles que se interessam por política (1) dos que não se interessam (0).

Quanto a teoria da confiança interpessoal, utilizamos uma única variável a partir da seguinte pergunta: “de um modo geral, você diria que a maioria das pessoas é confiável ou que nunca é cuidadoso o suficiente ao lidar com os outros?”. A resposta a essa pergunta foi recodificada, sendo que quem respondeu que “pode-se confiar na maioria das pessoas” recebeu o valor 1, enquanto que quem respondeu que “a gente nunca é cuidadoso o suficiente ao lidar com os outros” recebeu o valor 0. Dessa maneira, foi possível distinguir aqueles que acreditam que se pode confiar na maioria das pessoas (1), dos que acreditam no contrário (0).

A variável utilizada para medir a percepção sobre a corrupção foi feita a partir da seguinte pergunta: “quanto você acha que houve progresso na redução da corrupção nas instituições do Estado nos últimos 2 anos?”. Nesse sentido, a resposta a essa pergunta foi recodificada, sendo que quem respondeu “muito” ou “algo” recebeu o valor 1, enquanto quem respondeu “pouco” ou “nada”, recebeu o valor 0, sendo, assim, possível distinguir aqueles que acreditam que o nível de corrupção diminuiu (1), dos que não acreditam (0).

A variável de vitimização é feita a partir da pergunta: “você ou um parente foi agredido, agredido ou vítima de algum crime nos últimos doze meses?”. Dessa maneira, a resposta a essa

pergunta foi recodificada, sendo que quem respondeu “sim” recebeu o valor 0, enquanto que quem respondeu “não” recebeu o valor 1.

Por fim, é importante saber sobre como a percepção de acesso a direitos também pode influenciar na formação de atitudes democráticas na América Latina. Por essa razão, utilizaremos a variável de acesso a direitos, que é feita a partir da pergunta: “o quão justa você acha que é a distribuição de renda no país? E quão justo é o acesso à educação, à saúde, e à justiça?” Esse conjunto de direitos foram agrupados em uma única variável, sendo que quem respondeu “muito justo” e “justo” recebeu o valor 1, enquanto quem respondeu “injusto” ou “muito injusto” recebeu o valor 0.

Tendo em vista o exposto, foi possível sintetizar a relação de variáveis de controle da seguinte maneira:

Quadro 10 – Variáveis de controle

VARIÁVEL	Pergunta correspondente no Latinobarómetro
Sexo	(1) Homem, (0) Mulher.
Faixa Etária	16/25 - Jovens; 26/60 - Adultos; 61/100 - Velhos.
Satisfação com a Vida	“Em termos gerais, você diria que está satisfeito com sua vida? Você diria que é...? Muito satisfeito (1); Bastante satisfeito (2); Não muito satisfeito (3); Nada satisfeito (4); Não sabe/não responde (0)”.
Escolaridade	“Que estudos você fez? Qual é o último ano que você estudou? Escola técnica de quê, instituto de quê..., etc.? (ESCREVA O ANO)”.
Interesse por Política	“O quanto você se interessa por política? Muito interessado (1); Um pouco interessado (2); Pouco interessado (3); Não estou interessado (4); Não sei (8); Não responde (0)”.
Confiança Interpessoal	“De um modo geral, você diria que a maioria das pessoas é confiável ou que nunca é cuidadoso o suficiente ao lidar com os outros? Pode-se confiar na maioria das pessoas (1); A gente nunca é cuidadoso o suficiente ao lidar com os outros (2); Não sabe/não responde (0)”.
Vítima de Violência	“Você ou um parente foi agredido, agredido ou vítima de algum crime nos últimos doze meses? Sim (0); Não (1)
Corrupção	“Quanto você acha que houve progresso na redução da corrupção nas instituições do Estado nos últimos 2 anos? Muito (1); Algo (2); Pouco (3); Nada (4); Não sabe); Sem resposta (0).
Acesso a Direitos	“Quão justo é o acesso à educação? E o acesso à saúde E o acesso à justiça? Muito justo (1); Justa (2); Injusto (3); Muito injusto (4); Não sei (8); Não responde (0)”.

Fonte: Latinobarómetro, 2021.

Em resumo, a proposta metodológica desta dissertação se divide em três etapas. A primeira busca analisar os sinais de declínio dos requisitos da democracia, como a deterioração da qualidade das eleições, a diminuição da cidadania adulta e abrangente, e a degradação da proteção às liberdades civis e aos direitos políticos, e a prevalência de governos eleitos e independentes, a partir dos dados do V-Dem.

A segunda etapa possui o objetivo de investigar se existem sinais de uma crise na esfera subjetiva da democracia, isto é, se os cidadãos latino-americanos estão deixando de apoiar o regime democrático e as instituições básicas que as compõem. Para essa segunda etapa da pesquisa, utilizaremos os dados agregados do Latinobarómetro.

Por fim, a terceira etapa irá examinar a relação entre a economia e a democracia, mais especificamente entre a percepção dos indivíduos sobre a economia e suas atitudes em relação ao regime democrático, utilizando os dados do Latinobarómetro. Dessa vez, no entanto, ao invés de trabalhar apenas com os dados agregados, iremos também analisar os dados individuais. Assim, nos será possível aplicar técnicas de análise multivariada, como a regressão logística (KRUGER & LEWIS-BECK, 2008), investigando a relação entre uma variável dependente e variáveis independentes (WOOLDRIDGE, 2010).

4 CRISES DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA E A RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DA ECONOMIA E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

A literatura clássica sobre a crise da democracia examina os casos de colapso democrático que ocorreram nos períodos entre as guerras mundiais e durante as décadas de 1950 e 1970, principalmente devido a golpes (militares) de Estado, golpes governamentais por líderes eleitos e fraudes eleitorais (CASTALDO, 2018). Entretanto, o debate sobre o tema foi retomado recentemente por Diamond (2015) na edição comemorativa de 25 anos do *Journal of Democracy*. Ele argumenta que desde pelo menos 2006, o mundo está enfrentando uma recessão democrática prolongada, porém, branda. O autor também observa vários motivos de preocupação, incluindo a interrupção na continuidade de governos por diferentes meios, como o impeachment. Além disso, há uma diminuição na qualidade da democracia em países emergentes que são considerados estrategicamente importantes pelo autor e que ele se refere como “estados decisivos”. Diamond também destaca o aprofundamento do autoritarismo, inclusive em países industrializados avançados, e a eleição de “outsiders” em democracias estabelecidas, como foi o caso de Donald Trump nos Estados Unidos.

Para Mounk (2018), a ameaça à democracia é observada empiricamente pela ascensão dos partidos de extrema direita em países de maior tradição democrática, onde populistas tem celebrado um sucesso sem precedentes nos últimos anos ao proclamarem estarem ao lado do povo. Para o autor, o apoio a esses populistas está associado à insatisfação popular com o desempenho do regime democrático, que não tem obtido sucesso em atender as demandas populares de maior inclusão social e econômica. A ascensão de movimentos e líderes que conspiram contra o sistema democrático e os direitos de liberdades individuais seria, então, um reflexo do descontentamento popular com o regime.

Por sua vez, Adam Przeworski (2020) é cauteloso ao falar sobre uma “crise da democracia”, mas ao revisar o tema conclui que, de fato, existem aspectos preocupantes que devem ser monitorados pelos estudiosos do tema e que podem, com o tempo, desgastar as instituições e a própria legitimidade democrática, sendo eles: o colapso dos partidos tradicionais; o avanço da direita radical, apoiada por atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; e o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública.

A crise da democracia também está presente na América Latina, onde, nos últimos anos, têm ocorrido casos explícitos de rupturas democráticas. Estas rupturas, em grande parte, são causadas por golpes de Estado, como no caso da deposição do presidente Manuel Zelaya em Honduras (2009), seguida pelas quedas de presidentes com perfis políticos de esquerda como Fernando Lugo no Paraguai (2012), Dilma Rousseff no Brasil (2015) e Evo Morales na Bolívia (2019). Pérez-Liñán (2018), argumenta que a era dos golpes militares acabou, mas a democracia na América Latina ainda enfrenta grandes desafios, uma vez que, de acordo com a autora, as novas ameaças à sobrevivência do regime se dão por motivos políticos, por meio da instituição do impeachment, cujo processamento acontece por meio das instituições vigentes.

No campo da legitimidade democrática, dados do Latinobarómetro demonstram que indicadores que mensuram a legitimidade democrática na América Latina voltaram aos piores níveis já registrados desde a redemocratização. A pesquisa de Botelho et al. (2019) confirma a existência de sinais de desconsolidação da democracia na América Latina. Para os autores, o perfil autoritário na região é composto de pessoas jovens, com baixa escolaridade, desconfiadas das instituições e insatisfeitas com a economia, o que corrobora com as linhas de explicações para o declínio da legitimidade democrática na América Latina.

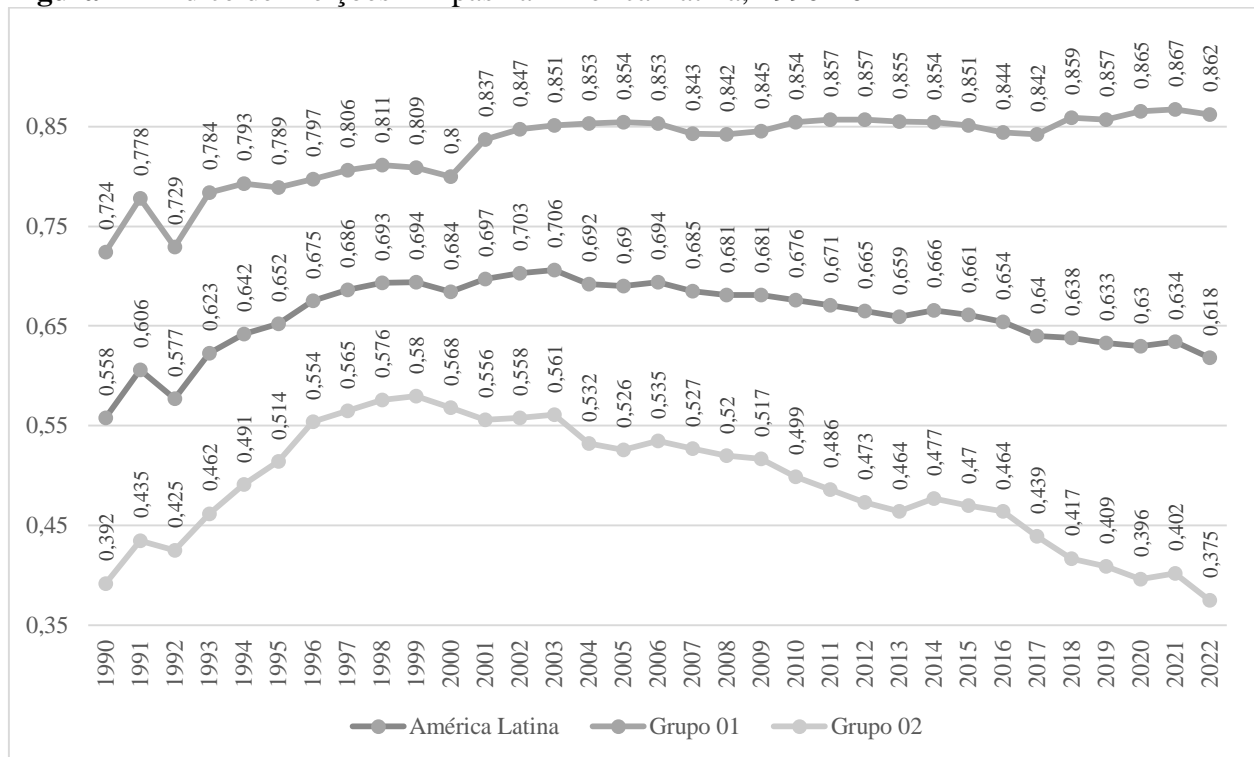
Os dados apresentados acima parecem confirmar o alerta feito por Diamond (2015) e Mounk (2018) ao caso latino-americano. Concordamos com o argumento de Botelho et. al. (2020) de que existem sinais de “desconsolidação” na região. Diante disso, cabe perguntar: o que explica essa situação? O objetivo da pesquisa é contribuir na explicação dessa pergunta a partir de uma hipótese: a desconsolidação democrática, marcada pelo declínio do apoio à democracia e da satisfação com o regime, está fortemente correlacionada com a avaliação que os latino-americanos fazem do desempenho da economia.

Portanto, queremos entender como a percepção dos latino-americanos a respeito da economia afeta a satisfação que eles têm com a democracia e o próprio apoio que prestam a este regime político. Dado que a América Latina é uma região marcada por forte instabilidade política e econômica, com períodos de alta inflação, desemprego, impasses políticos e institucionais; consideramos ser ainda mais relevante compreender essa relação. O presente capítulo tem por pressuposto apresentar os resultados da análise realizada sobre as crises da democracia na América Latina e a relação entre a percepção da economia e a legitimidade democrática.

4.1 A crise da democracia na América Latina: a dimensão objetiva

O Índice de Eleições Limpas do V-Dem mensura o quão limpas e justas são as eleições nos países avaliados. Desse modo, o indicador é utilizado para avaliar a qualidade das eleições, considerando critérios como a ausência de fraude em registro eleitoral, irregularidades sistemáticas, intimidação da oposição pelo governo, compra de votos e violência eleitoral. Com base nos dados coletados entre 1990 e 2022, é possível observar uma recente queda na qualidade das eleições da média geral dos países da América Latina, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Índice de Eleições Limpas na América Latina, 1990-2022



Legenda: O Grupo 01 é composto pelo seguinte conjunto de países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru, e Uruguai. Por sua vez, o Grupo 02 corresponde aos países: Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana e Venezuela.

Fonte: V-DEM, 2023.

Entre os anos de 1990 a 2003, a média do Índice de Eleições Limpas do conjunto de países da América Latina apresentou uma tendência de alta, podendo indicar o fortalecimento das instituições eleitorais e da qualidade das eleições na região durante o período. Entretanto, a partir

de 2004, esse indicador começou a cair de forma gradual e contínua, culminando, em 2022, no pior número já observado desde 1993.

Para uma melhor compreensão do declínio do Índice de Eleições Limpas na América Latina, optamos por dividir o conjunto total de países da região em dois grupos: o primeiro é constituído pelos países que têm demonstrado consistentemente os melhores níveis de qualidade nas eleições ao longo dos anos, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai; o segundo grupo é formado pelos países que têm apresentado resultados abaixo do esperado no decorrer do tempo, como Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana e Venezuela.

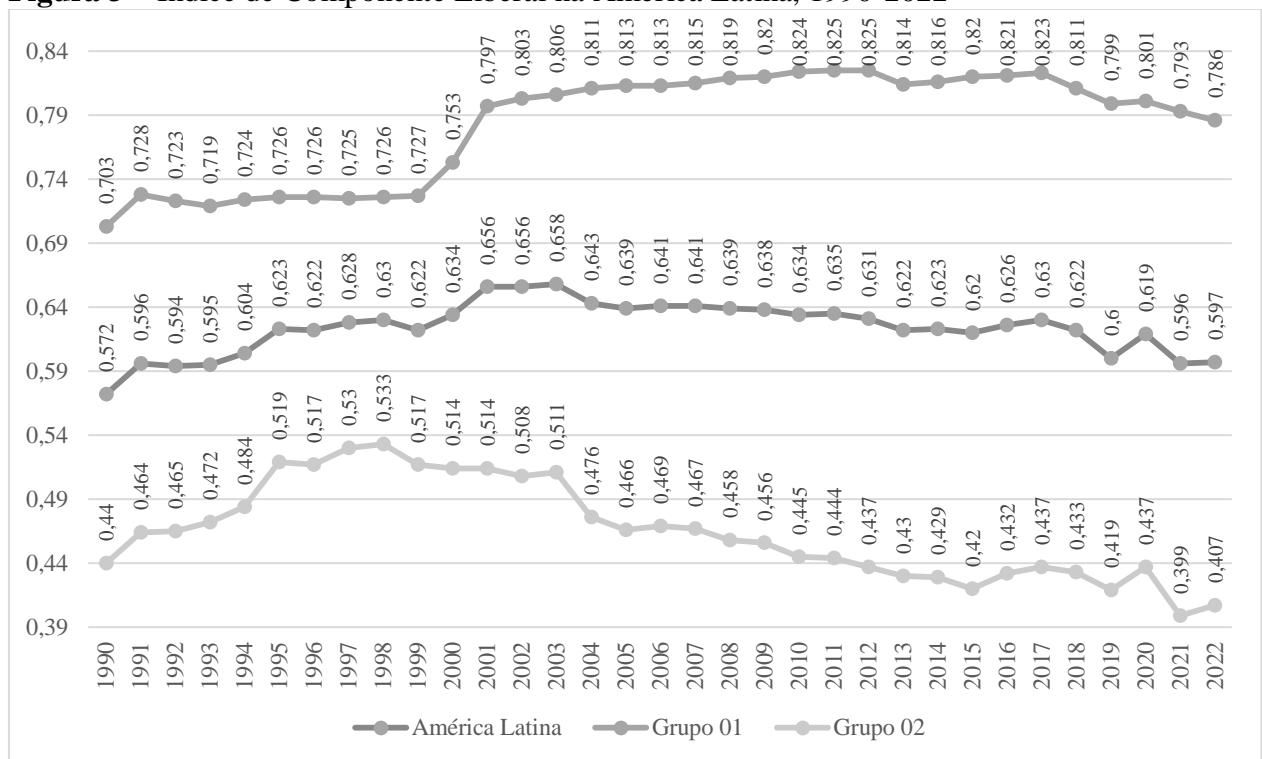
Desse modo, observou-se que, ao contrário da média geral dos países latino-americanos, o primeiro grupo de países não apresenta instabilidade ou sinais de declínio desde 1993. Chile, Costa Rica, Uruguai, Argentina, Peru e Panamá têm obtido as melhores pontuações em toda série histórica, próximas do valor máximo. Embora o Brasil tenha sofrido um leve declínio do índice a partir de 2015, sempre apresentou bons resultados ao longo do tempo, mantendo-se distante da média geral de países. Além disso, Bolívia, Equador e México têm alcançado valores consideráveis a longo prazo, que não influenciam o evidente declínio do índice de qualidade das eleições na região.

Em contraste, o segundo grupo tem experimentado graves problemas em relação ao indicador. Haiti, Venezuela, Nicarágua e Cuba acumulam os piores resultados desde, pelo menos, os últimos dez anos. Honduras, apesar de possuir valores que evidenciam a grave situação da qualidade das eleições no país ao longo do tempo, obteve uma melhora considerável de quase 0,2 pontos no último ano. Em contrapartida, El Salvador sofreu uma grande queda no índice entre 2020 e 2022. Por sua vez, Colômbia, República Dominicana, Paraguai e Guatemala possuem valores que acompanham e influenciam a trajetória de declínio do Índice de Eleições Limpas na América Latina.

Portanto, de acordo com a leitura do gráfico e a análise individual de cada país, percebe-se que o que explica o declínio da média do Índice de Eleições Limpas na América Latina é a influência de determinados países que acumulam baixos resultados ao longo dos anos. Isso significa que a queda da qualidade das eleições é um sintoma da crise da democracia que não afeta toda região, ou seja, não é tão homogênea quanto se pressupõe. Não obstante, é imprescindível analisar outros indicadores de democracia.

O Índice de Componente Liberal do V-Dem é baseado no princípio liberal da democracia, que incorpora a importância de proteger os direitos individuais e das minorias contra a tirania do Estado e da maioria, e a responsabilização entre as instituições por meio do sistema de freios e contrapesos que limitam o exercício do Poder Executivo de cada país. Nesse sentido, o indicador mede a eficácia da proteção das liberdades civis constitucionalmente protegidas, e a independência e harmonia entre os poderes (V-DEM, 2023). A Figura 3 ilustra o desempenho do índice entre os anos de 1990 e 2022.

Figura 3 – Índice de Componente Liberal na América Latina, 1990-2022



Legenda: O Grupo 01 é composto pelo seguinte conjunto de países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, e Uruguai. Por sua vez, o Grupo 02 corresponde aos países: Bolívia, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, República Dominicana, e Venezuela.

Fonte: V-DEM, 2023.

Conforme acima exposto, desde o começo da década de 1990, até o início dos anos 2000, houve um aumento lento e constante do Índice de Componente Liberal na América Latina, o que indica o fortalecimento da democracia liberal na região. No entanto, a partir de 2004, é observada uma queda contínua deste indicador, que nos últimos dois anos resultou nos piores valores já registrados desde 1990 (V-DEM, 2023). Esse declínio evidencia graves sintomas da crise da

democracia na América Latina: o desgaste da proteção aos direitos e liberdades fundamentais, a redução do Estado democrático de direito e o enfraquecimento da independência dos poderes.

A queda do Índice de Democracia Eleitoral na América Latina tem sido mais acentuada na Venezuela e na Nicarágua, onde tem ocorrido uma grande diminuição em seus números ao longo das duas últimas décadas. Cuba, por sua vez, sempre obteve os piores resultados, com uma média de apenas 0,13 pontos. El Salvador tem experimentado uma queda brusca em seus índices de democracia liberal desde 2019. Bolívia, Haiti, México, República Dominicana e Honduras possuem resultados muito próximos da média geral da região. Já o Equador, que até 2016 apresentava resultados abaixo da média de todos os países, tem obtido uma melhora significativa em seus índices desde 2017 (V-DEM, 2023).

Por outro lado, há países na América Latina que não enfrentam problemas significativos em relação ao Índice de Componente Liberal. É o caso do Chile, Costa Rica e Uruguai, os quais, em toda a série histórica, têm mantido os seus números próximos do valor máximo. Argentina, Panamá, Paraguai e Peru também possuem índices positivos e não demonstram sinais de instabilidade. No entanto, entre os países com as melhores médias históricas, Brasil, Colômbia e Guatemala têm experimentado uma queda em seus índices, o que tem levado à diminuição da média desses países nos últimos cinco anos (V-DEM, 2023).

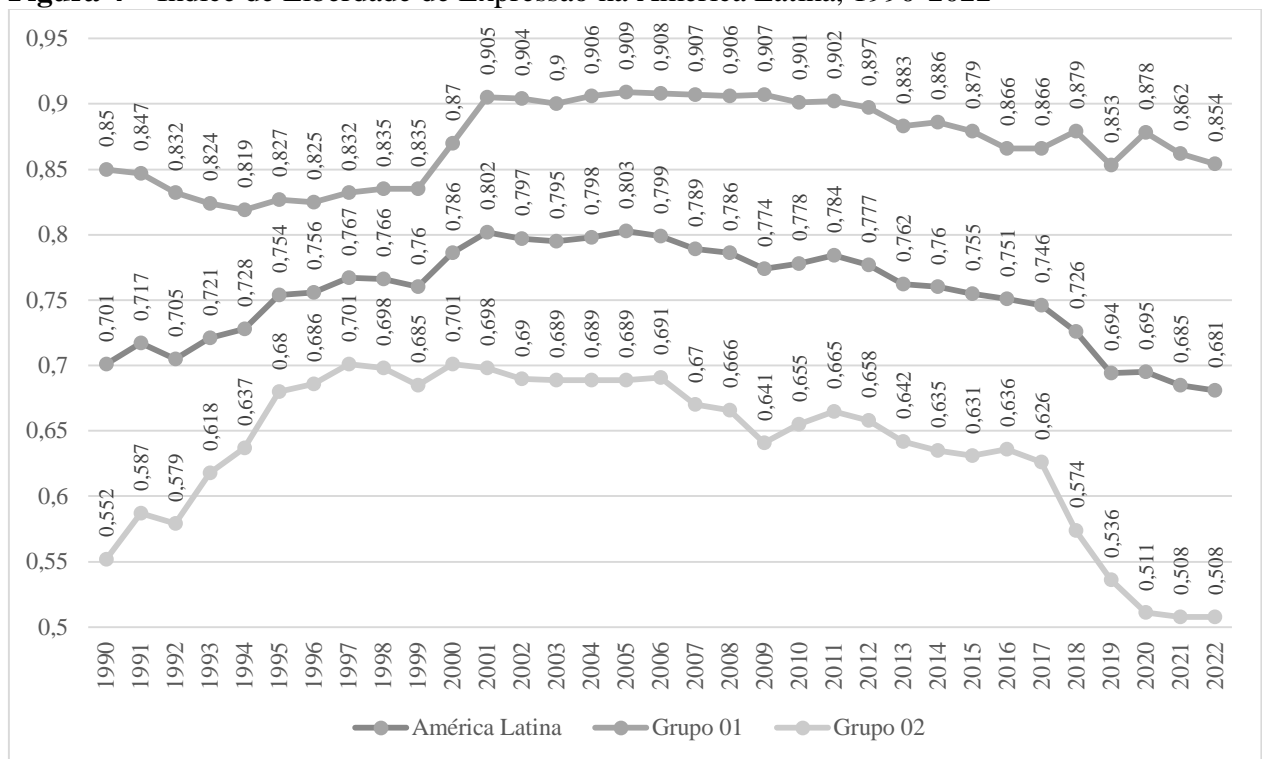
De modo geral, os dados referentes ao componente de democracia liberal da América Latina revelam que a região tem enfrentado grandes desafios em relação à proteção dos direitos e liberdades fundamentais, bem como à manutenção do Estado democrático de direito e da independência dos poderes. A situação é especialmente crítica em países como Venezuela e Nicarágua, onde denúncias de violações a direitos humanos tem sido recorrentes (HUMAN RIGHTS WATCH, 2023). Há também países que, apesar de terem acumulado altos índices no passado, têm enfrentado queda nos últimos anos, o que pode ser explicado por meio de eventos específicos.

Nesse sentido, pode ser citado o caso do Brasil que, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em dezembro de 2015, passou a sofrer um declínio contínuo no índice desde então. Na Colômbia, a queda nos índices de democracia liberal se deve, em grande parte, ao agravamento do conflito armado interno entre o governo colombiano e grupos guerrilheiros, especialmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Já na Guatemala, a queda nos índices de proteção aos direitos humanos pode ser explicada em

razão da crise política que eclodiu em 2015 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2023). Dessa maneira, faz-se necessário uma análise atenta sobre a desconsolidação da democracia liberal em cada país.

Por sua vez, o Índice de Liberdade de Expressão do V-Dem averigua até que ponto o governo respeita a liberdade de imprensa e da mídia, a liberdade das pessoas comuns de discutirem assuntos políticos em casa e na esfera pública, bem como a liberdade de expressão acadêmica e cultural. Com base nos dados coletados, é possível observar um declínio contínuo na liberdade de expressão na América Latina nos últimos anos, conforme ilustra a Figura 4.

Figura 4 – Índice de Liberdade de Expressão na América Latina, 1990-2022



Legenda: O Grupo 01 é composto pelo seguinte conjunto de países: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. O Grupo 02 é composto por Bolívia, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e Venezuela.

Fonte: V-DEM, 2023.

De acordo com o gráfico, a América Latina alcançou seus melhores resultados no Índice de Liberdade de Expressão em 2005. No entanto, a partir de 2006, a região começou a experimentar uma queda contínua nesse indicador, resultando, em 2022, no pior nível já registrado desde 1990. Essa deterioração é um indicativo claro de que a região atualmente enfrenta restrições ao direito de liberdade de expressão, elemento essencial da democracia liberal.

O gráfico da Figura 4 indica que o declínio do Índice de Liberdade de Expressão na América Latina tem afetado tanto países que historicamente obtiveram altos níveis de liberdade de expressão, quanto os países que, ao longo do tempo, têm apresentado resultados abaixo do esperado, em diferentes graus. Nesse sentido, Nicarágua, Cuba e Venezuela possuem os piores resultados em toda série histórica. El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Bolívia e Colômbia têm registrado um declínio em seus índices desde 2017. Honduras, apesar de possuir uma das piores médias ao longo das últimas décadas, obteve uma melhora significativa em seus números a partir de 2020.

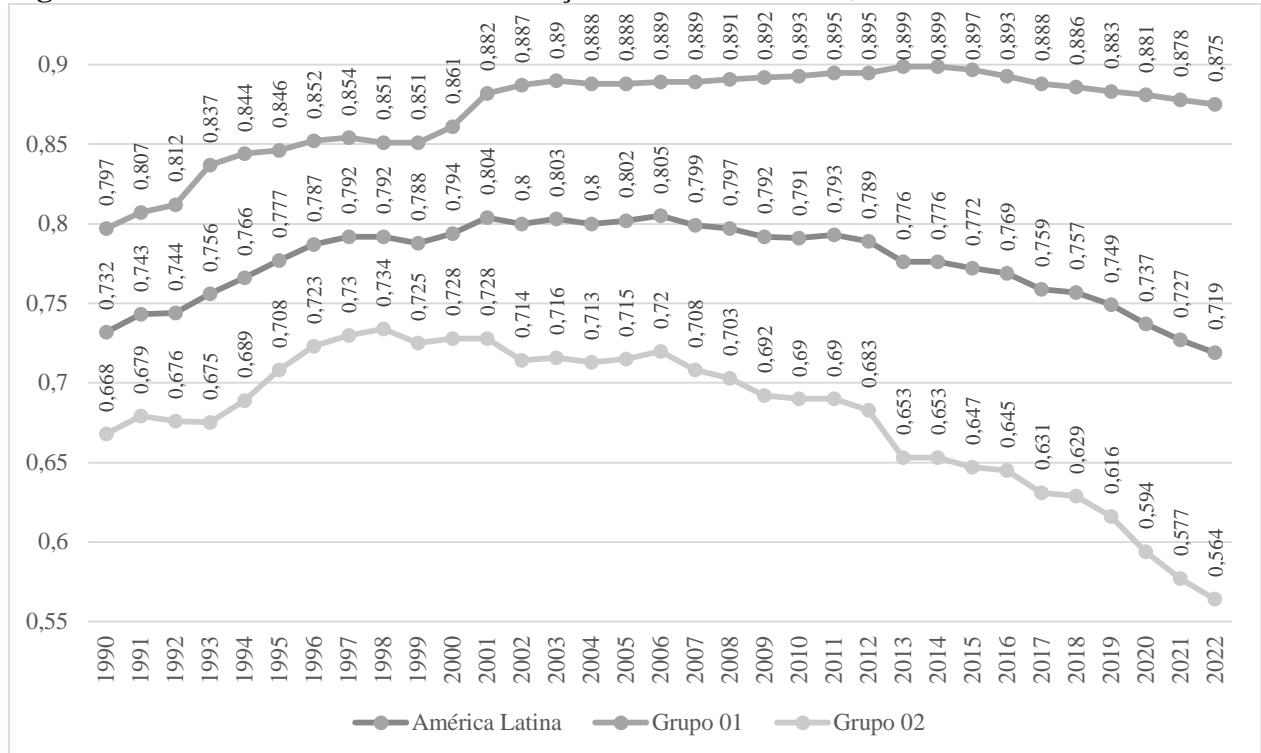
Em contrapartida, Argentina, Chile, Costa Rica, Panamá, Peru e Uruguai têm obtido excelentes resultados ao longo dos anos, com apenas um leve declínio em seus índices a partir de 2020, influenciando a queda da média deste grupo, conforme demonstrado no gráfico. República Dominicana, Equador e Paraguai têm apresentado bons resultados nas últimas décadas, com uma grande melhora em seus números observada a partir de 2016. Nesse contexto, é importante destacar o caso do Brasil, que até 2015 mantinha um excelente desempenho, no entanto, após sofrer uma queda abrupta de 0,1 ponto em 2016, o país entrou em declínio, alcançando em 2021 o pior resultado registrado em toda a série histórica, com apenas 0,58 pontos.

De acordo com os dados do V-Dem, o intervalo entre 1990 e 2022 representa o período em que a América Latina obteve os melhores resultados em relação à liberdade de expressão desde 1900. Isso pode significar em uma maior abertura para que as pessoas se expressem livremente e em diferentes meios, como em discursos públicos, manifestações, imprensa, internet, redes sociais, entre outros, como tem ocorrido na Argentina, Chile, Costa Rica, Panamá, Peru e Uruguai, haja vista os excelentes resultados obtidos ao longo dos anos. No entanto, mesmo com esses avanços, muitos países da região ainda enfrentam desafios em relação à liberdade de expressão.

É o caso de países como Nicarágua, Cuba e Venezuela, onde frequentemente há denúncias de casos de censura governamental, violência contra jornalistas e a concentração da propriedade dos meios de comunicação em poucas mãos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2023), refletindo nos índices do V-Dem, os quais possuem os piores resultados em relação à liberdade de expressão na América Latina. Além disso, países como El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Bolívia e Colômbia têm registrado um declínio em seus índices desde 2017, o que sugere que a situação em relação à liberdade de expressão nesses países está se deteriorando, o que pode limitar a capacidade dos cidadãos de se expressarem livremente e de terem acesso a informações importantes.

Ainda sobre os princípios liberais da democracia, o Índice de Liberdade de Associação do V-Dem infere sobre a liberdade dos partidos políticos, incluindo partidos de oposição, em poderem formar e participar de eleições, e das organizações da sociedade civil em se constituir e operarem livremente. A Figura 5 ilustra o caso da América Latina.

Figura 5 – Índice de Liberdade de Associação na América Latina, 1990-2022



Legenda: O Grupo 01 é composto pelo seguinte conjunto de países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Panamá, Peru e Uruguai. O Grupo 02 é composto por Bolívia, Cuba, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai e Venezuela.

Fonte: V-DEM, 2023.

Os dados mostram que até o ano de 2006, os países da América Latina conquistaram e mantiveram uma certa estabilidade no Índice de Liberdade de Associação na região. Ocorre que, a partir de 2007, os números deste indicador entraram em declínio, acelerando em 2013, e resultando em 2022 no pior resultado já registrado no período observado. Dessa forma, a restrição à liberdade de associação indica um sintoma preocupante da crise da democracia na América Latina, uma vez que a liberdade dos partidos políticos em poderem formar e participar de eleições, e das organizações da sociedade civil em se constituírem e operarem livremente, é um pressuposto básico da democracia liberal.

Com a redemocratização da América Latina ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, houve um fortalecimento da liberdade de associação, com a criação de leis que garantem o direito à liberdade de associação e protegem as organizações da sociedade civil de intervenções governamentais arbitrárias, e garantem a liberdade de participação de partidos políticos, conforme refletem os dados do V-Dem. Nesse sentido, Argentina, Costa Rica, Panamá e Uruguai têm apresentado resultados excelentes ao longo dos anos, sem demonstrar tendência de declínio em relação ao indicador. Por outro lado, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, El Salvador e Peru, apesar de possuírem ótimos resultados ao longo do tempo, apresentam uma queda neste índice desde, pelo menos, 2015.

No entanto, muitos países ainda enfrentam desafios em relação à liberdade de associação, como a criminalização de protestos e manifestações, a violência contra líderes de organizações civis e a falta de recursos para a sua operação (HUMAN RIGHTS WATCH, 2023). Nesse sentido, o declínio da liberdade de associação na América Latina é maior na Venezuela e na Nicarágua, onde, a partir de 1998, entraram em declínio, resultado, em 2022, nos piores valores já registrados. Cuba, de acordo com o V-Dem, possui valores próximos a 0 em toda série histórica. Haiti apresenta tendência de queda desde 2018. Bolívia, Equador, Guatemala e México possuem bons números ao longo do tempo, entretanto, desde 2016 tem ocorrido um declínio em seus números. Honduras e Paraguai mantêm bons resultados, sem apresentar tendência de queda no índice.

Logo, verifica-se que a situação da liberdade de associação na América Latina não é homogênea, haja vista o contexto de avanços e retrocessos que compõe o cenário político na região, tendo em vista que muitos países ainda lutam para consolidar uma cultura de liberdade e participação cidadã, o que demonstra que ainda há muito a ser feito para garantir a plena liberdade de associação em toda a região.

Quanto à necessidade de direito de voto extensivo à maioria da população adulta como requisito de democracia representativa moderna, de acordo com o V-Dem, tem-se observado que o Indicador de Parcela da População com Sufrágio indica que, em todos os países da América Latina, a porção de cidadãos adultos que, conforme definido pela lei do país, tem o direito legal de votar nas eleições nacionais é próxima ao sufrágio universal. Desse modo, o índice de todos os países é codificado em sua pontuação máxima, significando que, na região, não há problemas relacionados à extensão do direito de voto à população adulta. Esse resultado é um indicativo

positivo de que a região está progredindo em termos de democracia representativa, garantindo um dos principais pilares do sistema democrático: a participação popular.

Ao longo do último século, a América Latina vivenciou um período em que a democracia foi constantemente ameaçada e obstruída por regimes militares autoritários, que cancelaram eleições e reprimiram de forma sistemática as liberdades civis e políticas, violando os direitos humanos e perseguindo aqueles que se opunham ao governo (SMITH, 2005). Com a redemocratização da região, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, houve um fortalecimento da democracia representativa através do sufrágio universal, da qualidade das eleições e da proteção dos princípios da democracia liberal, o que trouxe importantes avanços para o desenvolvimento do regime democrático na América Latina, conforme evidenciam os dados do V-Dem.

Entretanto, diversos países ainda enfrentam grandes obstáculos na consolidação de suas democracias, tais como a diminuição da qualidade das eleições, a erosão da proteção dos direitos e liberdades fundamentais, a diminuição do Estado democrático de direito, a redução da independência dos poderes e a repressão à liberdade de expressão e associação, como evidenciado pelos dados do V-Dem. Esses fatores evidenciam um atual processo de enfraquecimento das bases objetivas da democracia na América Latina.

No presente trabalho, partimos do pressuposto de que a democracia na América Latina encontra-se em crise em razão do baixo desempenho dos indicadores de democracia da região ocorrido nos últimos anos. Ocorre que, após uma análise minuciosa dos dados do V-Dem, descobrimos que não são todos os países que apresentam sintomas da crise da democracia. Desse modo, identificamos alguns países que não sofrem com nenhum sinal de declínio em seus indicadores, sobre os quais é possível afirmar que, de acordo com o V-Dem, são democracias consolidadas. Por outro lado, há países que têm enfrentado grandes problemas em suas democracias, o que satisfatoriamente explica o declínio dos indicadores de democracia da América Latina.

Por essas razões, podemos afirmar que a democracia na América Latina encontra-se em crise, no entanto, é preciso observar que o declínio das bases objetivas da democracia é um sintoma da crise da democracia que não afeta a região de forma homogênea, como pressupomos. Isso evidencia as desigualdades existentes entre os países da região, denuncia a emergência da crise da democracia nestes países, bem como ressalta a necessidade de um estudo cuidadoso acerca do

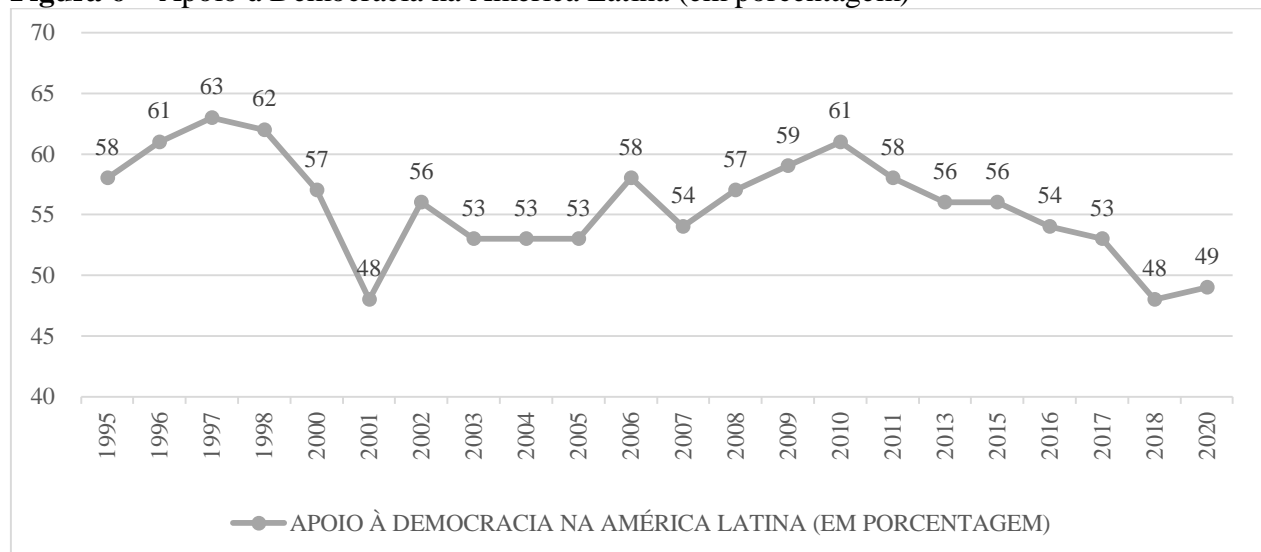
contexto de cada um deles, para se compreender melhor a sua situação específica, e buscar soluções adequadas para o fortalecimento da democracia na região.

4.2 O declínio da legitimidade democrática na América Latina: a dimensão subjetiva

No campo da legitimidade democrática, dados do Latinobarómetro (2021) demonstram que, na América Latina, indicadores que mensuram o apoio aos princípios do regime, a satisfação com o funcionamento da democracia e a confiança em suas instituições, através dos índices de apoio à democracia, satisfação com o desempenho do regime democrático e confiança nas instituições, voltaram aos piores níveis já registrados desde a redemocratização, o que indica sintomas de uma crise da legitimidade democrática na região.

Com base em uma das medidas clássicas de legitimidade democrática que mensura o apoio dos cidadãos à democracia, comparando a preferência pelo regime com a eventual preferência por alternativas autoritárias ou a indiferença entre os regimes, vemos que há um contínuo declínio na região após o ano de 2010, quando 61% preferiam a democracia sob qualquer circunstância, até 2020, quando esse percentual caiu para 49%, o menor percentual da série histórica, com exceção temporária de 2001 e o recente ano de 2018 (48%), conforme ilustra a Figura 6. Nesse contexto, em 2020, 49% dos latino-americanos apoiam a democracia, 13% o autoritarismo e a população a quem o regime de governo é indiferente continua alta com 27% (LATINOBARÓMETRO, 2021).

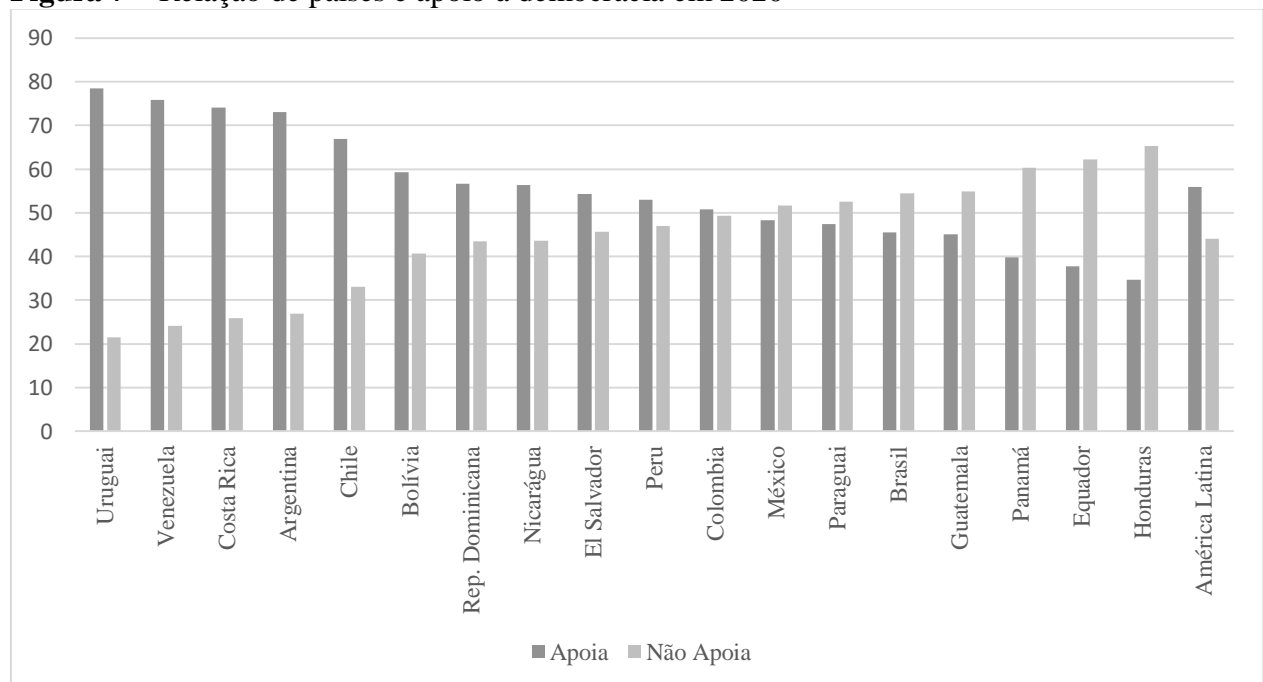
Figura 6 – Apoio à Democracia na América Latina (em porcentagem)



Fonte: Latinobarómetro, 2021 (adaptado).

Ao analisarmos a situação individual de cada país da América Latina, é possível observar que, em 2020, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Argentina e Chile são os cinco países onde a população mais apoia a democracia. Na Bolívia, República Dominicana, Nicarágua, El Salvador, Peru e Colômbia, mais de 40% da população possui um perfil autoritário e ambíguo. Por outro lado, no México, Paraguai, Brasil e Guatemala, mais da metade da população adota uma eventual preferência por alternativas autoritárias e indiferentes à democracia, o que significa sinais de preocupação. Nos casos mais extremos, como o Panamá, Equador e Honduras, a situação é ainda mais crítica, o que evidencia uma grave crise na legitimidade democrática, conforme evidenciado pela Figura 7.

Figura 7 – Relação de países e apoio à democracia em 2020



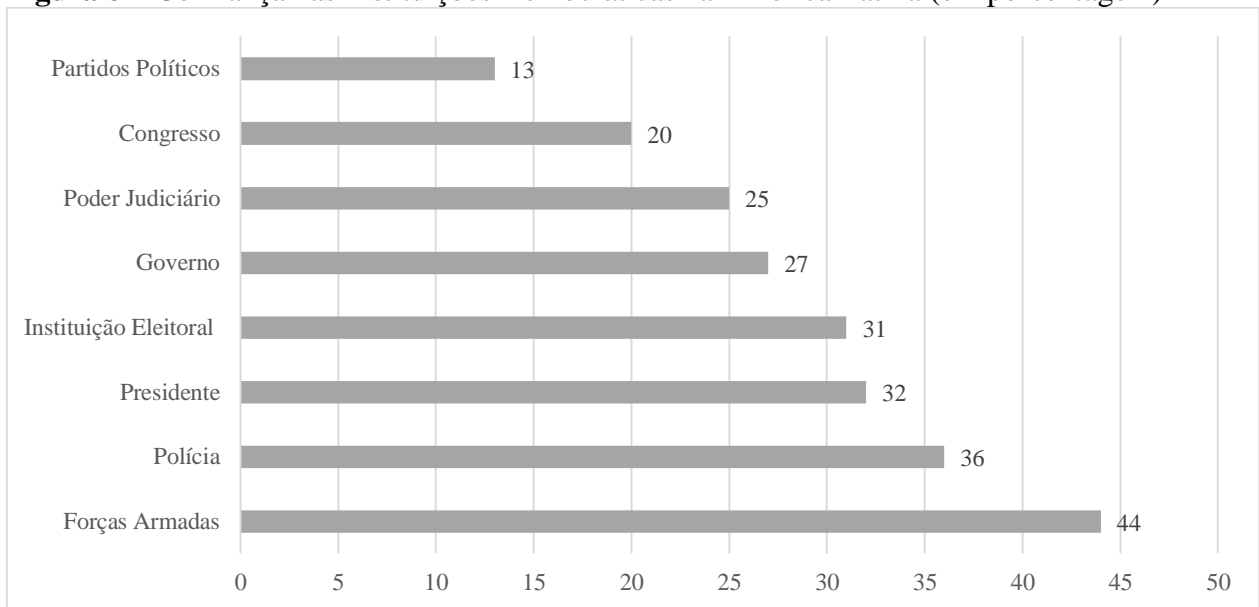
Fonte: Latinobarómetro, 2021.

A Figura 7 destaca a diversidade de cenários na América Latina, com alguns países apresentando maior apoio à democracia, enquanto outros mostram sinais preocupantes de perfil autoritário e ambíguo. Esse panorama é um reflexo das distintas realidades políticas e sociais de cada país da região. Além disso, é necessário observar o caso da Venezuela, marcada por forte instabilidade política e econômica ao longo dos últimos anos e, não obstante a isso, é o segundo

país da América Latina onde as pessoas mais apoiam e desejam a democracia, o que significa que o contexto do país não é capaz de impactar em atitudes desfavoráveis ao regime democrático.

Em relação à confiança nas instituições democráticas, verifica-se que, a nível de comparação com outras instituições do Estado, as forças armadas aparecem como a instituição estatal mais confiável. Em seguida, vem a polícia com 36%, e depois o presidente com 32%. As instituições eleitorais de cada país ocupam o quinto lugar com 31%. As outras quatro instituições mais importantes para a democracia estão no final da lista: governo (27%), Judiciário (25%), Congresso (20%) e Partidos Políticos (13%), conforme demonstra a Figura 8:

Figura 8 – Confiança nas Instituições Democráticas na América Latina (em porcentagem)



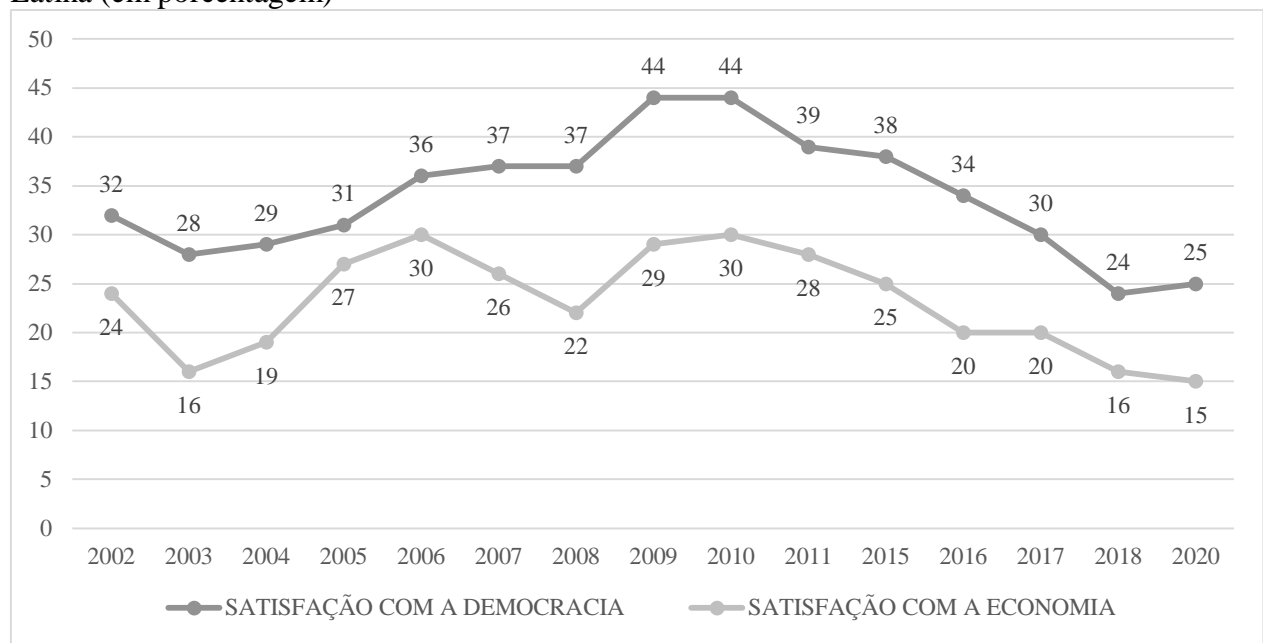
Fonte: Latinobarómetro, 2021.

A partir desses dados verifica-se a pouquíssima confiança que os cidadãos latino-americanos depositam nas instituições democráticas. De acordo com o Informe 2021 do Latinobarómetro (2021), essa falta de confiança parece ser um reflexo das desigualdades presentes na região. Além disso, o Informe destaca que a resolução das desigualdades é fundamental para restaurar a confiança nas instituições democráticas. Para isso, é necessário abordar questões como a atitude em relação aos povos indígenas, a discriminação e o respeito à dignidade de todas as pessoas igualmente.

A tendência de declínio também é observada no índice de satisfação com a democracia, que apresenta uma queda contínua e prolongada desde 2010, em que 44% dos cidadãos estavam

satisfeitos, até a última edição do *survey*, em que apenas 24% se declararam satisfeitos (LATINOBARÓMETRO, 2021). Dessa maneira o índice de satisfação com a democracia retornou ao pior valor já observado até então, após sete anos consecutivos de declínio, conforme Figura 9. Essa situação indica que a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas está em declínio e que a insatisfação com o funcionamento da democracia é um sentimento cada vez mais presente na região.

Figura 9 – Satisfação com a Democracia comparada à satisfação com a economia na América Latina (em porcentagem)



Fonte: Latinobarómetro, 2018, 2021.

Um ponto que merece destaque é que as ondas de “altos” e “baixos” do apoio à democracia e da satisfação com o regime obedecem a mesma tendência das ondas relacionadas à satisfação com o funcionamento da economia. Em outras palavras: quando a satisfação com a economia é alta, a satisfação com a democracia e o apoio ao regime também são; inversamente, quando as pessoas não estão satisfeitas com a economia, os índices de satisfação com a democracia e o apoio ao regime são igualmente baixos. Isso nos leva a acreditar que existe, ao menos no nível agregado dos dados, uma correlação temporal entre a avaliação que os latino-americanos fazem da economia e o quanto eles apoiam a democracia e o quanto estão satisfeitos com o seu funcionamento.

Os dados aqui apresentados indicam o declínio do apoio aos valores difusos da democracia na América Latina. Isso parece confirmar o alerta feito por Diamond (2015) e Mounk (2018) ao

caso latino-americano. Concordamos com o argumento de Botelho et. al. (2020) de que existem sinais de “desconsolidação” na região. Diante disso, cabe perguntar: o que explica essa situação? O objetivo da presente pesquisa é contribuir na explicação dessa pergunta a partir de uma hipótese: a desconsolidação democrática, marcada pelo declínio do apoio à democracia e da satisfação com o regime, está fortemente correlacionada com a avaliação que os latino-americanos fazem do desempenho da economia. Na próxima sessão deste capítulo investigamos essa hipótese.

4.3 A relação entre percepção da economia e legitimidade democrática

Os resultados da análise da relação entre as variáveis de percepção da economia e de legitimidade democrática revelam a importância de fatores econômicos na construção da cultura política na América Latina, corroborando com a hipótese levantada nesta pesquisa, de que a avaliação que os cidadãos fazem do desempenho econômico impacta as crenças que eles possuem em relação ao regime democrático.

Com base na estrutura teórica levantada nos capítulos anteriores, é esperado que elementos da teoria da modernização contribuam com as explicações sobre as atitudes favoráveis à democracia na América Latina. De modo geral, o impacto do desenvolvimento econômico na percepção do indivíduo sobre a economia, e outros aspectos da teoria da modernização, foram mensurados por indicadores do Latinobarómetro. As atitudes relacionadas à democracia também foram capturadas por indicadores do mesmo instituto, e medem a opinião popular sobre o regime democrático, às quais foram categorizadas para corresponderem ao modelo proposto por Norris (1999), conforme detalhado no Capítulo 03 do presente trabalho.

Nesse aspecto, os resultados da análise do presente estudo serão aqui apresentados e interpretados de acordo com a metodologia de Norris (1999), que classifica os níveis de legitimidade democrática do mais difuso para o mais abstrato, por meio das seguintes dimensões em que categorizamos nossas variáveis dependentes a serem explicadas: 1) apoio aos princípios do regime; 2) apoio à performance do regime; 3) confiança nas instituições; e 4) confiança nos atores das instituições.

4.3.1 Apoio aos princípios do regime

O primeiro nível de legitimidade a ser investigado, que envolve o apoio aos princípios do regime, se refere à concordância dos indivíduos com os valores e princípios que fundamentam o sistema democrático (NORRIS, 1999). Nessa lógica, mensuramos o apoio aos princípios do sistema democrático por meio da variável “preferência pela democracia”, que procura saber do entrevistado o quanto ele concorda com frase “a democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo”, e pela variável de “rejeição a um governo militar”, que questiona o entrevistado sobre a possibilidade de seu apoio a um governo militar em um contexto de crise, as quais foram recodificadas para se adequarem ao método de pesquisa utilizado, conforme explicado no capítulo anterior.

Dessa forma, verificou-se que, na América Latina, a chance de uma pessoa satisfeita com o funcionamento da economia do país, ou que possua uma renda que atenda todas as suas necessidades, concordar que a democracia é a melhor forma de governo, é maior do que a chance de uma pessoa insatisfeita com a situação econômica, ou que possua uma renda insuficiente. Com base nisso, pode-se afirmar que, na região, existe um efeito contextual em que a percepção do indivíduo sobre a economia influencia a sua preferência pela democracia, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Preferência pela democracia

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	1.552.799	0.0906752	0.000
Situação econômica em relação à renda	1.323.902	0.0491980	0.000
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	0.999887	0.0368588	0.998
Gênero: homem	1.112.208	0.0403231	0.001
Faixa etária: adulto(a)	1.264.663	0.0545393	0.000
Faixa etária: velho(a)	2.102.564	0.1376364	0.000
Satisfação com a vida	1.015.172	0.0437162	0.727
Escolaridade: ensino superior	1.453.519	0.0619229	0.000
Interesse por política	1.781.314	0.0745803	0.000
Confiança interpessoal	1.229.003	0.0702090	0.000
Vítima de violência	0.9181477	0.0350625	0.025
Corrupção	0.8715269	0.0332939	0.000
Acesso à direitos	0.9256672	0.0060279	0.000

Número de observações = 15,311

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

A incidência desses fatores (satisfação com a economia e renda suficiente) sobre a preferência pela democracia é maior entre homens do que mulheres, adultos e pessoas mais velhas do que em relação a jovens, pessoas com ensino superior, que possuam interesse por política, e que acreditam que se pode confiar na maioria das pessoas, que a corrupção tem diminuído, e que a distribuição de direitos no país é justa, de acordo com a Tabela 1 acima.

Assim, duas das três variáveis econômicas se mostraram consistentes na relação com a preferência pela democracia, juntamente com as variáveis contextuais da teoria da modernidade. Isso pode significar que, na medida em que o cidadão supera as condições básicas de subsistência, ele passa a buscar por valores democráticos, conforme defende Lipset (1959). Além disso, este fato observado na América Latina corrobora com aos argumentos de Inglehart e Welzel (2005), que demonstram a importância do desenvolvimento econômico na construção de valores democráticos a nível individual e seus efeitos na política. Por sua vez, esses dados estão de acordo com os resultados da pesquisa de Botelho et al. (2020), que, ao buscar por explicações sobre o declínio dos indicadores de qualidade da democracia na América Latina, verificaram a existência de um perfil político autoritário, composto por pessoas jovens, com escolaridade baixa, desconfiadas das instituições e insatisfeitas com a democracia.

De acordo com Norris (1999), o apoio aos princípios do regime é a dimensão mais ampla e abrangente da legitimidade democrática, e nesse aspecto, com base nos dados apresentados nesta pesquisa, a satisfação com a economia e a renda causam um efeito bastante significativo na América Latina. No entanto, conforme entende Casalecchi (2016), o real compromisso com a democracia é mais importante do que a simples preferência dos cidadãos para com ela.

E, nesse sentido, a segunda variável de apoio aos princípios do regime averigua a propensão do cidadão à opções políticas autoritárias na América Latina, caso as coisas estejam muito difíceis. Os resultados que apresentam um nível de significância estatística adequado aos parâmetros desta pesquisa estão relacionado à satisfação com a economia e à avaliação egotrópica prospectiva, ou seja, à crença de que a situação econômica do entrevistado e de sua família melhorará ou piorará “nos próximos doze meses”.

Ao contrário do que intuitivamente era esperado, foi verificado que a pessoa satisfeita com o funcionamento da economia, ou que acredita que a sua situação financeira melhorará no futuro, possui maiores chances de apoiar um regime militar em um contexto de dificuldades, do que alguém insatisfeito com o andamento da economia, ou que acredite que a sua situação financeira

não melhorará, de acordo com a Tabela 2. A chance de incidência desses fatores é maior entre homens, jovens, pessoas que já foram vítimas de crimes e que acreditam que a distribuição de direitos no país é justa. Pessoas adultas e mais velhas, e que possuem ensino superior apresentam menos chances de apoiar um possível regime militar, conforme Tabela 2 abaixo representada.

Tabela 2 – Rejeição a um governo militar

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	0.8532462	0.0429376	0.002
Situação econômica em relação à renda	0.9688323	0.0353905	0.386
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	0.7988553	0.0289302	0.000
Gênero: homem	0.8952545	0.0315248	0.002
Faixa etária: adulto(a)	1.158.272	0.0489046	0.001
Faixa etária: velho(a)	1.202.564	0.0728008	0.002
Satisfação com a vida	1.053.062	0.0455018	0.231
Escolaridade: ensino superior	1.386.876	0.057855	0.000
Interesse por política	1.022.289	0.0397816	0.571
Confiança interpessoal	1.005.502	0.0528205	0.917
Vítima de violência	0.8621848	0.0322943	0.000
Corrupção	0.9840779	0.0363862	0.664
Acesso à direitos	1.024.833	0.0063371	0.000

Número de observações = 15,041

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

Verifica-se, portanto, que o fator econômico é importante na formação de atitudes de apoio aos princípios do regime democrático, mas possui limites no que se refere à opções autoritárias. Esse fato pode estar relacionado ao contexto histórico da região, onde as classes médias, muitas vezes apoiadas por elites econômicas e políticas, estiveram dispostas a conquistar sua participação política mesmo que isso significasse a obtenção de uma democracia restrita, limitada apenas aos seus interesses e sem a participação ativa da classe trabalhadora (SMITH, 2005), como discutido no Capítulo 2.

Isso também significa que, conforme observou Botelho et al. (2020), na América Latina há diferentes atitudes democráticas, demonstrando que os cidadãos possuem perfis democratas e ambivalentes, tendo em vista a possibilidade de apoio a regimes autoritários para resolver seus problemas, ficando no meio termo entre o apoio à democracia e aos regimes autoritários.

Portanto, a percepção positiva sobre a economia é um fator relevante, que pode influenciar as atitudes de apoio aos princípios da democracia na América Latina. Desse modo, quando os

indivíduos percebem que a economia está indo bem e se sentem mais otimistas em relação ao futuro, é mais provável que eles desenvolvam uma atitude positiva em relação aos princípios democráticos, uma vez que, nesse contexto, a democracia é vista como um sistema político que tem cumprido o seu papel em atender as necessidades da população, mas sem ignorar os limites no que se refere às opções autoritárias.

4.3.2 Apoio à performance do regime

Em relação à variável de apoio à performance do regime, medida pelo Latinobarómetro através do indicador de satisfação do cidadão latino-americano com o funcionamento do regime democrático, foi possível observar associações estatisticamente significativas com as variáveis independentes de desempenho econômico, principalmente no que se refere à avaliação que o cidadão faz da performance da economia do país.

Primeiramente, é valioso destacar que o apoio ao desempenho do regime democrático na América Latina é marcado por um contexto em que a satisfação com a vida é um importante fator levado em consideração pelos cidadãos ao avaliarem a performance do regime, uma vez que, quando uma pessoa está satisfeita com sua vida de modo geral, haverá mais chances de que ela também se sinta satisfeita com o desempenho da democracia. Desse modo, pode-se dizer que o suporte à manutenção do regime democrático na região também está associado ao contexto em que a felicidade e o bem-estar possuem grande relevância para os cidadãos latino-americanos.

Essa associação constatada na América Latina é analisada por Ronald Inglehart (1991) em *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Ele argumenta que a transição de uma sociedade focada em valores materialistas para uma sociedade com ênfase em preocupações e questões pós-materialistas, ocasionada pelo aumento da seguridade econômica e do padrão de vida ao longo do tempo, resultou em mudanças sociais e culturais significativas. Essas mudanças geram um impacto importante na percepção da democracia pelos cidadãos, e, de modo geral, a satisfação com a vida pode ser um fator determinante nesse processo.

Com relação às variáveis econômicas, verificou-se que o cidadão que acredita que a sua situação financeira melhorará no futuro possui mais chances de estar satisfeito com o funcionamento da democracia do que alguém que acredita que a sua situação financeira não melhorará. Além disso, uma pessoa cuja renda atende plenamente às suas necessidades tem mais

chances de estar satisfeita com a performance do regime democrático do que alguém que não consegue suprir suas necessidades com a renda que recebe.

Por sua vez, foi constatado que a variável independente de satisfação com a economia apresenta forte relação com a variável dependente satisfação com o funcionamento da democracia. De acordo com a Tabela 3, a chance de uma pessoa estar satisfeita tanto com o desempenho econômico quanto com o funcionamento da democracia é oito vezes maior do que a chance de uma pessoa insatisfeita com a situação econômica. Portanto, é possível afirmar que, na América Latina, a relação entre a satisfação com a economia e a satisfação com a democracia é particularmente forte.

Tabela 3 – Satisfação com o Funcionamento da Democracia

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	8.137.962	0.4448298	0.000
Situação econômica em relação à renda	1.140.821	0.0512486	0.003
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.226.748	0.0543352	0.000
Gênero: homem	1.023.549	0.0442676	0.590
Faixa etária: adulto(a)	1.362.322	0.0731585	0.000
Faixa etária: velho(a)	1.906.899	0.1399086	0.000
Satisfação com a vida	1.650.313	0.0969685	0.000
Escolaridade: ensino superior	1.029.828	0.0514665	0.556
Interesse por política	1.583.977	0.072664	0.000
Confiança interpessoal	1.600.702	0.0946262	0.000
Vítima de violência	0.9218488	0.0432183	0.083
Corrupção	0.6462982	0.0283171	0.000
Acesso à direitos	0.8615319	0.0065343	0.000

Número de observações = 15,494

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

Adam Przeworski, em “*Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*” (1991), argumenta que a estabilidade da democracia depende da capacidade do sistema político de fornecer resultados econômicos satisfatórios. Ele destaca que, em sociedades democráticas, os cidadãos avaliam a qualidade do sistema político com base em seus resultados econômicos e sociais, e que, se o sistema político não conseguir atender às expectativas dos cidadãos em termos de crescimento econômico e bem-estar, a estabilidade da democracia pode estar em risco. Isso significa que, para manter a estabilidade democrática na

América Latina, é necessário um esforço constante para melhorar as condições econômicas e garantir que as pessoas estejam satisfeitas com o desempenho da economia.

Nesse sentido, levando em consideração o contexto histórico da região, marcado por diversas crises econômicas e políticas, as pessoas tendem a associar a eficácia da democracia à sua capacidade de fornecer resultados econômicos positivos. Desse modo, essa forte correlação entre satisfação com a economia e satisfação com a democracia pode ter implicações importantes para a estabilidade democrática na região, uma vez que, se as pessoas não veem a democracia como capaz de fornecer resultados econômicos positivos, podem se voltar para outras formas de governo, como autoritarismo ou populismo.

Além disso, é importante mencionar que a relação entre satisfação com a economia e satisfação com a democracia também pode ser influenciada por fatores contextuais, uma vez que, conforme indica a Tabela 3, a incidência dessas determinantes econômicas é maior em adultos, principalmente entre pessoas mais velhas, do que em relação a jovens, pessoas interessadas por política, que pressupõem que se pode confiar na maioria das pessoas, que acreditam que o nível de corrupção no país não tenha aumentado, e que o acesso a direitos no país é justo.

Portanto, o otimismo em relação à situação econômica pessoal, uma renda capaz de suprir suas necessidades, e principalmente a maneira como o funcionamento da economia do país é avaliado, causa um efeito importante na satisfação com a democracia na América Latina. Desse modo, é possível afirmar que a avaliação da economia desempenha um papel crucial na determinação das opiniões e das atitudes políticas das pessoas.

4.3.3 Confiança nas instituições

A legitimidade democrática abrange a habilidade de um sistema político em gerar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais adequadas ou apropriadas para a sociedade (CASALECCHI, 2016). Nessa perspectiva, o terceiro nível de legitimidade diz respeito à confiança nas instituições, e mensura o grau de apoio ao governo, parlamento, executivo, sistema jurídico e policial, burocracia estatal, partidos políticos, entre outras, que são fundamentais para o funcionamento do sistema democrático (NORRIS, 1999). Partindo desse pressuposto, no presente trabalho, a confiança nas instituições que materializam a democracia foi mensurada pelos indicadores do Latinobarómetro que avaliam a a) confiança no Congresso; b) confiança no

governo; c) confiança no Poder Judiciário; d) confiança nos partidos políticos; e e) confiança na instituição eleitoral do país.

De acordo com a Tabela 4, constatou-se que pessoas que se sentem satisfeitas com o funcionamento da economia tendem a possuir maiores chances de confiar no congresso, em comparação com aquelas que estão insatisfeitas. Esse efeito positivo também pode ser observado em pessoas que acreditam que sua situação financeira irá melhorar no futuro próximo. A incidência desses fatores é maior em pessoas que possuem interesse pela política, e que acreditam que se pode confiar na maioria das pessoas, que a corrupção tem diminuído e que o acesso a direitos no país é justo.

Tabela 4 – Confiança no Congresso

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	1.188.407	0.1004463	0.000
Situação econômica em relação à renda	1.028.412	0.0455994	0.527
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.339.235	0.0590041	0.000
Gênero: homem	0.8917819	0.0380236	0.007
Faixa etária: adulto(a)	0.8981167	0.0452821	0.033
Faixa etária: velho(a)	119.269	0.084079	0.012
Satisfação com a vida	1.025.059	0.0564003	0.653
Escolaridade: ensino superior	0.9963341	0.0492672	0.941
Interesse por política	1.880.088	0.0831439	0.000
Confiança interpessoal	1.356.306	0.0786519	0.000
Vítima de violência	0.9932326	0.0455125	0.882
Corrupção	0.7788871	0.034013	0.000
Acesso à direitos	0.8579046	0.0063841	0.000

Número de observações: 15,526

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

Em relação à confiança no governo, de acordo com a Tabela 5, é constatado que pessoas satisfeitas com a economia possuem três vezes mais chances de confiar no governo do que pessoas insatisfeitas com o funcionamento da economia do país. Da mesma forma, pessoas otimistas em relação à sua vida financeira futura possuem quase duas vezes mais chances de confiar no governo. Os dados demonstraram que, quanto mais velha é a pessoa, mais chances dela possuir uma atitude de confiança em relação ao governo. Além disso, o interesse pela política, confiança interpessoal, a crença de que a corrupção tem diminuído e na justiça na distribuição de direitos também contribuem para este resultado.

Tabela 5 – Confiança no Governo

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	3.234.653	0.1691466	0.000
Situação econômica em relação à renda	0.9720403	0.041764	0.509
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.834.641	0.0781579	0.000
Gênero: homem	0.9456379	0.0391254	0.177
Faixa etária: adulto(a)	144.666	0.0742988	0.000
Faixa etária: velho(a)	2.356.183	0.1646881	0.000
Satisfação com a vida	1.064.499	0.0563763	0.238
Escolaridade: ensino superior	0.9785541	0.0473054	0.654
Interesse por política	1.974.507	0.0861451	0.000
Confiança interpessoal	1.254.004	0.0725787	0.000
Vítima de violência	0.9482968	0.042345	0.234
Corrupção	0.528057	0.0219968	0.000
Acesso à direitos	0.8210678	0.0060895	0.000

Número de observações = 15,646

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

No que se refere à confiança no Poder Judiciário, conforme indica a Tabela 6, a satisfação com a economia e o otimismo em relação à situação financeira pessoal futura são fatores que aumentam as chances do cidadão confiar nesta instituição. Além disso, a satisfação com a vida, o interesse pela política, a confiança interpessoal, e a crença de que a corrupção tem diminuído e na distribuição justa de direitos produzem um efeito positivo em relação à essa variável.

Tabela 6 – Confiança no Poder Judiciário

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	1.739.004	0.0894037	0.000
Situação econômica em relação à renda	1.058.001	0.0437065	0.172
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.130.226	0.0530818	0.000
Gênero: homem	0.9616161	0.0382051	0.325
Faixa etária: adulto(a)	0.8715588	0.0407185	0.003
Faixa etária: velho(a)	0.9175386	0.0620518	0.203
Satisfação com a vida	1.226.761	0.0637252	0.000
Escolaridade: ensino superior	1.037.818	0.0476426	0.419
Interesse por política	1.694.656	0.0709649	0.000
Confiança interpessoal	120.183	0.0672511	0.001
Vítima de violência	1.041.484	0.0442923	0.339
Corrupção	0.7778081	0.0316593	0.000
Acesso à direitos	0.8152194	0.0058487	0.000

Número de observações = 15,586

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

No tocante aos partidos políticos, de acordo com a Tabela 7, foi constatado que pessoas satisfeitas com o desempenho da economia possuem quase duas vezes mais chances de confiar nos partidos políticos, em comparação com aquelas que estejam insatisfeitas. Da mesma forma, pessoas que acreditam que a sua situação financeira melhorará no futuro possuem maiores chances de confiar nos partidos políticos, do que pessoas pessimistas em relação ao futuro de sua situação econômica. A incidência desses fatores é duas vezes maior entre pessoas com interesse em política, que acreditam que se pode confiar na maioria das pessoas, que o nível de corrupção no país tem diminuído, e no amplo acesso a direitos.

Tabela 7 – Confiança nos Partidos Políticos

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	1.906.954	0.1140492	0.000
Situação econômica em relação à renda	1.012.494	0.052769	0.812
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.369.563	0.0714998	0.000
Gênero: homem	0.9270047	0.0463341	0.129
Faixa etária: adulto(a)	0.9231554	0.05415	0.173
Faixa etária: velho(a)	1.051.659	0.0873403	0.544
Satisfação com a vida	0.9013196	0.0581179	0.107
Escolaridade: ensino superior	0.908604	0.0533215	0.102
Interesse por política	2.495.882	0.1269009	0.000
Confiança interpessoal	1.378.745	0.0904668	0.000
Vítima de violência	0.9227842	0.0500715	0.139
Corrupção	0.7998251	0.040981	0.000
Acesso à direitos	0.8542822	0.0073321	0.000

Número de observações = 15,624

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

Por fim, quando se trata da confiança na instituição eleitoral do país, é constatado na Tabela 8 que pessoas satisfeitas com o desempenho da economia, ou que acreditam que sua situação financeira melhorará no futuro, possuem maiores chances de confiar na instituição eleitoral do país, do que aquelas que estejam insatisfeitas com o desempenho econômico ou que não estejam otimistas em relação à sua situação econômica futura. Esse efeito é mais forte entre pessoas com ensino superior, que possuem interesse pela política, acreditam que se pode confiar na maioria das pessoas, que o nível de corrupção tenha diminuído, e na justa distribuição de direitos.

Tabela 8 – Confiança na Instituição Eleitoral do País

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	1.711.523	0.0852843	0.000
Situação econômica em relação à renda	1.057.807	0.0399476	0.137
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.236.616	0.0460086	0.000
Gênero: homem	0.9341632	.0339673	0.061
Faixa etária: adulto(a)	0.9839753	0.0430674	0.712
Faixa etária: velho(a)	1.162.244	0.0720596	0.015
Satisfação com a vida	1.106.352	0.0507501	0.028
Escolaridade: ensino superior	1.297.991	0.0537441	0.000
Interesse por política	1.897.841	0.0732643	0.000
Confiança interpessoal	1.220.313	0.0637969	0.000
Vítima de violência	0.9243873	0.0360762	0.044
Corrupção	0.8211385	0.0309084	0.000
Acesso à direitos	0.8745863	0.005656	0.000

Número de observações = 15,488

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

Em geral, os dados que revelam que determinados fatores econômicos podem influenciar a confiança nas instituições democráticas na América Latina. Dessa maneira, pode-se dizer que a desconfiança nas instituições democráticas, que vão desde o congresso até partidos políticos, pode ser agravada pelas crises econômicas, uma vez que o desempenho econômico tem sido incapaz de efetivamente diminuir as desigualdades sociais na América Latina.

4.3.4 Confiança nos atores das instituições

De acordo com Pipa Norris (1999), a confiança nos atores das instituições é uma categoria de legitimidade democrática que se refere à confiança que os cidadãos depositam nas pessoas e instituições que compõem o sistema político. Nesse sentido, o quarto nível de legitimidade democrática consiste na confiança dos cidadãos para com os atores das instituições, e avalia a confiança dos indivíduos em relação aos sujeitos que ocupam cargos públicos nessas instituições, como os legisladores, juízes, policiais, líderes partidários, entre outros, que são responsáveis pela tomada de decisões e pelo cumprimento das leis.

No presente trabalho, a confiança nos atores das instituições é mensurada pela variável de “confiança no presidente”, que procura saber o nível de confiança que o cidadão deposita na figura

do presidente, e de “desempenho político”, que questiona o entrevistado se ele aprova ou desaprova a gestão do governo chefiado pelo presidente do país.

Desse modo, foi observado que a pessoa satisfeita com a economia possui quase três vezes mais chances de confiar no presidente do que pessoas insatisfeitas. Além disso, pessoas que acreditam que a sua situação financeira melhorará no futuro possuem mais chances de confiarem no presidente do que pessoas pessimistas. Os dados revelam também que mulheres, adultos e pessoas mais velhas, que estejam satisfeitas com a vida em geral, possuem interesse em política, e acreditam que a corrupção tem diminuído (duas vezes mais chances) e na justa distribuição de direitos, possuem mais chances de confiar no presidente, de acordo com a Tabela 9 abaixo.

Tabela 9 – Confiança no Presidente da República

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	2.855.394	0.1493087	0.000
Situação econômica em relação à renda	0.9477103	0.0381816	0.183
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.758.844	0.0696699	0.000
Gênero: homem	0.8956734	0.0347713	0.005
Faixa etária: adulto(a)	1.378.464	0.0659433	0.000
Faixa etária: velho(a)	1.995.545	0.1322419	0.000
Satisfação com a vida	1.135.227	0.0557364	0.010
Escolaridade: ensino superior	0.9491493	0.0429216	0.248
Interesse por política	1.944.213	0.08072	0.000
Confiança interpessoal	1.170.556	0.065253	0.005
Vítima de violência	1.006.872	0.0419124	0.869
Corrupção	0.4720968	0.0184652	0.000
Acesso à direitos	0.8309311	0.0058278	0.000

Número de observações = 15,634

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

Por sua vez, a satisfação com a economia e a crença de que a situação financeira melhorará no futuro são fatores que aumentam as chances de uma pessoa apoiar o governo eleito em relação a uma pessoa insatisfeita com o funcionamento da economia, ou pessimista sobre o futuro de sua vida financeira, de acordo com a Tabela 10. Por outro lado, a situação econômica do entrevistado não é capaz de influenciar na aprovação do governo, uma vez que pessoas que recebem uma renda suficiente para manter as suas necessidades materiais possuem menos chances de aprovarem a gestão do governo, em relação às pessoas que possuem uma renda insuficiente. Além disso, mulheres, pessoas adultas e mais velhas, satisfeitas com a vida em geral, que possuem interesse

pela política, que acreditam que o nível de corrupção tem diminuído e a distribuição de direitos no país é justa, possuem mais chances de avaliarem bem a gestão do governo.

Tabela 10 – Aprovação do Governo

Variáveis	Odds Ratio	Std. Err.	Significância
Satisfação com a economia do país	2.701.055	0.1470599	0.000
Situação econômica em relação à renda	0.864103	0.0332314	0.000
Avaliação prospectiva egotrópica otimista	1.764.984	0.0663038	0.000
Gênero: homem	0.8968496	0.0331886	0.003
Faixa etária: adulto(a)	1.482.629	0.0678505	0.000
Faixa etária: velho(a)	1.979.546	0.1271077	0.000
Satisfação com a vida	1.165.799	0.0533026	0.001
Escolaridade: ensino superior	0.8893076	0.0382544	0.006
Interesse por política	1.503.752	0.0609892	0.000
Confiança interpessoal	107.382	0.0588737	0.194
Vítima de violência	0.9923085	0.0391898	0.845
Corrupção	0.454799	0.0171519	0.000
Acesso à direitos	0.8450722	0.005692	0.000
Número de observações = 15,125			

Fonte: Latinobarómetro, 2021. Adaptado.

A relação entre a confiança nos atores das instituições e fatores econômicos é um tema estudado por diversos autores da ciência política. Anthony Downs, através de sua teoria da escolha racional (1957), argumenta que os indivíduos avaliam as opções políticas disponíveis e escolhem aquela que acreditam ser a melhor para eles. Ele sugere que a satisfação dos eleitores com o governo é influenciada pela sua percepção de que o governo está trabalhando em seu interesse, o que inclui a melhoria da economia e da situação financeira pessoal.

Em resumo, é observado que, na América Latina, a percepção que o indivíduo tem sobre o funcionamento da economia pode influenciar a confiança no presidente da república e a avaliação da gestão do governo. Assim, quando as pessoas têm uma percepção positiva da economia, elas tendem a estar mais satisfeitas com os atores das instituições. Portanto, se a economia estiver indo bem, os eleitores podem creditar o presidente pela situação positiva, sendo que, de modo contrário, a falta de confiança nos atores das instituições pode levar a uma crise de representação e até a deslegitimação do sistema político como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA ESTÁ EM RISCO?

No presente trabalho de dissertação, realizamos um levantamento teórico sobre as relações entre democracia, economia e cultura política, analisamos o desenvolvimento do regime democrático na América Latina, definimos os aspectos metodológicos da pesquisa, estabelecemos um diagnóstico sobre o quadro de crises da democracia na região e investigamos a relação entre percepção da economia e legitimidade democrática. Tendo em vista essa trajetória, nesta seção fazemos uma reflexão a respeito dos resultados obtidos, relacionando-os com a literatura abordada, bem como buscamos compreender suas implicações práticas para a América Latina.

Acreditamos que a definição de democracia adotada no presente trabalho nos permitiu delimitar nosso objeto de estudo, interpretar os dados coletados e compreender os resultados obtidos. Assim, enfatizamos a importância de uma definição mínima de democracia que leva em consideração os principais componentes das democracias eleitoral, liberal e participativa, envolvendo a essência do regime democrático, e não as suas qualidades. A partir disso, o referencial teórico estabelecido orientou todo o processo de investigação, o que nos possibilitou, antes de investigarmos nossa hipótese, analisar os sinais de um processo de enfraquecimento das bases populares e objetivas do regime democrático na América Latina, inserindo-a no atual debate sobre a crise da democracia.

A América Latina passou por importantes transformações nas décadas de 1980 e 1990 com os processos de redemocratização, os quais provocaram impactos significativos na qualidade das eleições, na ampliação da participação popular e na garantia da proteção aos direitos individuais e das liberdades de expressão e de associação, conforme indicam os dados do V-Dem. No entanto, desde, pelo menos, o início dos anos 2000, a região tem enfrentado um declínio em seus índices de democracia eleitoral e liberal, tendo, recentemente, atingido os níveis mais baixos já registrados desde as redemocratizações.

Essa situação possui implicações práticas significativas. Ela indica uma erosão na qualidade dos processos eleitorais, tais como fraude no registro eleitoral, ocorrência sistemática de irregularidades, intimidação por parte do governo à oposição, compra de votos e violência durante os processos eleitorais. Além disso, observa-se também o desgaste dos pilares fundamentais da democracia liberal, incluindo a deterioração de direitos e liberdades individuais, a redução do

Estado democrático de direito, o enfraquecimento da independência dos poderes e a restrição das liberdades de expressão e associação. Desse modo, esses dados preliminares apontam para um panorama de desconsolidação democrática na região.

Contudo, ao realizarmos nossa investigação, dedicamos um olhar mais aprofundado a esse fato e percebemos que, diferente do que inicialmente pressupomos, a crise da democracia na América Latina não é uniforme. Na região, identificamos diferentes cenários em relação à conjuntura democrática dos países. Alguns são democracias eleitorais e liberais sólidas e consolidadas, como é o caso do Chile, Costa Rica e Uruguai, que apresentam excelentes indicadores nesses aspectos. Há democracias estáveis, cujos índices não apresentam sinais preocupantes de declínio, como é o caso da Argentina, Colômbia, Panamá, Paraguai e Peru. Por sua vez, Equador, Honduras e República Dominicana, cujas médias históricas são baixas, têm conquistado melhoras significativas em suas democracias nos últimos anos.

Os sinais de preocupação começam com o Brasil, que, embora tenha registrado bons resultados ao longo dos anos, enfrenta um declínio recente em seus índices de democracia eleitoral e liberal, o que deve ser considerado um sinal de alerta. Além disso, existem países cujas médias históricas seguem o declínio da média regional da América Latina, indicando uma deterioração gradual de suas democracias ao longo dos anos, como é o caso da Bolívia, El Salvador, Guatemala e México. Por sua vez, há países como Venezuela, Nicarágua, Haiti e Cuba, nos quais a qualidade da democracia é tão baixa que levanta dúvidas sobre quais regimes podem ser considerados.

Essa análise nos permite compreender que a crise da democracia na América Latina não é homogênea como os dados a nível regional inicialmente sugeriram, uma vez que a região é composta por países que mantêm democracias estáveis e consolidadas, outros que sofrem declínios recentes, e os que se encontram em estágios mais avançados de crise ou desconsolidação democrática. Essa diversidade de contextos ressalta a necessidade de se analisar cada país de forma individualizada em futuras agendas de pesquisa. Além disso, é essencial buscar compreender as causas de tamanha desigualdade entre os países na região.

No que se refere ao declínio da legitimidade democrática, os dados observados revelaram a defasagem do suporte popular aos valores mais importantes da democracia na América Latina. O enfraquecimento do apoio aos princípios da democracia, a insatisfação com o seu funcionamento e a falta de confiança e em suas instituições mostram o quão preocupante é a situação democrática na região, onde, em alguns países, a preferência por governos autoritários e a indiferença pela

democracia chegam a ser superiores ao apoio ao regime democrático. Além disso, é importante destacar que o declínio da legitimidade democrática na região tem sido acumulativo ao longo dos anos, representando uma séria ameaça à estabilidade do regime e confirmando a existência de sintomas graves da crise da democracia na América Latina.

Na prática, o declínio da legitimidade democrática acarreta sérias ameaças à continuidade do regime, tais como o aumento da possibilidade de ascensão da extrema direita e o apoio a líderes autoritários que possuem discursos *anti-establishment*. Um exemplo concreto dessa tendência ocorreu no Brasil em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro. Durante seu mandato, foram observadas diversas tentativas de minar as instituições democráticas, ataques aos direitos das minorias, acentuação da polarização social e política, manipulação da opinião pública e o enfraquecimento da verdade, e até sérias evidências de trama de golpe de Estado. Paralelamente, o movimento “bolsonarista” tem se fortalecido e, neste ano de 2023, ainda expressa de forma fervorosa o desejo pela dissolução da democracia.

Casos semelhantes também ocorrem em El Salvador, com a eleição de Nayib Bukele em 2019, cuja abordagem na luta contra a criminalidade é criticada por violações dos direitos humanos e é percebida como uma potencial ameaça à democracia. Outro exemplo é a presidência de Alejandro Giammattei na Guatemala, que desde a sua eleição em 2019, adotou uma agenda conservadora, anti-imigração e repressiva, com ações que violam os direitos humanos e as liberdades democráticas. Esses episódios demandam maior atenção e uma análise aprofundada, pois representam desafios significativos para a sustentação e o fortalecimento da democracia.

Portanto, os dados referentes ao caso latino-americano corroboram com as observações feitas por estudiosos como Diamond (2015), Mounk (2018), Levitsky e Ziblatt (2018), e Norris e Inglehart (2019), sobre o enfraquecimento da democracia em escala global. Diante desse panorama, podemos afirmar que os efeitos da crise da democracia observados em outras partes do mundo também se fazem presentes na América Latina, tanto em termos objetivos quanto subjetivos. Diante dessa constatação, nos perguntamos o que explica essa situação e investigamos a relação entre percepção da economia e legitimidade democrática.

Os resultados da análise da relação entre variáveis de percepção da economia e de legitimidade democrática revelaram a importância de fatores econômicos na construção de uma cultura política na América Latina, confirmando a hipótese levantada, de que a desconsolidação democrática, marcada pelo declínio do apoio à democracia e da satisfação com o regime, está

fortemente correlacionada com a avaliação que os latino-americanos fazem do desempenho da economia.

Em resumo, pode-se afirmar que, na América Latina, o apoio aos princípios mais importantes da democracia é motivado pela satisfação com a economia e por uma renda adequada, capaz de atender todas as necessidades do indivíduo e de sua família. Por conseguinte, a satisfação com o funcionamento da democracia é influenciada por uma renda adequada, pelo otimismo sobre a situação financeira pessoal futura e, principalmente, pela satisfação com a economia. Por sua vez, a confiança do cidadão nas instituições democráticas está relacionada com a satisfação com a economia e a crença de que a situação financeira pessoal melhorará no futuro. Por fim, a confiança nos atores das instituições é influenciada pela satisfação com a economia e pelo otimismo em relação à situação financeira pessoal futura. Desse modo, fica evidente a importância da percepção econômica na compreensão das atitudes democráticas na América Latina.

Além disso, outras variáveis relacionadas à teoria da modernização também se mostraram capazes de explicar o comportamento político dos cidadãos latino-americanos, como a educação, o acesso a direitos e o interesse por política. Nesse sentido, é importante lembrar da discussão levantada na presente pesquisa sobre as implicações da modernidade na trajetória da democracia na América Latina, principalmente pelo fato de que esse fenômeno é incorporado, adaptado e recontextualizado em todas as suas dimensões institucionais na região (LARRAÍN, 1998). Por esse motivo, acreditamos que, embora a modernização seja importante na formação de atitudes democráticas, é fundamental reconhecer as particularidades da América Latina, o que deve ser levado em consideração em futuras pesquisas que investiguem a influência de fatores relacionados ao fenômeno no comportamento político dos latino-americanos.

A partir dessas considerações, a presente pesquisa destaca a importância da maneira como o cidadão percebe a economia na formação de suas atitudes democráticas. Nesse sentido, quanto melhor funcione a economia, com consequências positivas na vida do indivíduo, resultando em satisfação econômica, mais a democracia tenderá a se fortalecer no campo da legitimidade. Com base nesse entendimento, é crucial mencionar a responsabilidade dos governantes da América Latina na implementação de políticas econômicas efetivas, as quais devem visar a redução das desigualdades econômicas e sociais, a busca por estabilidade macroeconômica, o investimento em educação e capacitação, a promoção de políticas de geração de emprego, bem como a

implementação de políticas sociais e de proteção social. Essas ações são fundamentais para o fortalecimento da legitimidade democrática na região.

É importante também lembrar que a legitimidade democrática não é o único fator responsável pela estabilidade dos regimes democráticos, uma vez que, de acordo com Almond e Verba (1963), a predominância de um certo padrão de cultura cívica em uma sociedade é uma das condições necessária para a manutenção da democracia. Nesse sentido, outras condições também contribuem para com a sustentação ou dissolução do regime, como o fortalecimento das instituições e a prevalência de um Estado de direito. No entanto, conforme entende Casalecchi (2016), quanto maior a legitimidade, mais altos serão os custos associados à tentativa de dissolvê-lo.

Portanto, dentro de todas as limitações, acreditamos que esta dissertação contribuiu para com o debate sobre democracia na América Latina, a legitimidade democrática, e a complexa relação entre democracia e economia e seus efeitos no comportamento político, bem como forneceu importantes evidências a respeito disso. Essa relação nos parece fundamental para compreender como que problemas econômicos podem estar ligados às crises da democracia na região. Contudo, são necessárias pesquisas adicionais para preencher as lacunas ainda existentes. Por exemplo, é importante investigar as conexões entre modernidade e legitimidade democrática a nível individual dos países; as relações entre PIB, renda per capita e Índice de Gini e os indicadores de democracia e legitimidade democrática, que ficaram fora das nossas análises; as causas das disparidades entre as nações latino-americanas; e as implicações práticas do declínio dos indicadores de democracia na América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.

DOWNS, Antony. **An Economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 19. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Opinião Pública** [online]. 2021, v. 27, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912021272333>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; BONIFÁCIO, Robert. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista de Estudos Sociais**. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2020000400041&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CASALECCHI, Gabriel Ávila. **Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2016.

CASTALDO, Antonino. A crise da democracia: Uma revisão seletiva do debate acadêmico atual. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 59, p. 09-27, set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992018000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CASTRO, H. C. de O. de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16058>.

COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. **World Politics**. Vol. 49, No. 3 (Apr., 1997). Published By: The Johns Hopkins University Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25054009>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. 1. ed. 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2015.

DALTON, R. J. **Democratic challenges, democratic choices**. New York: Oxford University Press, 2004.

DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, Volume 26, Number 1, January 2015.

EASTON, David. **A system analysis of political life**. New York: Wiley, 1965.

FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato Monseff; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 21, nov. 2003. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3649>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre - RS : L&PM, 2015.

HARTLYN, Jonathan. VALENZUELA, Arturo. A Democracia na América Latina após 1930. In: **História da América Latina: A América Latina Após 1930: Estado e Política**. Organizador: Leslie Bethell. Tradução: Antônio de Pádua. Págs. 127-196. 1. Ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Publicações**. 2023. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/publications>>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave: democratization in the late twentieth century**. University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, Ronald. WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. New York, NY: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, R. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press. 1991.

KRUEGER, J. & LEWIS-BECK, M. **Is OLS dead?** *The Political Methodologist*, 15(2), p. 2-4, 2008.

LARRAÍN, Jorge. A Trajetória Latino-Americana para a Modernidade. **Revista Imaginário - USP**. Nº. 4, 1998. P. 07-31. Disponível em: <<https://sites.usp.br/labi-ipusp/revista-imaginario/>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2018**. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **Informe Latinobarómetro 2021**. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIPSET, Seymour Martin. Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **American Political Science Review**, Vol 53, Nº. 1, 1959. Pp. 69-75. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1951731>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

MAINWARING, Scott. BRINKS, Daniel. PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. In: **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400001>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la?**. São Paulo. Companhia das Letras. 2018.

NORRIS, Pippa (Org). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford: 1999.

NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. New York, NY: Cambridge University Press, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. **Transições do Regime Autoritário**. São Paulo. Vértice Editora. 1986.

PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. Impeachment or Backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 33 Nº 98**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/5fNc9G8V36HhP8c4NQYjtxK/?lang=en>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

PÉREZ-LIÑÁN, Anibal; MAINWARING, Scott. Cross-Currents in Latin America. **Journal of Democracy**, vol. 26, no. 1, Jan. 2015, pp. 114-27. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/cross-currents-in-latin-america/>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

PRZEWORSKI, Adam. ALVAREZ, Michael. CHEIBUB, José Antônio. LIMONGI, Fernando. What Makes Democracies Endure? **Journal of Democracy**. 1996, pp. 39-55. Tradução de Cláudio Gonçalves Couto. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/dB5TWSmwZbpDMTcsY5RHH8D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 novembro de 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge University Press. 1991.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Editora Zahar. 2020.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. **Opinião Pública** [online]. 2007, v. 13, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000100003>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ROBINSON, James A. Economic Development and Democracy. **Annual Review of Political Science** 9: 503-527. Disponível em: <

<https://scholar.harvard.edu/jrobinson/publications/economic-development-and-democracy>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

SARTORI, Giovanni. **Parties and Party Systems: A Framework for Analysis**. New York, Cambridge University Press, 1976.

_____. **The Theory of Democracy Revisited**. Chatham, NJ, Chatham House, 1987.

SMITH, Peter H. **Democracy in Latin America: political change in comparative perspective**. New York: Oxford University Press, 2005.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. PRACS: **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011. Disponível em: <https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/america_latina_conceito_identidade.pdf>. Acesso em: 01 de abril de 2023.

STEPAN, Alfred. LINZ, Juan. **A Transição e Consolidação da Democracia**. São Paulo, Editora Paz e Terra. 1996.

VARETIES OF DEMOCRACY (V-DEM). **Graphing Tools**. 2022. Disponível em: <https://www.v-dem.net/graphingtools.html>. Acesso em: 31 jul. 2022.

VARETIES OF DEMOCRACY (V-DEM). **Graphing Tools**. 2023. Disponível em: <https://www.v-dem.net/graphingtools.html>. Acesso em: 07 jun. 2023.

WHITEHEAD, Laurence. A Organização do Estado na América Latina após 1930. In: **História da América Latina: A América Latina Após 1930: Estado e Política**. Organizador: Leslie Bethell. Tradução: Antônio de Pádua. Págs. 19-126. 1. Ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna**. Ed Thomson, São Paulo, 2010.

ANEXO A - Classificação de Regimes

Argentina		1964-1982	Não Democrático
1900-1915	Oligárquico	1983-2000	Democrático
1916-1929	Democrático	2001-2018	Democrático*
1930-1931	Não Democrático	2019-2021	Semidemocrático*
1932-1942	Semidemocrático		
1943-1945	Não Democrático	Brasil	
1946-1950	Democrático	1900-1929	Oligárquico
1951-1954	Semidemocrático	1930-1945	Não Democrático
1955-1957	Não Democrático	1946-1953	Democrático
1958-1961	Semidemocrático	1954-1955	Não Democrático
1962	Não Democrático	1956-1963	Democrático
1963-1965	Semidemocrático	1964-1984	Não Democrático
1966-1972	Não Democrático	1985-1989	Semidemocrático
1973-1975	Democrático	1990-2000	Democrático
1976-1982	Não Democrático	2001-2021	Democrático*
1983-2000	Democrático		
2001-2021	Democrático*	Chile	
Bolívia		1900-1923	Oligárquico
1900-1919	Oligárquico	1924-1932	Não Democrático
1920-1930	Não Democrático	1933-1972	Democrático
1931-1933	Oligárquico	1973-1988	Não Democrático
1934-1939	Não Democrático	1989-2000	Democrático
1940-1942	Semidemocrático	2001-2021	Democrático*
1943-1946	Não Democrático		
1947-1950	Semidemocrático	Colômbia	
1951	Não Democrático	1900-1909	Não Democrático
1952-1955	Semidemocrático	1910-1920	Oligárquico
1956-1963	Democrático	1921	Não Democrático
		1922-1937	Oligárquico

1938-1941	Semidemocrático
1942-1948	Democrático
1949-1952	Semidemocrático
1953-1957	Não Democrático
1958-2000	Democrático
2001-2021	Democrático*

Costa Rica

1900-1916	Oligárquico
1917-1919	Democrático
1920-1947	Oligárquico
1948-1952	Semidemocrático
1953-2000	Semidemocrático
2001-2021	Democrático*

República Dominicana

1900-1923	Não Democrático
1924-1929	Oligárquico
1930-1961	Não Democrático
1962	Democrático
1963-1965	Não Democrático
1966-1977	Semidemocrático
1978-2000	Democrático
2001-2021	Democrático*

Equador

1900	Não Democrático
1901-1905	Oligárquico
1906	Não Democrático
1907-1910	Oligárquico
1911-1912	Não Democrático

1913-1924	Oligárquico
1925-1939	Não Democrático
1940-1943	Semidemocrático
1944-1947	Não Democrático
1948-1960	Democrático
1961-1967	Não Democrático
1968-1971	Semidemocrático
1972-1978	Não Democrático
1979-1995	Democrático
1996-1999	Semidemocrático
2000	Não Democrático
2001-2021	Democrático*

El Salvador

1900-1912	Oligárquico
1913	Não Democrático
1914-1930	Oligárquico
1931-1979	Não Democrático
1980	Semidemocrático
1981-1983	Não Democrático
1984-1993	Semidemocrático
1994-2000	Democrático
2001-2021	Democrático*

Guatemala

1900-1922	Não Democrático
1923-1925	Oligárquico
1926	Não Democrático
1927-1929	Oligárquico
1930-1944	Não Democrático
1945-1953	Democrático

1954-1965	Não Democrático	1963-1980	Não Democrático
1966-1973	Semidemocrático	1981-1997	Semidemocrático
1974-1985	Não Democrático	1998-2000	Democrático
1986-1995	Semidemocrático	2001-2008	Democrático*
1996-2000	Democrático	2009-2012	Semidemocrático*
2001-2021	Democrático*	2013-2016	Democrático*
		2017-2020	Semidemocrático*
		2021	Democrático*
Haiti			
1900-1989	Não Democrático		
1990	Democrático	México	
1991-1994	Não Democrático	1900-1910	Não Democrático
1995-2000	Semidemocrático	1911-1912	Democrático
2001-2009	Democrático*	1913-1916	Não Democrático
2010-2021	Semidemocrático*	1917-1918	Semidemocrático
		1919-1923	Não Democrático
		1924-1928	Semidemocrático
Honduras		1929-1987	Não Democrático
1900-1902	Oligárquico	1988-1999	Semidemocrático
1903	Não Democrático	2000	Democrático
1904-1906	Oligárquico	2001-2021	Democrático*
1907	Não Democrático		
1908-1910	Oligárquico	Nicarágua	
1911	Não Democrático	1900-1918	Não Democrático
1912-1918	Oligárquico	1919-1989	Semidemocrático
1919	Não Democrático	1990-2000	Democrático
1920-1922	Oligárquico	2001-2015	Democrático*
1923-1924	Não Democrático	2016-2021	Semidemocrático*
1925-1931	Oligárquico		
1932-1948	Não Democrático	Panamá	
1949-1955	Oligárquico	1900-1918	Não Democrático
1956-1957	Não Democrático	1919-1930	Oligárquico
1958-1962	Semidemocrático		

1931	Não Democrático	1948-1955	Não Democrático
1932-1940	Oligárquico	1956-1961	Democrático
1941	Não Democrático	1962-1963	Não Democrático
1942-1948	Oligárquico	1964-1967	Democrático
1949	Não Democrático	1968-1979	Não Democrático
1950	Oligárquico	1980-1991	Democrático
1951	Não Democrático	1992	Não Democrático
1952-1967	Oligárquico	1993-2000	Semidemocrático
1968-1983	Não Democrático	2001-2021	Democrático*
1984-1985	Semidemocrático		
1986-1989	Não Democrático	Uruguai	
1990-1993	Semidemocrático	1900-1902	Não Democrático
1994-2000	Democrático	1903-1918	Oligárquico
2001-2021	Democrático*	1919-1933	Democrático
Paraguai		1934-1938	Semidemocrático
1900-1989	Não Democrático	1939-1972	Democrático
1990-1992	Semidemocrático	1973-1984	Não Democrático
1993-2000	Democrático	1985-2000	Democrático
2001-2021	Democrático*	2001-2021	Democrático*
Peru		Venezuela	
1900-1913	Oligárquico	1900-1945	Não Democrático
1914	Não Democrático	1946-1948	Democrático
1915-1918	Oligárquico	1949-1956	Não Democrático
1919-1933	Não Democrático	1958-1998	Democrático
1934-1944	Semidemocrático	1998-2001	Semidemocrático
1945-1947	Democrático	2001-2016	Democrático*
		2017-2021	Semidemocrático*

* Complemento feito pelo autor.
 Fonte: SMITH, 2009. V-DEM, 2022.

ANEXO B - Sintaxe

```

*////////////////////////////////////
* Dissertação Bruno Henrique Martins de Almeida //////////////////////////////////
*////////////////////////////////////

*****
* PREPARAÇÃO DO BANCO - NOVO *****
*****

*****
* VARIÁVEIS DEPENDENTES *****
*****

* Preferência pela democracia -----

recode p20st_a (-2=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (prefdem)
label variable prefdem "A democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo"
label define prefdem 0 "Não concorda" 1 "Concorda"
label values prefdem prefdem
tab prefdem

* Apoio a um governo militar -----

recode p21stm (-2=.) (-1=.) (1=0) (2=1), gen (apgovmil)
label variable apgovmil "Apoiaria um governo militar"
label define apgovmil 0 "Apoiaria caso as coisas estivessem ruins" 1 "Jamais apoiaria"
label values apgovmil apgovmil
tab apgovmil

* Satisfação com a democracia -----

recode P11STGBS_A (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (satdem)
label variable satdem "Satisfação com a democracia"
label define satdem 0 "Não satisfeito" 1 "Satisfeito"
label values satdem satdem
tab satdem

* Confiança no Congresso -----

recode p13st_d (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confcong)
label variable confcong "Confiança no Congresso"
label define confcong 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confcong confcong
tab confcong

```

* Confiança no Governo -----

```

recode p13st_e (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confgov)
label variable confgov "Confiança no Governo"
label define confgov 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confgov confgov
tab confgov

```

* Confiança no Judiciário -----

```

recode p13st_f (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confjud)
label variable confjud "Confiança no Poder Judiciário"
label define confjud 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confjud confjud
tab confjud

```

* Confiança nos Partidos -----

```

recode p13st_g (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confpart)
label variable confpart "Confiança nos Partidos"
label define confpart 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confpart confpart
tab confpart

```

* Confiança na instituição eleitoral-----

```

recode p13st_h (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confinel)
label variable confinel "Confiança na Instituição Eleitoral"
label define confinel 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confinel confinel
tab confinel

```

* Confiança no Presidente -----

```

recode p13st_i (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confpres)
label variable confpres "Confiança no Presidente"
label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confpres confpres
tab confpres

```

* Desempenho Político -----

```

recode p17stgbs (-2=.) (1=1) (2=0), gen (aprovagov)
label variable aprovagov "Aprovação do Governo"
label define aprovagov 0 "Desaprova" 1 "Aprova"
label values aprovagov aprovagov
tab aprovagov

```

```
*****
* VARIÁVEIS INDEPENDENTES *****
*****
```

```
* Satisfação com a economia -----
```

```
recode P11STGBS_B (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (satecon)
label variable satecon "Satisfação com a economia"
label define satecon 0 "Não satisfeito" 1 "Satisfeito"
label values satecon satecon
tab satecon
```

```
* Situação econômica em relação à renda -----
```

```
recode s4 (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (siteconrenda)
label variable siteconrenda "A renda recebida é suficiente para manter as despesas da família?"
label define siteconrenda 0 "Não é suficiente" 1 "É suficiente"
label values siteconrenda siteconrenda
tab siteconrenda
```

```
* Avaliação Egotrópica Prospectiva -----
```

```
recode p7stgbs (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0) (5=0), gen (avegoprosp)
label variable avegoprosp "Avaliação egotrópica prospectiva"
label define avegoprosp 0 "Igual/Pior" 1 "Melhor"
label values avegoprosp avegoprosp
tab avegoprosp
```

```
*****
* VARIÁVEIS DE CONTROLE *****
*****
```

```
* Sexo -----
```

```
recode sexo (2=0) (1=1), gen (homem)
label variable homem "Sexo"
label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"
label values homem homem
```

```
* Idade -----
```

```
recode edad (16/25=0) (26/60=1) (61/100=2), gen (faixaet)
label variable faixaet "Idade"
label define faixaet 0 "Jovens" 1 "Adultos" 2 "Velhos"
label values faixaet faixaet
```


* Satisfação com a vida -----

```

recode p1st (-2=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (satvida)
label variable satvida "Satisfação com a vida"
label define satvida 0 "Insatisfeito" 1 "Satisfeito"
label values satvida satvida
tab satvida

```

* Escolaridade -----

```

recode s16 (0/13=0) (14/17=1), gen (escol)
label variable escol "Escolaridade"
label define escol 0 "Sem Ens. Superior" 1 "Ensino Superior"
label values escol escol

```

* Interesse sobre política -----

```

recode p46stgbs (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (interpol)
label variable interpol "Interesse por política"
label define interpol 0 "Pouco/Sem Interesse" 1 "Possui interesse"
label values interpol interpol
tab interpol

```

* Confiança Interpessoal -----

```

recode p9stgbs (-2=.) (1=1) (2=0), gen (confinterpess)
label variable confinterpess "Confiança Interpessoal"
label define confinterpess 0 "É preciso ser cuidadoso ao lidar com os outros" 1 "Pode-se confiar na maioria das pessoas"
label values confinterpess confinterpess
tab confinterpess

```

* Violência -----

```

recode p64st (-2=.) (-1=.) (1/3=1) (4=0), gen (vitcrime)
label variable vitcrime "Você ou parente já sofreu violência nos últimos 12 meses"
label define vitcrime 0 "Não foi vítima" 1 "Foi vítima"
label values vitcrime vitcrime
tab vitcrime

```

* Corrupção -----

```

recode p69st (-2=.) (-1=.) (1/2=0) (3/5=1), gen (corrup)
label variable corrup "O nível de corrupção no país, nos últimos anos"
label define corrup 1 "Diminuiu/Manteve" 0 "Aumentou"
label values corrup corrup
tab corrup

```

* Injustiça em relação ao acesso a direitos -----

recode p19st (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (p19st1)
 recode p19st_a (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (p19st2)
 recode p19n_b (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (p19st3)
 recode p19n_c (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (p19st4)
 recode p19n_d (-2=.) (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (p19st5)
 gen adireitos = p19st1 + p19st2 + p19st3 + p19st4 + p19st5

 * ANÁLISES *****

* Preferência pela Democracia -----

logistic prefdem satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
 confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Apoio a um Governo Militar -----

logistic apgovmil satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
 confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Satisfação com a Democracia -----

logistic satdem satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
 confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Confiança no Congresso -----

logistic confcong satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
 confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Confiança no Governo -----

logistic confgov satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
 confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Confiança no Poder Judiciário -----

logistic confjud satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
 confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Confiança nos Partidos Políticos -----

logistic confpart satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Confiança na Instituição Eleitoral -----

logistic confinel satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Confiança no Presidente da República -----

logistic confpres satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
confinterpress vitcrime corrup adireitos

* Aprovação do Governo -----

logistic aprovagov satecon siteconrenda avegoprospes homem i.faixaet satvida escol interpol
confinterpress vitcrime corrup adireitos

ANEXO C - Dados V-Dem do Índice de Democracia Eleitoral

ANO	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	CRC	CUB	DOM	ECU	ESA	GUA	HAI	HON	MEX	NCA	PAN	PAR	PER	URU	VEN
1990	0,877	0,703	0,865	0,888	0,564	0,929	0	0,322	0,805	0,129	0,444	0,019	0,609	0,35	0,658	0,33	0,279	0,684	0,952	0,764
1991	0,875	0,77	0,892	0,888	0,601	0,932	0	0,244	0,802	0,17	0,514	0,271	0,609	0,402	0,685	0,781	0,315	0,662	0,952	0,772
1992	0,872	0,796	0,892	0,888	0,584	0,932	0	0,244	0,803	0,202	0,514	0	0,609	0,491	0,685	0,816	0,439	0,06	0,952	0,761
1993	0,871	0,84	0,892	0,891	0,584	0,932	0,249	0,244	0,804	0,202	0,514	0	0,609	0,51	0,685	0,816	0,507	0,593	0,952	0,772
1994	0,882	0,872	0,893	0,953	0,588	0,933	0,292	0,262	0,809	0,408	0,501	0	0,613	0,525	0,685	0,822	0,512	0,573	0,952	0,772
1995	0,878	0,872	0,893	0,953	0,6	0,934	0,292	0,282	0,811	0,43	0,482	0,209	0,613	0,55	0,685	0,825	0,512	0,497	0,954	0,772
1996	0,873	0,872	0,897	0,953	0,6	0,934	0,292	0,478	0,807	0,435	0,491	0,399	0,613	0,615	0,666	0,825	0,522	0,513	0,954	0,772
1997	0,873	0,882	0,897	0,953	0,6	0,934	0,292	0,618	0,804	0,434	0,511	0,414	0,611	0,714	0,591	0,825	0,531	0,513	0,954	0,772
1998	0,875	0,889	0,898	0,954	0,58	0,935	0,331	0,66	0,794	0,434	0,511	0,419	0,595	0,782	0,591	0,825	0,553	0,513	0,954	0,778
1999	0,874	0,889	0,903	0,954	0,576	0,935	0,332	0,678	0,786	0,452	0,515	0,419	0,595	0,782	0,546	0,822	0,566	0,513	0,954	0,808
2000	0,87	0,889	0,904	0,955	0,576	0,935	0,332	0,691	0,786	0,463	0,533	0,364	0,595	0,807	0,546	0,821	0,566	0,398	0,955	0,707
2001	0,871	0,889	0,904	0,955	0,576	0,935	0,332	0,706	0,786	0,465	0,533	0,315	0,594	0,824	0,551	0,821	0,566	0,752	0,955	0,612
2002	0,872	0,868	0,905	0,956	0,539	0,94	0,332	0,704	0,791	0,489	0,533	0,32	0,593	0,824	0,577	0,821	0,566	0,872	0,955	0,605
2003	0,874	0,843	0,91	0,956	0,533	0,941	0,339	0,703	0,808	0,483	0,539	0,32	0,593	0,844	0,577	0,821	0,622	0,872	0,955	0,591
2004	0,875	0,843	0,91	0,956	0,533	0,941	0,339	0,679	0,808	0,479	0,573	0,027	0,593	0,864	0,577	0,822	0,641	0,872	0,954	0,572
2005	0,871	0,844	0,926	0,957	0,533	0,941	0,339	0,665	0,808	0,479	0,573	0	0,579	0,864	0,577	0,823	0,641	0,872	0,953	0,567
2006	0,853	0,839	0,925	0,967	0,585	0,952	0,339	0,643	0,799	0,523	0,573	0,286	0,441	0,793	0,556	0,823	0,641	0,882	0,953	0,513
2007	0,853	0,827	0,921	0,967	0,595	0,953	0,339	0,631	0,77	0,533	0,585	0,324	0,441	0,716	0,468	0,823	0,641	0,886	0,953	0,489
2008	0,846	0,822	0,921	0,967	0,595	0,953	0,255	0,629	0,76	0,533	0,607	0,324	0,441	0,724	0,468	0,823	0,639	0,886	0,953	0,484
2009	0,841	0,807	0,921	0,967	0,595	0,953	0,25	0,628	0,75	0,543	0,607	0,324	0,428	0,728	0,468	0,853	0,639	0,886	0,956	0,484
2010	0,838	0,787	0,924	0,971	0,634	0,956	0,25	0,613	0,748	0,545	0,613	0,318	0,296	0,741	0,458	0,868	0,642	0,891	0,969	0,475
2011	0,841	0,787	0,933	0,971	0,646	0,957	0,25	0,605	0,748	0,545	0,607	0,251	0,296	0,741	0,434	0,868	0,637	0,902	0,969	0,45
2012	0,852	0,775	0,933	0,971	0,646	0,957	0,25	0,586	0,748	0,565	0,595	0,283	0,296	0,726	0,296	0,868	0,644	0,907	0,969	0,441
2013	0,859	0,754	0,933	0,97	0,646	0,957	0,265	0,597	0,715	0,588	0,586	0,283	0,302	0,726	0,288	0,868	0,658	0,907	0,969	0,327
2014	0,863	0,742	0,931	0,965	0,667	0,956	0,267	0,597	0,71	0,669	0,599	0,283	0,35	0,726	0,288	0,853	0,666	0,907	0,968	0,314
2015	0,857	0,701	0,921	0,97	0,67	0,957	0,267	0,601	0,712	0,667	0,627	0,238	0,35	0,723	0,288	0,845	0,651	0,902	0,961	0,314
2016	0,829	0,711	0,915	0,97	0,666	0,957	0,267	0,547	0,712	0,665	0,684	0,203	0,35	0,713	0,28	0,845	0,651	0,879	0,961	0,291

2017	0,831	0,713	0,908	0,97	0,662	0,957	0,267	0,531	0,675	0,663	0,68	0,241	0,302	0,723	0,236	0,845	0,651	0,889	0,962	0,111
2018	0,873	0,687	0,887	0,968	0,761	0,958	0,297	0,527	0,7	0,652	0,664	0,241	0,17	0,748	0,223	0,845	0,628	0,889	0,962	0,086
2019	0,873	0,601	0,833	0,968	0,781	0,959	0,3	0,541	0,694	0,703	0,609	0,241	0,184	0,77	0,223	0,858	0,624	0,873	0,962	0,07
2020	0,887	0,516	0,855	0,968	0,782	0,959	0,3	0,581	0,697	0,694	0,53	0,237	0,186	0,773	0,223	0,861	0,624	0,922	0,946	0,078
2021	0,888	0,694	0,865	0,967	0,782	0,959	0,3	0,631	0,752	0,503	0,489	0,228	0,218	0,763	0,212	0,861	0,624	0,891	0,946	0,121
2022	0,895	0,688	0,863	0,959	0,77	0,945	0,3	0,631	0,76	0,35	0,472	0	0,433	0,749	0,15	0,861	0,624	0,887	0,932	0,11

ANEXO D - Dados V-Dem do Índice de Componente Liberal

ANO	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	CRC	CUB	DOM	ECU	ESA	GUA	HAI	HON	MEX	NCA	PAN	PAR	PER	URU	VEN
1990	0,877	0,703	0,865	0,888	0,564	0,929	0	0,322	0,805	0,129	0,444	0,019	0,609	0,35	0,658	0,33	0,279	0,684	0,952	0,764
1991	0,875	0,77	0,892	0,888	0,601	0,932	0	0,244	0,802	0,17	0,514	0,271	0,609	0,402	0,685	0,781	0,315	0,662	0,952	0,772
1992	0,872	0,796	0,892	0,888	0,584	0,932	0	0,244	0,803	0,202	0,514	0	0,609	0,491	0,685	0,816	0,439	0,06	0,952	0,761
1993	0,871	0,84	0,892	0,891	0,584	0,932	0,249	0,244	0,804	0,202	0,514	0	0,609	0,51	0,685	0,816	0,507	0,593	0,952	0,772
1994	0,882	0,872	0,893	0,953	0,588	0,933	0,292	0,262	0,809	0,408	0,501	0	0,613	0,525	0,685	0,822	0,512	0,573	0,952	0,772
1995	0,878	0,872	0,893	0,953	0,6	0,934	0,292	0,282	0,811	0,43	0,482	0,209	0,613	0,55	0,685	0,825	0,512	0,497	0,954	0,772
1996	0,873	0,872	0,897	0,953	0,6	0,934	0,292	0,478	0,807	0,435	0,491	0,399	0,613	0,615	0,666	0,825	0,522	0,513	0,954	0,772
1997	0,873	0,882	0,897	0,953	0,6	0,934	0,292	0,618	0,804	0,434	0,511	0,414	0,611	0,714	0,591	0,825	0,531	0,513	0,954	0,772
1998	0,875	0,889	0,898	0,954	0,58	0,935	0,331	0,66	0,794	0,434	0,511	0,419	0,595	0,782	0,591	0,825	0,553	0,513	0,954	0,778
1999	0,874	0,889	0,903	0,954	0,576	0,935	0,332	0,678	0,786	0,452	0,515	0,419	0,595	0,782	0,546	0,822	0,566	0,513	0,954	0,808
2000	0,87	0,889	0,904	0,955	0,576	0,935	0,332	0,691	0,786	0,463	0,533	0,364	0,595	0,807	0,546	0,821	0,566	0,398	0,955	0,707
2001	0,871	0,889	0,904	0,955	0,576	0,935	0,332	0,706	0,786	0,465	0,533	0,315	0,594	0,824	0,551	0,821	0,566	0,752	0,955	0,612
2002	0,872	0,868	0,905	0,956	0,539	0,94	0,332	0,704	0,791	0,489	0,533	0,32	0,593	0,824	0,577	0,821	0,566	0,872	0,955	0,605
2003	0,874	0,843	0,91	0,956	0,533	0,941	0,339	0,703	0,808	0,483	0,539	0,32	0,593	0,844	0,577	0,821	0,622	0,872	0,955	0,591
2004	0,875	0,843	0,91	0,956	0,533	0,941	0,339	0,679	0,808	0,479	0,573	0,027	0,593	0,864	0,577	0,822	0,641	0,872	0,954	0,572
2005	0,871	0,844	0,926	0,957	0,533	0,941	0,339	0,665	0,808	0,479	0,573	0	0,579	0,864	0,577	0,823	0,641	0,872	0,953	0,567
2006	0,853	0,839	0,925	0,967	0,585	0,952	0,339	0,643	0,799	0,523	0,573	0,286	0,441	0,793	0,556	0,823	0,641	0,882	0,953	0,513
2007	0,853	0,827	0,921	0,967	0,595	0,953	0,339	0,631	0,77	0,533	0,585	0,324	0,441	0,716	0,468	0,823	0,641	0,886	0,953	0,489
2008	0,846	0,822	0,921	0,967	0,595	0,953	0,255	0,629	0,76	0,533	0,607	0,324	0,441	0,724	0,468	0,823	0,639	0,886	0,953	0,484
2009	0,841	0,807	0,921	0,967	0,595	0,953	0,25	0,628	0,75	0,543	0,607	0,324	0,428	0,728	0,468	0,853	0,639	0,886	0,956	0,484
2010	0,838	0,787	0,924	0,971	0,634	0,956	0,25	0,613	0,748	0,545	0,613	0,318	0,296	0,741	0,458	0,868	0,642	0,891	0,969	0,475
2011	0,841	0,787	0,933	0,971	0,646	0,957	0,25	0,605	0,748	0,545	0,607	0,251	0,296	0,741	0,434	0,868	0,637	0,902	0,969	0,45
2012	0,852	0,775	0,933	0,971	0,646	0,957	0,25	0,586	0,748	0,565	0,595	0,283	0,296	0,726	0,296	0,868	0,644	0,907	0,969	0,441
2013	0,859	0,754	0,933	0,97	0,646	0,957	0,265	0,597	0,715	0,588	0,586	0,283	0,302	0,726	0,288	0,868	0,658	0,907	0,969	0,327
2014	0,863	0,742	0,931	0,965	0,667	0,956	0,267	0,597	0,71	0,669	0,599	0,283	0,35	0,726	0,288	0,853	0,666	0,907	0,968	0,314
2015	0,857	0,701	0,921	0,97	0,67	0,957	0,267	0,601	0,712	0,667	0,627	0,238	0,35	0,723	0,288	0,845	0,651	0,902	0,961	0,314
2016	0,829	0,711	0,915	0,97	0,666	0,957	0,267	0,547	0,712	0,665	0,684	0,203	0,35	0,713	0,28	0,845	0,651	0,879	0,961	0,291

2017	0,831	0,713	0,908	0,97	0,662	0,957	0,267	0,531	0,675	0,663	0,68	0,241	0,302	0,723	0,236	0,845	0,651	0,889	0,962	0,111
2018	0,873	0,687	0,887	0,968	0,761	0,958	0,297	0,527	0,7	0,652	0,664	0,241	0,17	0,748	0,223	0,845	0,628	0,889	0,962	0,086
2019	0,873	0,601	0,833	0,968	0,781	0,959	0,3	0,541	0,694	0,703	0,609	0,241	0,184	0,77	0,223	0,858	0,624	0,873	0,962	0,07
2020	0,887	0,516	0,855	0,968	0,782	0,959	0,3	0,581	0,697	0,694	0,53	0,237	0,186	0,773	0,223	0,861	0,624	0,922	0,946	0,078
2021	0,888	0,694	0,865	0,967	0,782	0,959	0,3	0,631	0,752	0,503	0,489	0,228	0,218	0,763	0,212	0,861	0,624	0,891	0,946	0,121
2022	0,895	0,688	0,863	0,959	0,77	0,945	0,3	0,631	0,76	0,35	0,472	0	0,433	0,749	0,15	0,861	0,624	0,887	0,932	0,11

ANEXO E - Dados V-Dem do Índice de Liberdade de Expressão

ANO	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	CRC	CUB	DOM	ECU	ESA	GUA	HAI	HON	MEX	NCA	PAN	PAR	PER	URU	VEN
1990	0,941	0,863	0,911	0,904	0,587	0,982	0,052	0,761	0,858	0,181	0,337	0,458	0,628	0,679	0,84	0,881	0,637	0,672	0,953	0,903
1991	0,948	0,863	0,911	0,924	0,691	0,982	0,052	0,761	0,858	0,181	0,321	0,617	0,656	0,679	0,912	0,881	0,637	0,62	0,956	0,903
1992	0,946	0,863	0,92	0,924	0,676	0,982	0,052	0,761	0,858	0,434	0,321	0,31	0,656	0,679	0,912	0,881	0,707	0,389	0,956	0,887
1993	0,946	0,863	0,92	0,924	0,676	0,982	0,059	0,761	0,85	0,757	0,337	0,31	0,656	0,719	0,913	0,892	0,732	0,279	0,956	0,89
1994	0,946	0,863	0,929	0,928	0,679	0,982	0,059	0,713	0,819	0,807	0,372	0,344	0,672	0,756	0,915	0,892	0,746	0,279	0,956	0,904
1995	0,946	0,863	0,93	0,928	0,692	0,982	0,059	0,781	0,819	0,807	0,402	0,678	0,731	0,767	0,904	0,901	0,746	0,279	0,962	0,904
1996	0,939	0,863	0,93	0,928	0,692	0,982	0,059	0,766	0,819	0,807	0,451	0,687	0,74	0,767	0,898	0,901	0,746	0,279	0,962	0,904
1997	0,939	0,863	0,93	0,928	0,692	0,982	0,061	0,837	0,819	0,807	0,543	0,752	0,74	0,767	0,889	0,901	0,746	0,279	0,962	0,904
1998	0,939	0,863	0,93	0,928	0,692	0,982	0,059	0,847	0,828	0,807	0,543	0,752	0,74	0,767	0,889	0,901	0,746	0,279	0,971	0,868
1999	0,939	0,863	0,93	0,928	0,676	0,982	0,059	0,847	0,828	0,807	0,543	0,752	0,754	0,767	0,89	0,901	0,746	0,279	0,971	0,744
2000	0,952	0,863	0,93	0,959	0,716	0,982	0,062	0,847	0,826	0,815	0,729	0,752	0,754	0,809	0,881	0,901	0,752	0,579	0,974	0,637
2001	0,951	0,863	0,93	0,959	0,716	0,982	0,062	0,847	0,826	0,815	0,729	0,731	0,754	0,809	0,881	0,901	0,752	0,934	0,974	0,626
2002	0,945	0,863	0,924	0,958	0,671	0,982	0,062	0,847	0,826	0,815	0,729	0,723	0,754	0,809	0,885	0,901	0,752	0,934	0,974	0,597
2003	0,908	0,855	0,924	0,958	0,671	0,982	0,062	0,847	0,826	0,815	0,729	0,698	0,792	0,809	0,872	0,901	0,752	0,934	0,974	0,594
2004	0,932	0,862	0,924	0,958	0,683	0,98	0,062	0,847	0,826	0,819	0,729	0,674	0,792	0,809	0,872	0,901	0,792	0,934	0,974	0,59
2005	0,932	0,862	0,941	0,958	0,698	0,98	0,056	0,847	0,826	0,819	0,729	0,76	0,792	0,809	0,872	0,901	0,792	0,934	0,98	0,59
2006	0,929	0,81	0,941	0,96	0,698	0,98	0,061	0,847	0,837	0,822	0,729	0,782	0,804	0,798	0,826	0,901	0,792	0,918	0,98	0,584
2007	0,923	0,81	0,938	0,96	0,698	0,98	0,06	0,847	0,845	0,822	0,722	0,831	0,81	0,777	0,621	0,901	0,792	0,908	0,98	0,557
2008	0,909	0,81	0,938	0,96	0,7	0,98	0,06	0,847	0,804	0,822	0,733	0,828	0,81	0,772	0,567	0,901	0,829	0,915	0,98	0,56
2009	0,911	0,81	0,938	0,96	0,707	0,98	0,06	0,847	0,809	0,822	0,741	0,828	0,583	0,758	0,554	0,882	0,854	0,912	0,98	0,547
2010	0,899	0,789	0,941	0,96	0,76	0,983	0,06	0,828	0,76	0,857	0,741	0,825	0,676	0,764	0,542	0,882	0,859	0,922	0,98	0,544
2011	0,899	0,789	0,941	0,964	0,832	0,983	0,06	0,828	0,761	0,857	0,741	0,823	0,708	0,761	0,542	0,882	0,859	0,926	0,98	0,544
2012	0,896	0,789	0,937	0,969	0,836	0,981	0,06	0,828	0,764	0,839	0,73	0,783	0,706	0,765	0,538	0,882	0,803	0,931	0,98	0,538
2013	0,9	0,776	0,944	0,969	0,813	0,98	0,073	0,82	0,697	0,828	0,747	0,767	0,724	0,738	0,531	0,877	0,74	0,931	0,98	0,424
2014	0,913	0,764	0,938	0,969	0,813	0,975	0,073	0,82	0,702	0,828	0,728	0,767	0,724	0,736	0,531	0,877	0,762	0,931	0,98	0,387
2015	0,882	0,766	0,934	0,962	0,803	0,972	0,072	0,777	0,7	0,828	0,739	0,767	0,696	0,772	0,528	0,886	0,764	0,934	0,98	0,345
2016	0,901	0,765	0,816	0,962	0,811	0,975	0,083	0,777	0,703	0,837	0,755	0,806	0,696	0,771	0,521	0,886	0,73	0,934	0,98	0,323

2017	0,894	0,753	0,79	0,965	0,809	0,964	0,079	0,777	0,78	0,861	0,771	0,775	0,739	0,759	0,452	0,835	0,748	0,936	0,98	0,264
2018	0,89	0,748	0,76	0,956	0,749	0,956	0,133	0,802	0,892	0,746	0,703	0,765	0,718	0,836	0,133	0,847	0,769	0,937	0,981	0,214
2019	0,883	0,589	0,668	0,903	0,649	0,959	0,129	0,74	0,858	0,699	0,674	0,77	0,72	0,783	0,125	0,839	0,769	0,937	0,982	0,222
2020	0,948	0,611	0,623	0,928	0,622	0,957	0,097	0,918	0,9	0,524	0,738	0,696	0,741	0,722	0,107	0,836	0,769	0,927	0,978	0,261
2021	0,923	0,782	0,578	0,933	0,666	0,956	0,101	0,939	0,869	0,42	0,658	0,686	0,784	0,689	0,08	0,852	0,769	0,881	0,927	0,219
2022	0,934	0,783	0,586	0,934	0,792	0,918	0,101	0,939	0,897	0,388	0,54	0,637	0,871	0,672	0,074	0,834	0,769	0,87	0,867	0,224

ANEXO F - Dados V-Dem do Índice de Liberdade de Associação

ANO	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	CRC	CUB	DOM	ECU	ESA	GUA	HAI	HON	MEX	NCA	PAN	PAR	PER	URU	VEN
1990	0,918	0,848	0,941	0,917	0,667	0,941	0,021	0,796	0,886	0,288	0,593	0,511	0,642	0,671	0,845	0,793	0,753	0,847	0,866	0,91
1991	0,92	0,864	0,941	0,917	0,708	0,941	0,021	0,813	0,888	0,301	0,603	0,562	0,642	0,663	0,887	0,819	0,755	0,848	0,866	0,91
1992	0,922	0,864	0,941	0,917	0,811	0,941	0,021	0,813	0,886	0,427	0,603	0,467	0,642	0,65	0,887	0,821	0,83	0,665	0,866	0,91
1993	0,922	0,846	0,941	0,917	0,811	0,941	0,022	0,813	0,883	0,746	0,603	0,467	0,642	0,65	0,889	0,821	0,846	0,598	0,866	0,91
1994	0,921	0,846	0,941	0,915	0,797	0,942	0,022	0,804	0,883	0,807	0,611	0,479	0,743	0,66	0,889	0,82	0,854	0,627	0,866	0,905
1995	0,921	0,867	0,941	0,915	0,785	0,942	0,022	0,799	0,884	0,804	0,661	0,567	0,761	0,676	0,889	0,819	0,854	0,632	0,909	0,905
1996	0,92	0,867	0,941	0,915	0,785	0,942	0,022	0,849	0,882	0,812	0,739	0,627	0,768	0,676	0,89	0,819	0,854	0,633	0,909	0,905
1997	0,92	0,86	0,941	0,915	0,785	0,942	0,022	0,853	0,881	0,826	0,789	0,63	0,769	0,705	0,888	0,819	0,854	0,633	0,909	0,904
1998	0,919	0,853	0,942	0,918	0,777	0,941	0,022	0,849	0,88	0,827	0,789	0,631	0,779	0,756	0,888	0,796	0,847	0,633	0,909	0,898
1999	0,92	0,863	0,943	0,918	0,766	0,941	0,022	0,846	0,88	0,843	0,789	0,631	0,779	0,771	0,85	0,797	0,842	0,633	0,907	0,827
2000	0,92	0,863	0,943	0,917	0,766	0,941	0,022	0,851	0,88	0,842	0,83	0,662	0,779	0,79	0,831	0,859	0,842	0,675	0,896	0,783
2001	0,92	0,855	0,943	0,916	0,751	0,941	0,022	0,854	0,88	0,869	0,83	0,65	0,78	0,813	0,831	0,875	0,842	0,855	0,896	0,764
2002	0,919	0,843	0,943	0,914	0,804	0,943	0,022	0,849	0,879	0,869	0,83	0,623	0,783	0,813	0,827	0,875	0,842	0,862	0,896	0,679
2003	0,92	0,868	0,943	0,914	0,833	0,943	0,022	0,845	0,88	0,87	0,83	0,623	0,788	0,812	0,818	0,875	0,849	0,862	0,896	0,671
2004	0,897	0,877	0,943	0,914	0,833	0,943	0,022	0,848	0,88	0,87	0,829	0,583	0,788	0,811	0,818	0,872	0,852	0,862	0,898	0,671
2005	0,897	0,869	0,943	0,914	0,833	0,943	0,022	0,849	0,88	0,869	0,829	0,614	0,791	0,811	0,818	0,87	0,852	0,862	0,908	0,671
2006	0,897	0,866	0,943	0,919	0,829	0,943	0,022	0,855	0,881	0,87	0,829	0,673	0,816	0,801	0,792	0,87	0,852	0,861	0,908	0,673
2007	0,898	0,866	0,943	0,919	0,832	0,943	0,022	0,855	0,824	0,87	0,832	0,699	0,816	0,802	0,705	0,87	0,852	0,858	0,908	0,666
2008	0,894	0,866	0,943	0,919	0,848	0,943	0,022	0,858	0,787	0,87	0,837	0,699	0,816	0,795	0,682	0,87	0,862	0,858	0,908	0,666
2009	0,88	0,866	0,943	0,919	0,848	0,943	0,022	0,859	0,739	0,889	0,837	0,678	0,756	0,797	0,682	0,874	0,881	0,856	0,909	0,666
2010	0,876	0,865	0,944	0,919	0,854	0,944	0,022	0,855	0,726	0,899	0,837	0,68	0,767	0,802	0,682	0,867	0,881	0,856	0,917	0,645
2011	0,877	0,86	0,945	0,917	0,877	0,944	0,022	0,853	0,722	0,899	0,837	0,695	0,77	0,802	0,679	0,867	0,874	0,859	0,917	0,646
2012	0,877	0,857	0,939	0,917	0,88	0,944	0,022	0,853	0,72	0,904	0,823	0,708	0,779	0,804	0,643	0,867	0,848	0,859	0,917	0,629
2013	0,884	0,851	0,939	0,913	0,913	0,942	0,023	0,838	0,683	0,9	0,826	0,708	0,778	0,773	0,488	0,88	0,838	0,871	0,917	0,564
2014	0,882	0,85	0,939	0,914	0,911	0,944	0,022	0,838	0,677	0,902	0,826	0,708	0,808	0,773	0,474	0,879	0,842	0,871	0,917	0,551
2015	0,891	0,842	0,939	0,915	0,911	0,944	0,022	0,838	0,67	0,903	0,834	0,709	0,808	0,787	0,474	0,885	0,819	0,84	0,905	0,511
2016	0,904	0,826	0,911	0,915	0,914	0,938	0,023	0,83	0,678	0,9	0,85	0,71	0,808	0,789	0,427	0,885	0,832	0,832	0,905	0,507

2017	0,9	0,823	0,904	0,915	0,906	0,938	0,023	0,818	0,719	0,9	0,842	0,705	0,803	0,798	0,381	0,885	0,832	0,829	0,888	0,386
2018	0,901	0,803	0,892	0,903	0,885	0,932	0,024	0,818	0,819	0,895	0,84	0,74	0,804	0,805	0,274	0,88	0,83	0,859	0,9	0,351
2019	0,901	0,774	0,891	0,887	0,88	0,935	0,025	0,828	0,786	0,866	0,854	0,71	0,801	0,836	0,238	0,884	0,825	0,862	0,899	0,314
2020	0,912	0,75	0,894	0,865	0,856	0,935	0,025	0,872	0,752	0,846	0,81	0,628	0,797	0,812	0,268	0,884	0,813	0,853	0,896	0,288
2021	0,912	0,791	0,867	0,867	0,831	0,935	0,022	0,879	0,733	0,836	0,771	0,632	0,799	0,743	0,159	0,884	0,813	0,865	0,905	0,311
2022	0,911	0,783	0,886	0,845	0,868	0,931	0,019	0,879	0,772	0,824	0,692	0,538	0,86	0,749	0,142	0,88	0,813	0,847	0,886	0,274